

PLANO DE LOGÍSTICA **Sustentável**

Relatório de Desempenho 2025

Assessoria de Gestão Estratégica

Fevereiro/2026





PRESIDENTE

DESEMBARGADORA SERLY MARCONDES ALVES

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR ELEITORAL

DESEMBARGADOR MARCOS MACHADO

JUÍZES MEMBROS

DR. PÉRSIO OLIVEIRA LANDIM

DR. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES

DRA. JULIANA MARIA DA PAIXÃO ARAÚJO

DR. RAPHAEL DE FREITAS ARANTES

DR. JEAN GARCIA DE FREITAS BEZERRA

JUÍZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

DR. LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JUNIOR

CORPO TÉCNICO-DIRETIVO

DIRETORIA GERAL

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

SECRETARIA JUDICIÁRIA

CARLOS LUANGA RIBEIRO LIMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TÂNIA YODHIDA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

GILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LEON MANOEL CAMPOS DOS SANTOS FILHO

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO (PLS/TRE-MT)
CICLO 2022-2026

COORDENADOR DA COMISSÃO GESTORA (PLS/TRE-MT)

DR. LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TÂNIA YODHIDA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

GILVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LEON MANOEL CAMPOS DOS SANTOS FILHO

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

JOSÉ PEDRO DE BARROS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

MÁRCIO CONCEIÇÃO DE LARA CUNHA

ASSISTÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE

RONALDO MOISES NADAF

SERVIDOR LOTADO EM CARTÓRIO ELEITORAL

ADRIANO PEREIRA BUENO

SERVIDORA LOTADA NA SECRETARIA DO TRIBUNAL

CYNTHIA KEYLER PEREIRA DE PAULA

UNIDADES RESPONSÁVEIS PELOS INDICADORES

SGMAT/AGE/CMP/CIEC/ASPLAN/CSG/ASCOM-CERIMIONIAL/
STI/DG/SINGI/SAO/SEO/SEMAP/ASCOM/SESET/CAMS/CED

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (AGE)

MÁRCIO CONCEIÇÃO DE LARA CUNHA

ASSESSOR GERAL

EQUIPE TÉCNICA DA ASSESSORIA DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE (ASA)

ASSISTENTE DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE

RONALDO MOISES NADAF

ASSISTENTE DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE (ASA).

ALDENICE BERNARDES GARCIA

ASSISTENTE DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE

RODRIGO DE FREITAS SILVA ARAÚJO

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

ASSISTENTE DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE (ASA).

ALDENICE BERNARDES GARCIA

ASSISTENTE DE ESTATÍSTICA (ASEST)

JOÃO VICTOR AGUIAR DE OLIVEIRA MESSA

EQUIPE TÉCNICA DA ASSESSORIA DE ESTATÍSTICA

ASSISTENTE DE ESTATÍSTICA (ASEST)

JOÃO VICTOR AGUIAR DE OLIVEIRA MESSA

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO

ESTAGIÁRIA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO (AP)

MÔNICA MARECO MEDINA

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO	5	LIMPEZA	34
APRESENTAÇÃO	6	VIGILÂNCIA	36
METODOLOGIA	7	TELEFONIA	38
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	8	VEÍCULOS	41
PAPEL	9	COMBUSTÍVEIS.....	45
COPOS DESCARTÁVEIS	11	APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO.....	51
ÁGUA ENVASADA	13	COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	53
IMPRESSÃO	16	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	55
ENERGIA ELÉTRICA	20	CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	62
ÁGUA E ESGOTO	23	SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE.....	64
GESTÃO DE RESÍDUOS	25	EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.....	67
REFORMAS E CONSTRUÇÕES.....	32	DESCARBONIZAÇÃO.....	72
		INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GEE.....	73
		QUADRO RESUMO DE DESEMPENHO.....	74

LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO CNJ N. 400, DE 16 DE JUNHO DE 2021

Art. 9º Para cada tema citado no inciso I do art. 7º, deve ser criado plano de ações, conforme modelo disponibilizado no portal do CNJ, com, no mínimo, os seguintes tópicos: I – identificação e objetivo da ação; II – detalhamento de implementação das ações; III – unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis; IV – cronograma de implementação das ações; e V – previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

§ 1º O plano de ações referido neste artigo não precisa integrar o texto do PLS ou vir como anexo, podendo ser elaborado e alterado com autorização e aprovação da Comissão Gestora do PLS, na periodicidade que se julgar necessária.

§ 2º O plano de ações deve estar alinhado à proposta orçamentária, plano de compras e contratações e demais instrumentos de gestão do órgão.

PORTARIA TRE-MT N. 402, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

Art. 1º Institui o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (PLS/TRE-MT) para o período 2022-2026, em observância aos requisitos mínimos constantes da Resolução CNJ nº 400/2021.

Parágrafo único. O PLS/TRE-MT 2022-2026 fica vinculado ao Plano Estratégico TRE MT 2021-2026, à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Art. 2º A implementação do PLS/TRE-MT é de responsabilidade de todas as unidades do Tribunal.

Art. 3º O PLS/TRE-MT será publicado no portal da Transparência e Prestação de Contas do sítio eletrônico do TRE-MT.

§ 1º Os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas no PLS/TRE MT deverão ser publicados periodicamente no sítio eletrônico do Tribunal, apresentando o desempenho dos indicadores e as metas alcançadas.

§ 2º O relatório de desempenho consolidado do PLS/TRE-MT será publicado anualmente, no sítio eletrônico do TRE-MT, e enviado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere, para composição do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

PORTARIA TRE-MT N. 133, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

Art. 1º Atualizar o Plano de Logística Sustentável deste Tribunal Regional Eleitoral (PLS/TRE-MT) para o ciclo 2021/2026, de que trata o artigo 1º da Portaria nº 402/2021.

RESOLUÇÃO CNJ N. 594, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2024.

Art. 1º Fica instituído o Programa Justiça Carbono Zero, com o objetivo de promover a descarbonização do Poder Judiciário brasileiro, por meio de ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) resultantes do funcionamento dos órgãos que o integram.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por “carbono zero” a neutralidade de carbono obtida a partir da redução de emissões de GEE e da compensação das emissões remanescentes em volume igual ou superior às emissões geradas por cada tribunal ou conselho.

Art. 2º Os órgãos do Poder Judiciário devem buscar alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

Art. 3º O Programa será implementado pelos tribunais e conselhos com base nos seguintes pilares:

I – inventário de emissões de GEE;

II – redução de emissões de GEE; e

III – compensação de emissões de GEE.

§ 1º Cada tribunal ou conselho deverá elaborar um Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais.

§ 2º O planejamento e a implementação de ações de redução e compensação de emissões devem ser iniciados de imediato, sempre que possível, em especial as ações de implantação de sistemas fotovoltaicos e de projetos de reflorestamento, conservação e restauração florestal.

§ 3º Os tribunais e conselhos devem promover ações de sensibilização e engajamento do seu corpo funcional e força auxiliar acerca do tema da descarbonização.

Art. 9º A Resolução CNJ nº 400/2021 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º O PLS deverá ser composto, no mínimo:

I – por indicadores de desempenho relacionados aos seguintes temas:

k) descarbonização.

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (PLS-TRE/MT) constitui instrumento de planejamento estratégico voltado à promoção da sustentabilidade no âmbito institucional, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Mais do que um conjunto de ações isoladas, o PLS-TRE/MT configura-se como ferramenta estruturada de gestão e monitoramento, destinada à institucionalização de práticas sustentáveis no Tribunal. Seu foco está na racionalização dos gastos públicos, na redução do consumo de recursos e na mitigação dos impactos ambientais decorrentes das atividades administrativas e jurisdicionais, alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental.

O Plano está organizado com base na definição de objetivos, indicadores e metas que orientam a atuação das unidades responsáveis e permitem o acompanhamento sistemático do desempenho institucional. As boas práticas previstas em seu Plano de Ações refletem, de forma transversal, diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando a integração entre a gestão administrativa do Tribunal e as metas globais de desenvolvimento sustentável. Para reforçar esse alinhamento estratégico, foi realizada a correlação entre os ODS e os temas dos indicadores do PLS-TRE/MT, conforme apresentado nas seções seguintes deste relatório.

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 400/2021, o PLS contempla mecanismos estruturados de monitoramento e avaliação periódica ao longo de seu ciclo de vigência (2022-2026). Essa sistemática possibilita a análise contínua dos resultados e a adoção de intervenções tempestivas, quando necessárias, por meio de ações de sensibilização e capacitação, revisão de processos de trabalho ou redirecionamento de recursos, promovendo o aprimoramento constante da gestão.

A governança do Plano é assegurada pela Comissão Gestora e pelos Grupos Executivos do PLS/TRE-MT, instituídos pelas Portarias nº 403, de 18 de outubro de 2021, e nº 404, de 8 de setembro de 2025. À Comissão Gestora compete a elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do Plano, atuando de forma integrada com as unidades gestoras dos indicadores. Cabe-lhe monitorar a execução das metas e das ações estabelecidas, avaliar periodicamente os resultados alcançados e propor os ajustes necessários ao longo da vigência do Plano.

Os Grupos Executivos são responsáveis pela execução das ações previstas no PLS-TRE/MT, sob a coordenação das unidades administrativas diretamente relacionadas aos temas definidos no art. 7º, inciso I, da Resolução CNJ nº 400/2021, do CNJ. Essa estrutura assegura a descentralização das atividades, a corresponsabilidade setorial e a efetiva implementação das iniciativas planejadas. Nesse contexto, o presente Relatório de Desempenho apresenta os resultados referentes ao exercício de 2025, contemplando a execução das ações, a mensuração dos indicadores e o grau de cumprimento das metas estabelecidas no PLS-TRE/MT 2022-2026 <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/sustentabilidade-e-acessibilidade/sustentabilidade/pasta-arquivos-gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel-atualizado>, no período-base de janeiro a dezembro de 2025. O documento reúne, ainda, análises elaboradas pelos gestores responsáveis, com justificativas para eventual não alcance de metas e informações sobre o estágio de implementação das ações, evidenciando os avanços obtidos e os desafios identificados no período.

Organizado conforme os temas previstos na normatização do CNJ, este relatório consolida as informações do exercício de 2025 e reafirma o compromisso do TRE-MT com a transparência, a governança, a eficiência administrativa e a melhoria contínua de suas práticas institucionais, fortalecendo a sustentabilidade como eixo estruturante da gestão pública.

METODOLOGIA

Os dados do Plano de Logística Sustentável do TRE-MT referentes ao exercício de 2025 foram consolidados de forma colaborativa pela Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade (ASA) e pela Assistência de Estatística (ASEST), unidades vinculadas à Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), diretamente ligada à Presidência do Tribunal, em articulação com as unidades gestoras responsáveis pelos indicadores e ações do Plano.

A definição dos indicadores, metas e ações foi fundamentada na expertise técnica das unidades gestoras, considerando os eixos temáticos previstos na Resolução CNJ nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça. Para o ciclo 2022-2026, as metas e respectivas linhas de base foram estabelecidas com base na análise das séries históricas de consumo e gastos de períodos anteriores, assegurando consistência metodológica, comparabilidade e aderência à realidade institucional.

Com a consolidação dos dados até 2025, as análises passaram a refletir de forma mais precisa o comportamento dos indicadores no cenário pós-pandemia, possibilitando comparações entre anos eleitorais e não eleitorais. Em razão das especificidades da Justiça Eleitoral, foram mantidas duas séries históricas distintas, conforme o art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016, garantindo maior rigor na aferição do desempenho.

A apuração dos indicadores ocorre de forma mensal ou anual, conforme o Glossário da Resolução CNJ nº 400/2021, com registro das informações no sistema PLS-Jud. As unidades gestoras são responsáveis pela fidedignidade e atualização dos dados, cabendo à ASA sua consolidação e análise para fins de monitoramento interno e prestação de contas.

A correlação entre os indicadores do PLS/TRE-MT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi mantida ao longo do ciclo, de modo a assegurar que as ações implementadas contribuam para a racionalização de recursos e para o fortalecimento das dimensões ambiental, social e de governança (ESG) no âmbito institucional.

O processo metodológico do PLS/TRE-MT compreende as seguintes etapas:

- 1.Diagnóstico:** análise dos resultados anteriores e consolidação das séries históricas;
- 2.Elaboração:** definição participativa de indicadores, metas e planos de ação;
- 3.Aprovação:** submissão do Plano à Presidência;
- 4.Implementação:** execução das ações e coleta sistemática de dados;
- 5.Monitoramento e Avaliação:** acompanhamento periódico pela Comissão Gestora;
- 6.Revisão:** ajustes bienais de metas e ações, quando necessários.

No âmbito da governança, o ciclo 2022-2026 foi formalizado pelas Portarias nº 402/2021 e nº 403/2021, que instituíram o PLS e designaram a Comissão Gestora e os Grupos Executivos, fortalecendo a atuação transversal e a corresponsabilidade das unidades administrativas.

A ASA, vinculada à AGE, permanece responsável pelo monitoramento técnico do Plano e pela submissão das análises à Comissão Gestora para avaliação periódica. Essa atuação integrada tem contribuído para o amadurecimento institucional da política de sustentabilidade, consolidando o PLS como instrumento estratégico de gestão, eficiência e responsabilidade socioambiental no âmbito do TRE-MT.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Logística Sustentável do TRE-MT (PLS/TRE-MT), ciclo 2022-2026, encontra-se plenamente alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026, especialmente ao Objetivo Estratégico nº 7: “Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes do desenvolvimento sustentável”.

Como desdobramento desse objetivo, destaca-se o Projeto Estratégico nº 11 – Compras Públicas Sustentáveis, que consolida a incorporação de critérios socioambientais nas contratações do Tribunal, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e fortalecimento da responsabilidade institucional.

Para mensurar o alcance desse direcionamento estratégico, foi instituído o indicador “Percentual de Compras Públicas Sustentáveis (CPS)”, que afere anualmente a proporção de contratações realizadas com a adoção de critérios de sustentabilidade. Esse indicador constitui importante ferramenta de monitoramento, permitindo avaliar a evolução do Tribunal na internalização de práticas sustentáveis nos processos de aquisição e contratação.

A sustentabilidade também se consolida como atributo de valor institucional, integrando o conjunto de características pelas quais o TRE-MT busca ser reconhecido pela sociedade: gestão responsável, eficiente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.

O PLS/TRE-MT mantém, igualmente, alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020, especialmente no que se refere ao Macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”, ao integrar ações voltadas à racionalização de gastos, à redução de impactos ambientais e ao fortalecimento da dimensão social da sustentabilidade.

Ademais, o Plano observa as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, reforçando o compromisso institucional com a melhoria contínua dos indicadores socioambientais.

O PLS/TRE-MT configura-se, portanto, como instrumento tático de gestão, que apoia as unidades administrativas no alcance dos objetivos organizacionais ao: i) direcionar ações para a utilização eficiente e racional dos recursos públicos; ii) fomentar a capacitação e sensibilização de magistrados, servidores e colaboradores; iii) incentivar práticas de consumo consciente; iv) fortalecer a cultura institucional voltada à sustentabilidade.

Por fim, o Plano também se consubstancia como instrumento relevante da Política de Governança das Contratações, estabelecida pela Resolução CNJ nº 347/2020, integrando-se ao Plano Anual de Contratações e aos demais instrumentos de planejamento institucional. Dessa forma, contribui para a adoção sistemática de critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas, promovendo maior eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental na gestão do TRE-MT.



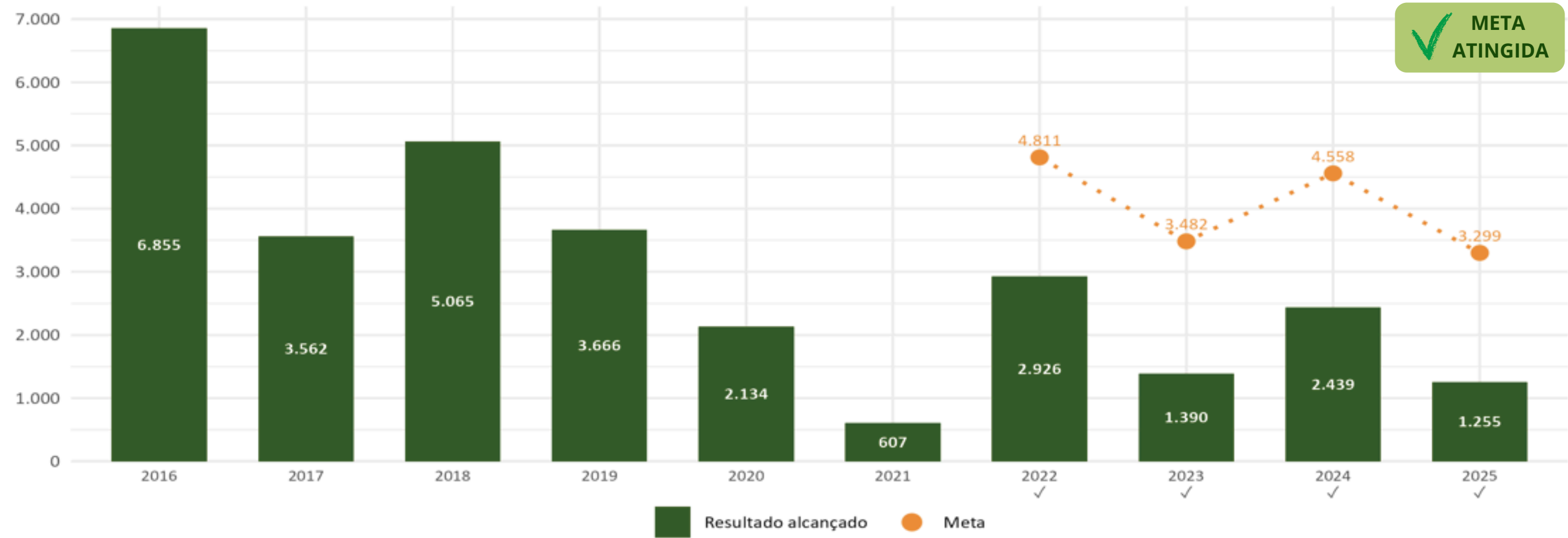
1

PAPEL



INDICADOR Nº 01: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE PAPEL

Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, nos tamanhos A4 e Ofício, requisitadas pelas unidades



Meta: reduzir progressivamente o consumo de resmas de papel, com metas anuais de 5% em 2022 e 2023, 10% em 2024 e 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: o desempenho do TRE-MT quanto ao consumo de papel em 2025 foi extremamente positivo, superando as expectativas institucionais. O Tribunal registrou consumo de 1.255 resmas, valor inferior à metade do limite máximo projetado (3.299 resmas), evidenciando o cumprimento do objetivo de racionalização. Trata-se do segundo menor consumo registrado desde 2016, ficando atrás apenas de 2021 (607 resmas), além de representar redução significativa em relação a 2024, quando foram consumidas 2.439 resmas.

1

PAPEL



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
1.1 – Reduzir o consumo do papel e suprimentos de impressão – implementda (ação contínua)	07/01/2022	19/12/2026
1.2 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional – parcialmente implementada		

Análise das ações : no exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso registrou consumo total de 1.255 resmas de papel, considerando os formatos A4 e Ofício, bem como papel reciclado, não reciclado e colorido. O quantitativo corresponde às requisições efetuadas pelas unidades da sede e pelos Cartórios Eleitorais.

Para o período, foi estabelecida meta institucional de redução de 10% no consumo de papel, considerando tratar-se de ano não eleitoral. O resultado obtido superou de forma expressiva o objetivo definido, uma vez que o consumo efetivo permaneceu significativamente abaixo do limite máximo projetado, fixado em 3.299 resmas.

O desempenho alcançado decorreu da implementação de ações previstas no PLS, com destaque para: a) adoção de práticas de impressão consciente, com estímulo à redução de impressões desnecessárias; b) aprimoramento da gestão de estoques de papel, com controle, monitoramento e distribuição racional realizados pela SGPAT, prevenindo desperdícios e a formação de estoques descentralizados; c) engajamento das unidades administrativas e dos Cartórios Eleitorais na adoção de práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade; d) priorização do consumo de papel reciclado, por meio da ampliação de sua distribuição, incentivando o uso de insumos com menor impacto ambiental.

Dessa forma, os resultados evidenciam a efetividade das ações implementadas no âmbito do Plano de Logística Sustentável, demonstrando que a integração entre planejamento, controle administrativo e mudança de comportamento organizacional contribui simultaneamente para a redução de custos operacionais e para a preservação dos recursos naturais.

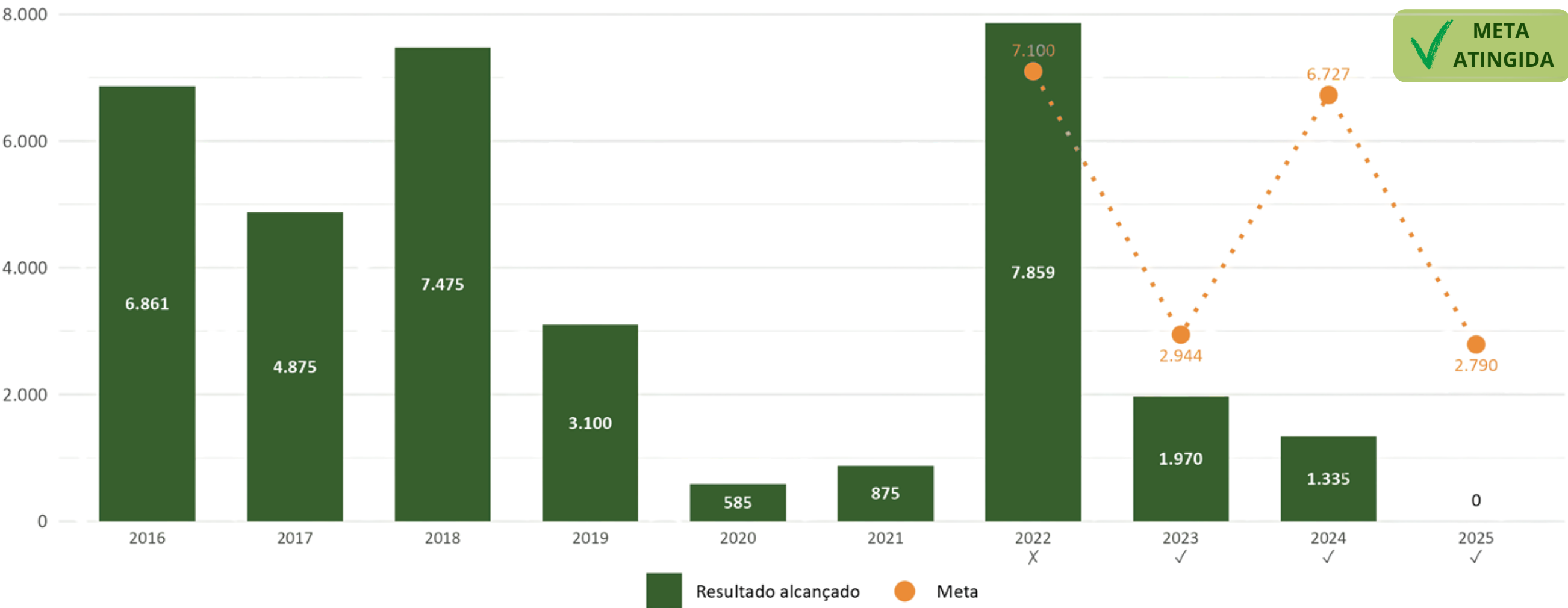
Destaca-se, ainda, que os resultados alcançados refletem a adoção de boas práticas de gestão de recursos e o fortalecimento da eficiência administrativa no âmbito da unidade gestora. Para o exercício de 2026, em razão da realização das Eleições Gerais, é prevista elevação no consumo de papel, proporcional às demandas inerentes ao período eleitoral, tais como fechamento do cadastro eleitoral, prestações de contas, vistorias de locais de votação, logística e distribuição de bens, entre outras atividades que demandam impressão de documentos. Ainda assim, a análise comparativa deverá ser realizada entre exercícios eleitorais, sendo a tendência de manutenção da estabilidade do consumo. Permanecerá o incentivo ao uso racional do papel, com a continuidade das ações voltadas à redução de impressões e ao fortalecimento do uso de tecnologias de digitalização e de gestão eletrônica de documentos.

2
COPO
DESCARTÁVEL



INDICADOR Nº 01: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades



Meta: reduzir progressivamente o consumo de copos descartáveis, com metas anuais de 5% em 2022 e 2023, 10% em 2024 e 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: os resultados demonstram que, ao longo do período avaliado, houve oscilações no consumo, com destaque para níveis elevados entre 2016 e 2018 e uma redução significativa entre 2019 e 2021. Em 2022, observou-se um aumento expressivo no quantitativo requisitado, resultando no não atingimento da meta estabelecida para o período. Entretanto, a partir de 2023 verifica-se uma mudança consistente no desempenho do indicador, com redução significativa do consumo e cumprimento das metas estipuladas. Em 2024, a meta foi amplamente superada, evidenciando efetividade das ações implementadas. O resultado de 2025, com consumo zerado, consolida o êxito das estratégias de racionalização adotadas.

2

COPO
DESCARTÁVEL



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
2.1 – Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis, recicláveis ou biodegradáveis (biocopo) – implementada	07/01/2022	19/12/2026
2.2 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional – implementada	01/03/2022	19/12/2026

Análise das ações : em conformidade com a política institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, formalizada pela Portaria nº 163/2022, a disponibilização de copos descartáveis para bebidas quentes e frias passou a ser restrita exclusivamente ao público externo, não sendo fornecida a servidores(as), magistrados(as) ou colaboradores terceirizados, em atendimento à ação 2.1 do Plano de Logística Sustentável. No exercício de 2024, utilizou-se integralmente o estoque remanescente, enquanto em 2025 não houve fornecimento de copos descartáveis no âmbito do Tribunal.

No segundo semestre de 2025, foram adquiridos apenas copos biodegradáveis, produzidos a partir de fontes renováveis e materiais orgânicos, com rápida decomposição e menor impacto ambiental. Para o exercício de 2025, a meta institucional estabelecida foi reduzir em 10% o consumo de copos descartáveis, considerando tratar-se de ano não eleitoral. O resultado superou integralmente o objetivo, uma vez que o consumo foi zerado, em comparação ao limite máximo projetado de 2.790 unidades.

O desempenho alcançado evidencia a efetividade das medidas normativas e administrativas implementadas, reafirmando o compromisso do TRE-MT com a redução de impactos ambientais, a racionalização do uso de materiais e o cumprimento dos objetivos definidos no Plano de Logística Sustentável.

Portanto, coonclui-se que as medidas de conscientização e controle implementadas mostraram-se eficazes, refletindo melhoria contínua no desempenho institucional e alinhamento com práticas de sustentabilidade e uso racional de recursos.

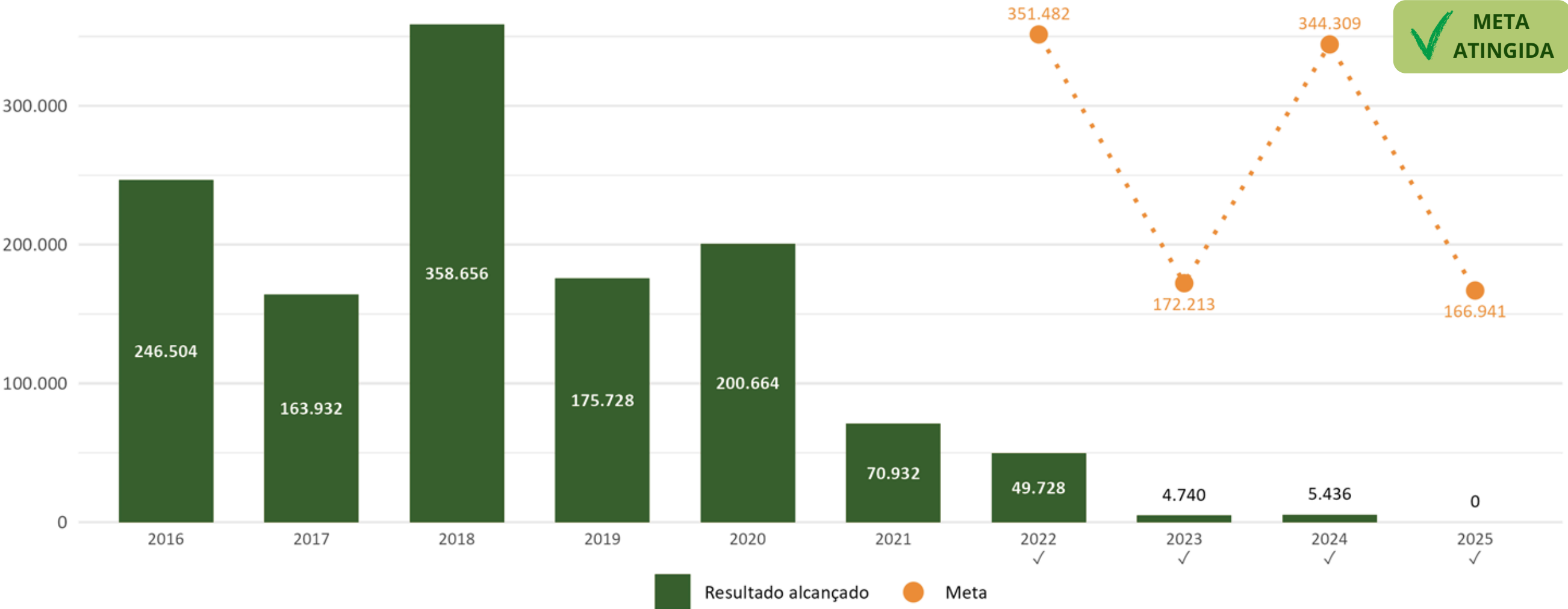
3

ÁGUA
ENVASADA



INDICADOR Nº 03: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS RETORNÁVEIS

Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitada pelas unidades



Meta: reduzir progressivamente o consumo de embalagens plásticas descartáveis, com metas anuais de 2% em 2022 e 2023, 4% em 2024 e 2025, e 6% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: em 2024, ano eleitoral, registrou-se consumo pontual de 5.436 unidades de garrafas descartáveis de 500 ml, destinado exclusivamente ao atendimento de demandas institucionais específicas. Para 2025, ano não eleitoral, a meta de redução de 6% foi amplamente superada, uma vez que o consumo de água envasada foi zerado, permanecendo muito abaixo do limite máximo projetado de 166.941 unidades. O resultado confirma a efetividade das ações adotadas, especialmente a substituição do fornecimento de água envasada por bebedouros e purificadores, consolidando práticas sustentáveis no TRE-MT.

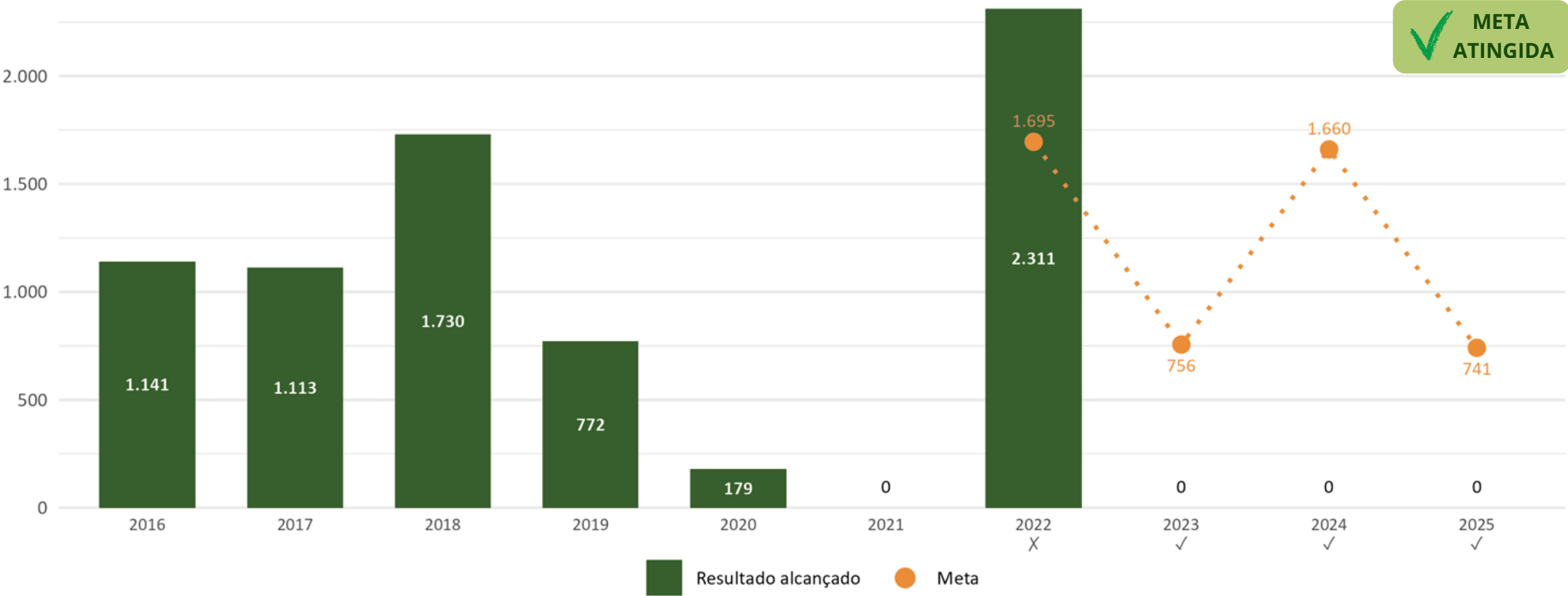
3

ÁGUA
ENVASADA

12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

INDICADOR Nº 04: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGENS DESCARTÁVEIS

Quantidade de embalagens plásticas retomáveis para água mineral envasada requisitada pelas unidades (galões ou garraфões retomáveis)



Meta: reduzir progressivamente o consumo de embalagens plásticas retomáveis, com metas anuais de 2% em 2022 e 2023, 4% em 2024 e 2025, e 6% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: em relação aos galões de 20 litros (embalagens retornáveis), fica evidenciado que, apesar das oscilações registradas ao longo da série histórica e do pico de consumo observado em 2022, as medidas corretivas adotadas a partir de 2023 produziram resultados altamente satisfatórios. Verifica-se que, nos anos de 2023, 2024 e 2025, não houve requisição de embalagens retornáveis, configurando consumo zerado e cumprimento integral das metas estabelecidas para esses períodos. Em 2025, o resultado alcançado foi de 0 unidades requisitadas, frente à meta estipulada de 741 unidades, evidenciando superação expressiva do objetivo e consolidação das práticas de racionalização implementadas.

3

ÁGUA
ENVASADA



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
3.1 – Substituir o consumo de água envasada em recipientes plásticos de 500 ml por garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros	07/01/2022	19/12/2026
3.2 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional	01/03/2022	19/12/2026

Análise das ações : em observância à política institucional instituída pela Portaria nº 163/2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) promoveu a interrupção da aquisição e do fornecimento de água envasada, tanto em embalagens descartáveis quanto retornáveis, no âmbito da Secretaria do Tribunal, Cartórios Eleitorais e Centrais de Atendimento ao Eleitor. A medida está alinhada ao cumprimento integral da ação 3.1 do Plano de Logística Sustentável (PLS), priorizando o abastecimento de água potável por meio de bebedouros e purificadores instalados nos prédios da Justiça Eleitoral, como alternativa ambientalmente mais sustentável.

Em atendimento à ação 3.2 do PLS, o monitoramento do consumo de água foi aprimorado mediante a implementação de um painel de acompanhamento em plataforma Power BI, disponibilizado na intranet institucional. A ferramenta possibilita o acompanhamento sistemático, transparente e detalhado dos dados de consumo, com recorte por prédio ocupado pelo Tribunal, fortalecendo a governança, o controle e a tomada de decisões baseadas em evidências. A perspectiva institucional aponta para a manutenção da não aquisição de garrações de 20 litros, uma vez que a demanda foi plenamente suprida pela instalação de purificadores e novos bebedouros. Quanto às garrafas descartáveis, eventuais aquisições deverão ocorrer apenas de forma excepcional, restritas às necessidades específicas relacionadas aos pleitos eleitorais. Para o exercício de 2026, a expectativa é de manutenção da estabilidade alcançada, consolidando o compromisso do TRE-MT com a redução dos impactos ambientais e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade institucional.

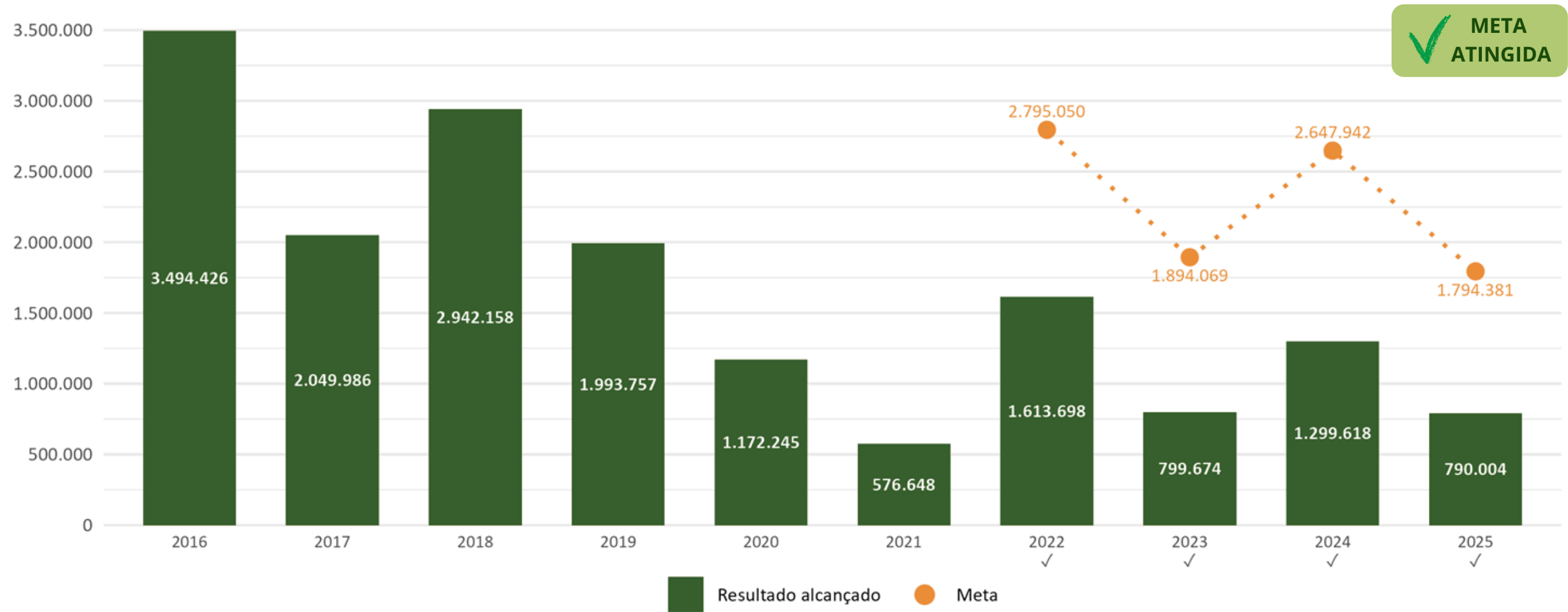
4

IMPRESSÃO



INDICADOR Nº 05: RACIONALIZAÇÃO DA QUANTIDADE DE IMPRESSÕES

Quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, próprios ou locados



Meta: reduzir progressivamente o consumo de impressões, com metas anuais de 5% em 2022 e 2023, 10% em 2024 e 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: o indicador demonstra desempenho amplamente satisfatório, com a redução expressiva do volume de impressões ao longo da série histórica, o cumprimento das metas em todos os anos monitorados (2022 a 2025) e a consolidação das práticas de digitalização e racionalização do uso de papel. Destaca-se que em 2025 foram realizadas 790.004 impressões, frente à meta de 1.794.381, evidenciando controle efetivo do consumo e alinhamento com os princípios de ecoeficiência e sustentabilidade institucional.

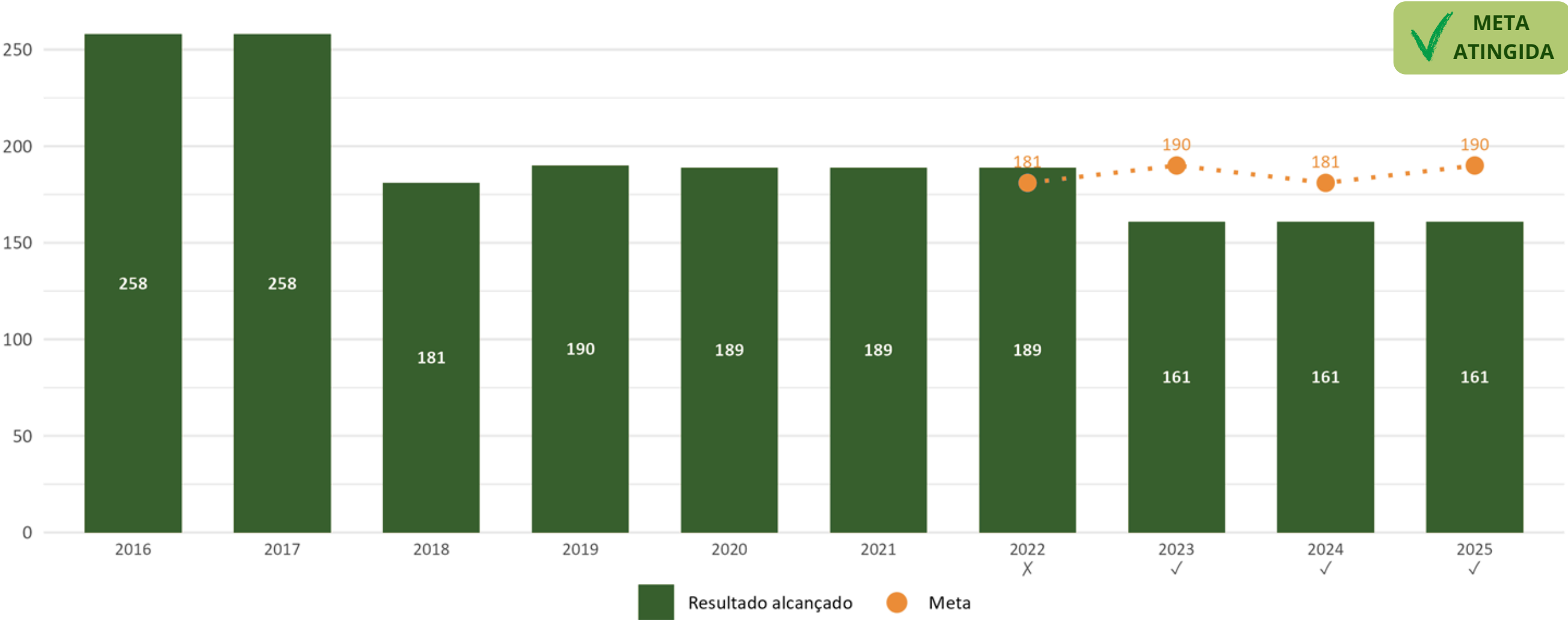
4

IMPRESSÃO



INDICADOR Nº 06: QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO

Quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano



Meta: Limitar a quantidade de equipamentos de impressão contratados aos níveis de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: destaca-se que em 2025 o órgão manteve 161 equipamentos instalados, frente à meta de 190, evidenciando controle eficiente do parque de impressão e consolidação das ações de racionalização. O desempenho recente reflete alinhamento com práticas de ecoeficiência, otimização de recursos e redução de custos operacionais.

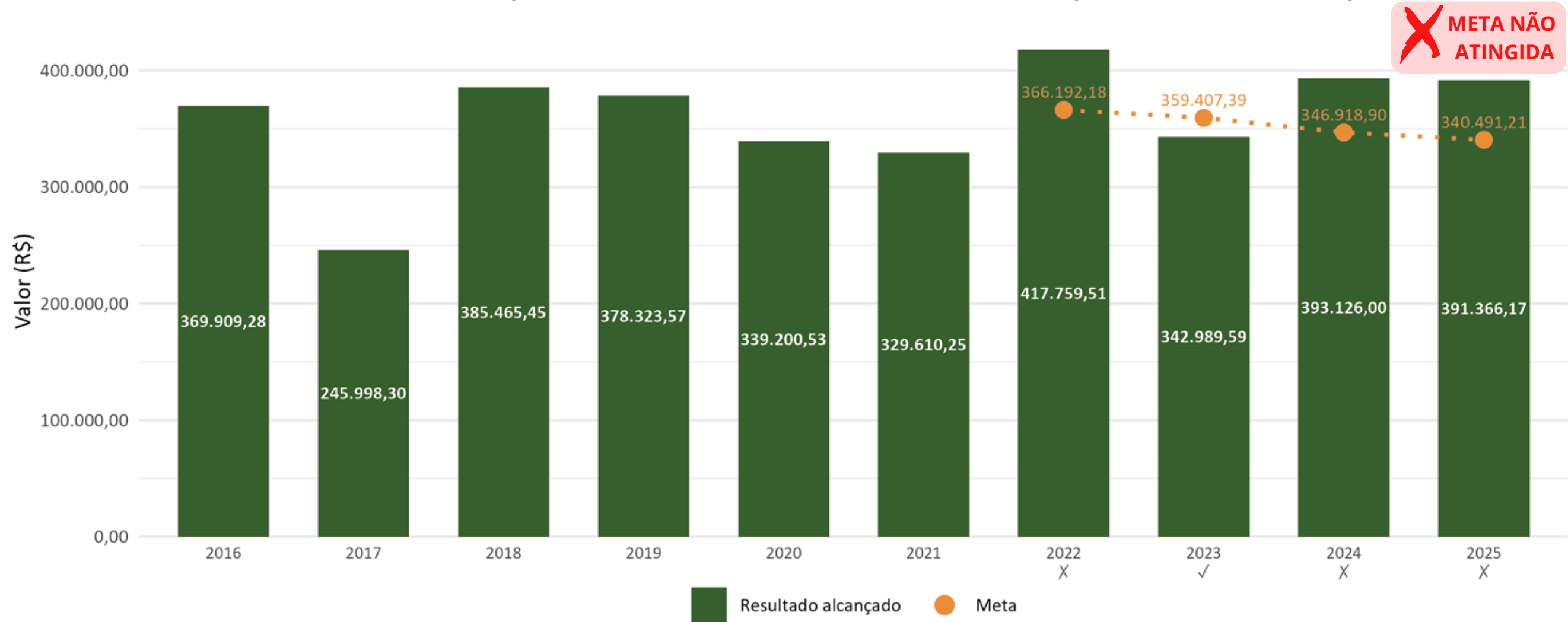
4

IMPRESSÃO



INDICADOR Nº 07: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM CONTRATOS DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

Despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (outsourcing) de impressão e reprografia



Meta: reduzir progressivamente os gastos com serviços de outsourcing de impressão com metas anuais de 5% em 2022 e 2023, 10% em 2024 e 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: o indicador apresenta instabilidade no controle das despesas com serviços de outsourcing de impressão. Embora tenha havido redução significativa em 2023, os resultados de 2024 e 2025 demonstram dificuldade em manter os gastos dentro das metas estipuladas. Destaca-se que, em 2025, a despesa foi de R\$ 391.366,17, superando a meta de R\$ 340.491,21, evidenciando necessidade de reavaliação contratual, revisão de quantitativos ou fortalecimento das ações de racionalização já implementadas. De modo geral, o desempenho do indicador requer atenção e possíveis medidas corretivas para assegurar maior previsibilidade e aderência às metas estabelecidas.

4
IMPRESSÃO



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
4.1 - Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos	07/01/2022	19/12/2026
4.2 - Impulsionar o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor atendimento, gerenciamento e controle de demandas		
4.3 - Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão		
4.4 - Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional		

Análise das ações : em : no exercício de 2025 foram executadas 790.004 impressões, representando uma redução expressiva de 60,7% em relação a 2024 (1.299.618 impressões). Em comparação com 2023 (799.674 impressões), observa-se leve redução de 1,2%, demonstrando estabilidade no controle do volume impresso em patamar significativamente inferior aos anos anteriores.

Os resultados evidenciam a efetividade das ações implementadas no âmbito das iniciativas 4.1 a 4.4, especialmente no que se refere à substituição gradual de documentos físicos por sistemas informatizados, ao incentivo ao uso de ferramentas digitais na gestão administrativa e à integração com sistemas eletrônicos de processos.

Em relação ao parque de equipamentos (Indicador 6), o exercício de 2025 encerrou com 161 equipamentos ativos, mantendo estabilidade em comparação aos dois anos anteriores e consolidando a redução iniciada em períodos anteriores. Esse cenário demonstra dimensionamento mais eficiente da infraestrutura de impressão, contribuindo para otimização dos custos de manutenção e contratos de outsourcing.

Quanto ao Indicador 7 (gastos com outsourcing de impressão), embora tenha sido observada melhora na eficiência operacional decorrente da redução do volume de impressões, o resultado financeiro permaneceu acima da meta estabelecida em 2025. Esse comportamento indica a necessidade de revisão contratual, reavaliação de franquias e ajustes na modelagem de custos, a fim de alinhar o desempenho financeiro à redução efetiva do consumo. Destaca-se ainda a implementação de rotina sistemática de monitoramento dos dados de impressão, com divulgação periódica ao corpo funcional, ampliando a transparência e fortalecendo a cultura institucional de uso racional dos recursos.

De modo geral, as ações desenvolvidas demonstram avanço consistente na consolidação de práticas de ecoeficiência, com impactos positivos na redução do consumo de papel, na modernização dos processos administrativos e na promoção de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade.

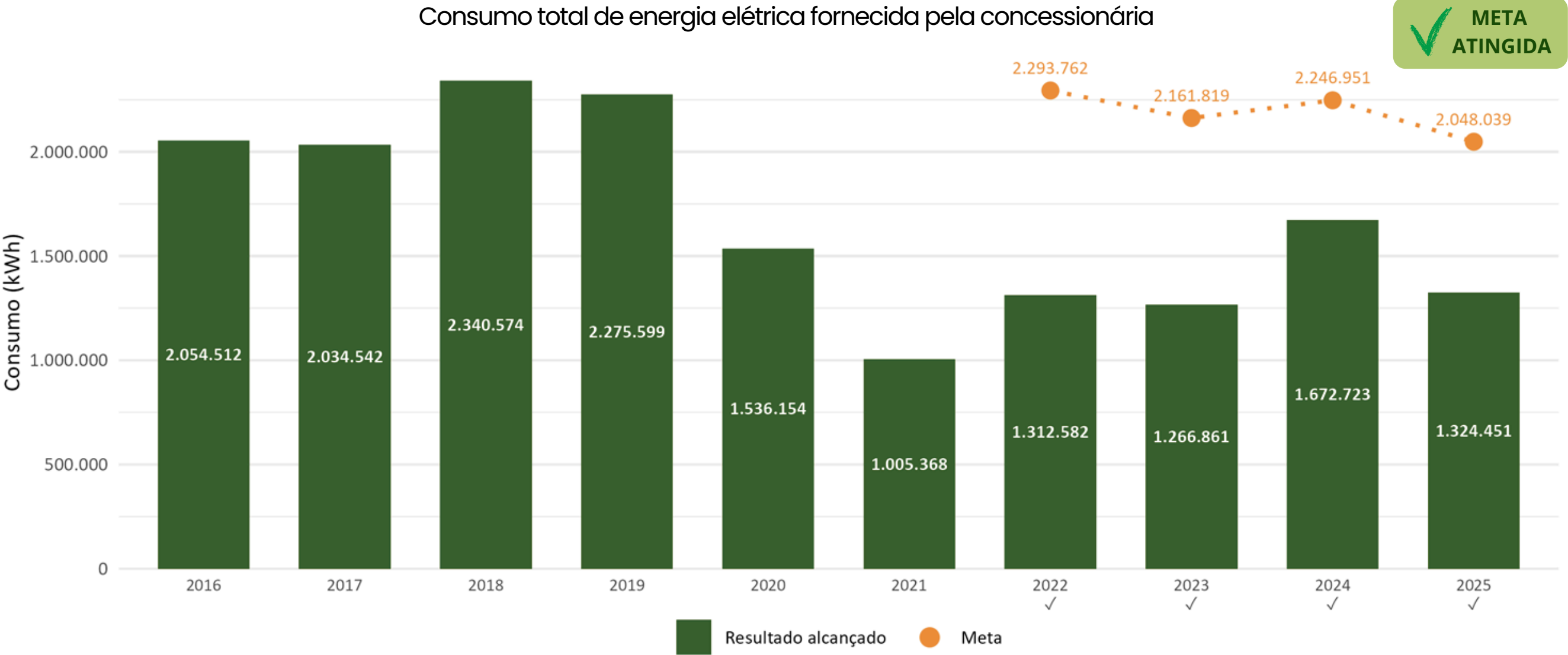
5

ENERGIA ELÉTRICA

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

INDICADOR Nº 08: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



Meta: reduzir progressivamente o consumo de energia elétrica com metas anuais de 2% em 2022, 5% em 2023, 4% em 2024, 10% em 2025, e 6% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, o consumo de energia elétrica faturado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso totalizou 1.324.451 kWh, representando uma redução de 20,8% em relação a 2024, quando foram registrados 1.672.723 kWh. O resultado alcançado superou de forma expressiva o objetivo estabelecido, tendo em vista que o consumo efetivo permaneceu substancialmente abaixo do limite máximo projetado de 2.048.039 kWh, evidenciando desempenho superior ao parâmetro fixado para o período. Sob a perspectiva financeira, verificou-se igualmente redução significativa das despesas, com o gasto bruto passando de R\$ 1.830.526,39, em 2024, para R\$ 1.447.427,13, em 2025. Essa variação proporcionou economia acumulada superior a R\$ 383 mil, reforçando a efetividade das medidas de racionalização do consumo e a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

5

ENERGIA
ELÉTRICA

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
5.1 – Realizar diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para impulsionar o consumo racional de energia	07/01/2022	19/12/2026
5.2 – Manter o contrato de energia elétrica adequado à real demanda	07/01/2022	19/12/2026
5.3 – Adquirir materiais e equipamentos com critérios de eficiência energética	07/01/2022	19/12/2026
5.4 – Implementar soluções que tragam eficiência energética às edificações	07/01/2022	19/12/2026
5.5 – Implementar solução que permita o desligamento de computadores que foram deixados ligados fora do expediente pelos colaboradores	07/02/2026	19/12/2026
5.6 – Garantir que as novas edificações tenham etiquetas de eficiência energética (Selo Procel Edificações “A”)	07/01/2022	19/12/2026
5.7 – Implantar usinas de energia fotovoltaica	01/03/2022	19/12/2026
5.8 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : as ações previstas no eixo de Energia Elétrica (5.1 a 5.8) foram executadas de forma articulada, evidenciando atuação estratégica voltada à eficiência energética, à redução de custos e ao fortalecimento da cultura institucional de sustentabilidade.

No âmbito da Ação 5.1, foi realizado monitoramento sistemático do consumo de energia elétrica por meio de ferramentas de Business Intelligence (BI), permitindo acompanhamento detalhado por unidade e identificação tempestiva de variações atípicas. O consumo é apurado mensalmente e, sempre que verificado aumento relevante, são solicitadas manifestações das unidades responsáveis para apuração das causas e adoção de medidas corretivas. O diagnóstico energético subsidiou melhorias estruturais, destacando-se o retrofit da subestação elétrica concluído em 2024. Em 2025, além da divulgação periódica de dados na intranet institucional – incluindo ranking de consumo e cartilhas de consumo consciente – foi promovida campanha institucional voltada ao uso racional de energia, fortalecendo a conscientização do corpo funcional.

Quanto à Ação 5.2, a manutenção do contrato na modalidade Horário Verde consolidou-se como importante instrumento de economia, especialmente após a redução da demanda contratada de 900 kW para 450 kW, medida que contribuiu para maior previsibilidade orçamentária e mitigação dos impactos de variações tarifárias. Em 2025, foi iniciada negociação junto à concessionária visando à implantação da tarifa branca nos Cartórios Eleitorais, com potencial de ampliar a eficiência na gestão dos custos energéticos.

No que se refere à Ação 5.3, a substituição integral do sistema de climatização, aliada à modernização da subestação elétrica, assegurou maior eficiência operacional, redução do consumo energético e aumento da confiabilidade das instalações. A modernização da infraestrutura elétrica contribui diretamente para a diminuição das despesas com energia e para a sustentabilidade institucional.

5

ENERGIA
ELÉTRICA7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS

A Ação 5.4 contemplou a implementação de soluções voltadas à eficiência energética nas edificações, incluindo racionalização do uso dos ambientes e otimização do fluxo de ocupação dos prédios, reforçadas por normativo interno específico. A medida gerou economia imediata, com registro de redução de despesas já no primeiro mês de aplicação. Também houve adequação da iluminação em áreas de circulação, ajustando o uso à incidência de luz natural, contribuindo para a redução do consumo.

No âmbito da Ação 5.5, foi intensificado o controle do consumo noturno e fora do expediente, com foco na conscientização dos usuários e no monitoramento de equipamentos deixados ligados indevidamente. Essa medida contribuiu para reduzir desperdícios e fortalecer práticas de consumo responsável.

Em relação à Ação 5.6, os projetos de reforma, ampliação e adequação das edificações passaram a observar rigorosamente as diretrizes de eficiência energética e sustentabilidade previstas nas normas técnicas aplicáveis, buscando elevados níveis de desempenho e alinhamento aos critérios da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Selo Procel Edificações “A”).

A Ação 5.7 destacou-se pela consolidação da geração própria de energia por meio do sistema fotovoltaico institucional, composto por uma miniusina e oito micro-usinas. Em 2025, foram injetados 447.391 kWh na rede, sendo que a Sede produziu 1.093.003,97 kWh no período, com geração de excedentes significativos para compensação energética. O projeto contou ainda com capacitação técnica específica, fortalecendo a autonomia institucional na gestão da matriz fotovoltaica.

Por fim, a Ação 5.8 garantiu o monitoramento contínuo dos dados de consumo por meio do Agrupador nº 2421/053, assegurando transparência e acompanhamento sistemático. Em 2025, foi identificada redução de até 13,86% no consumo da Sede entre os meses de novembro e dezembro, resultado da combinação entre modernização da infraestrutura, geração fotovoltaica e medidas de conscientização.

De forma geral, as ações executadas demonstram consolidação de política institucional orientada à eficiência energética, com redução progressiva do consumo, modernização das instalações, otimização contratual e ampliação da geração de energia limpa. A perspectiva para o próximo exercício é de manutenção dos baixos índices de consumo, com expectativa de ganhos adicionais decorrentes da expansão da matriz fotovoltaica e da continuidade das iniciativas estruturais e de gestão implementadas.

6

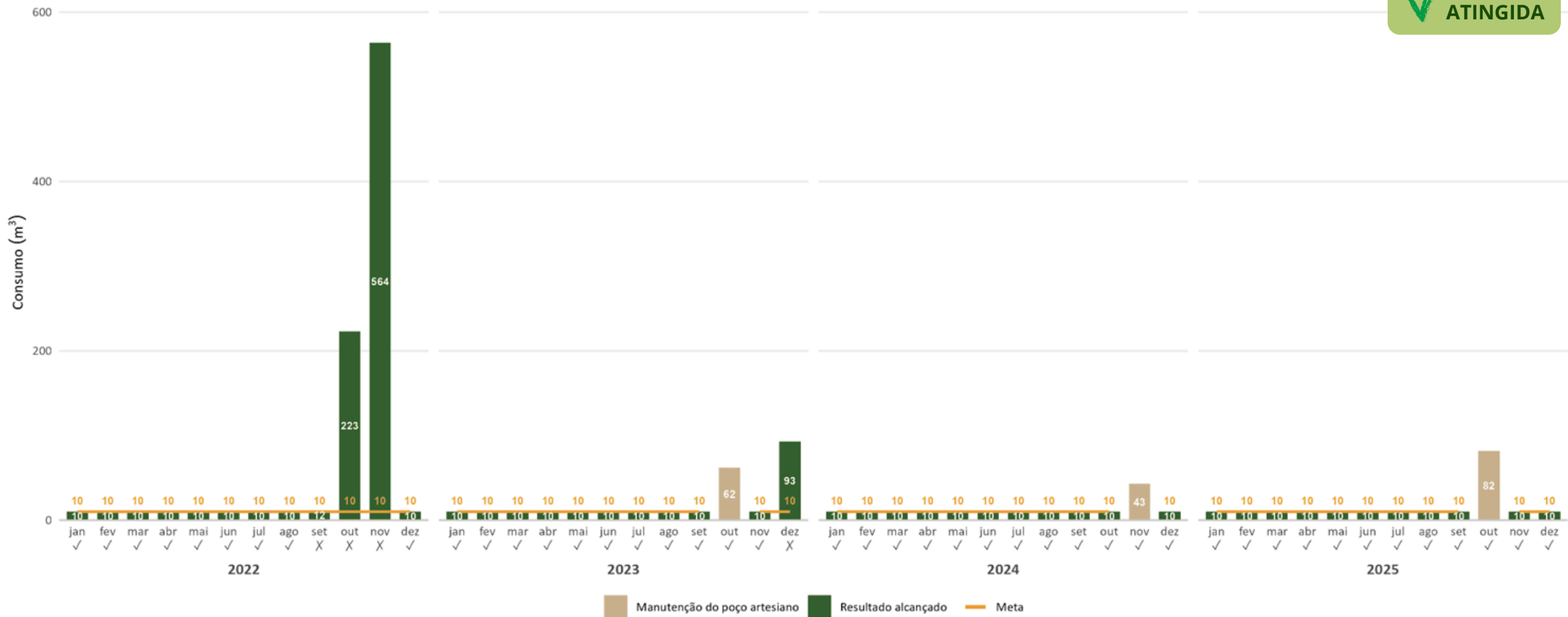
ÁGUA E
ESGOTO



INDICADOR Nº 09: RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO

Consumo total de água fornecida pela concessionária

META
ATINGIDA



Meta: limitar o consumo mensal de água, no período de 2022 a 2026, ao valor correspondente à faixa mínima tarifária vigente (10 m³), excetuados os meses em que houver manutenção do poço artesiano.

Análise do desempenho: em 2025, o consumo manteve-se regular durante praticamente todo o período, com cumprimento da meta de 10 m³ na maioria dos meses, registrando-se apenas um aumento pontual em novembro, quando o consumo atingiu 82 m³. De forma geral, observa-se que a meta foi alcançada na maior parte dos meses analisados ao longo dos anos, sendo os desvios registrados associados, em sua maioria, a manutenções do poço artesiano ou situações específicas. Nota-se ainda uma melhoria significativa após 2022, com redução expressiva de picos elevados e maior eficiência no controle do consumo nos anos seguintes. Assim, conclui-se que o indicador demonstra controle adequado do consumo de água, com meta atingida, restando apenas a necessidade de manter ações preventivas para evitar novos aumentos pontuais.

6

ÁGUA E
ESGOTO



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
6.1 – Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas	07/01/2022	19/12/2026
6.2 – Realizar manutenções preditivas e preventivas nas instalações e equipamentos hidráulicos	01/01/2022	19/12/2026
6.3 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : no prédio que abriga os Cartórios da 20ª e 49ª Zonas Eleitorais e a Central de Atendimento ao Eleitor de Várzea Grande, foi identificado aumento atípico e significativo no consumo no mês de julho, com registro de 57 m³, valor substancialmente superior à média histórica da unidade. A intercorrência foi prontamente detectada por meio do monitoramento realizado pela SINGI, que efetuou inspeção técnica e o reparo de vazamento nas instalações hidráulicas. A eficácia da intervenção foi comprovada no mês subsequente, quando o consumo retornou ao patamar de 23 m³ em agosto, representando redução de 59,6% em relação ao período anterior e o restabelecimento do padrão regular da unidade.

Outros fatores relevantes que influenciaram o comportamento do indicador ao longo do exercício incluem: (i) a sazonalidade climática, uma vez que o aumento observado entre os meses de agosto e outubro coincide com o período de estiagem severa e de temperaturas elevadas no Estado de Mato Grosso, o que naturalmente amplia a demanda hídrica para manutenção predial e usos essenciais; e (ii) a alteração tarifária relativa ao serviço de esgotamento sanitário, verificada a partir de novembro de 2025, com a incidência de taxa correspondente a 90% do consumo de água em diversas unidades, impactando os custos mesmo em meses de consumo estabilizado.

No comparativo anual, o consumo total de água reduziu-se de 6.888 m³ em 2024 para 6.735 m³ em 2025, correspondendo a uma economia de 153 m³, equivalente a aproximadamente 2,22%, mesmo diante da intercorrência registrada nos Cartórios Eleitorais de Várzea Grande. Ademais, a meta institucional de manter o consumo mínimo de 10 m³ no prédio-sede do TRE-MT, ressaltados os períodos de manutenção do poço artesiano, foi devidamente cumprida, permanecendo os registros dentro do parâmetro estabelecido.

As ações 6.1 e 6.2 do Plano de Logística Sustentável são executadas de forma contínua, com adoção imediata de providências sempre que identificados vazamentos ou demandas de manutenção hidráulica, aliadas à manutenção de rotina preventiva nos prédios ocupados pelo Tribunal. No que se refere à ação 6.3, foi implementado instrumento de transparência e monitoramento mediante a disponibilização de painel em plataforma Power BI na intranet institucional, possibilitando o acompanhamento detalhado do consumo de água por unidade.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade do monitoramento sistemático, da atuação preventiva e corretiva e das ferramentas de transparência adotadas, reforçando o compromisso institucional com a gestão eficiente dos recursos hídricos e com os objetivos estabelecidos no Plano de Logística Sustentável.

O monitoramento do consumo de água será mantido e ampliado, com foco em manutenção preditiva para prevenir perdas e na gestão dos impactos financeiros decorrentes da nova tarifa de esgoto, garantindo uso eficiente dos recursos hídricos e sustentabilidade das unidades do TRE-MT.

7

GESTÃO DE
RESÍDUOS

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS

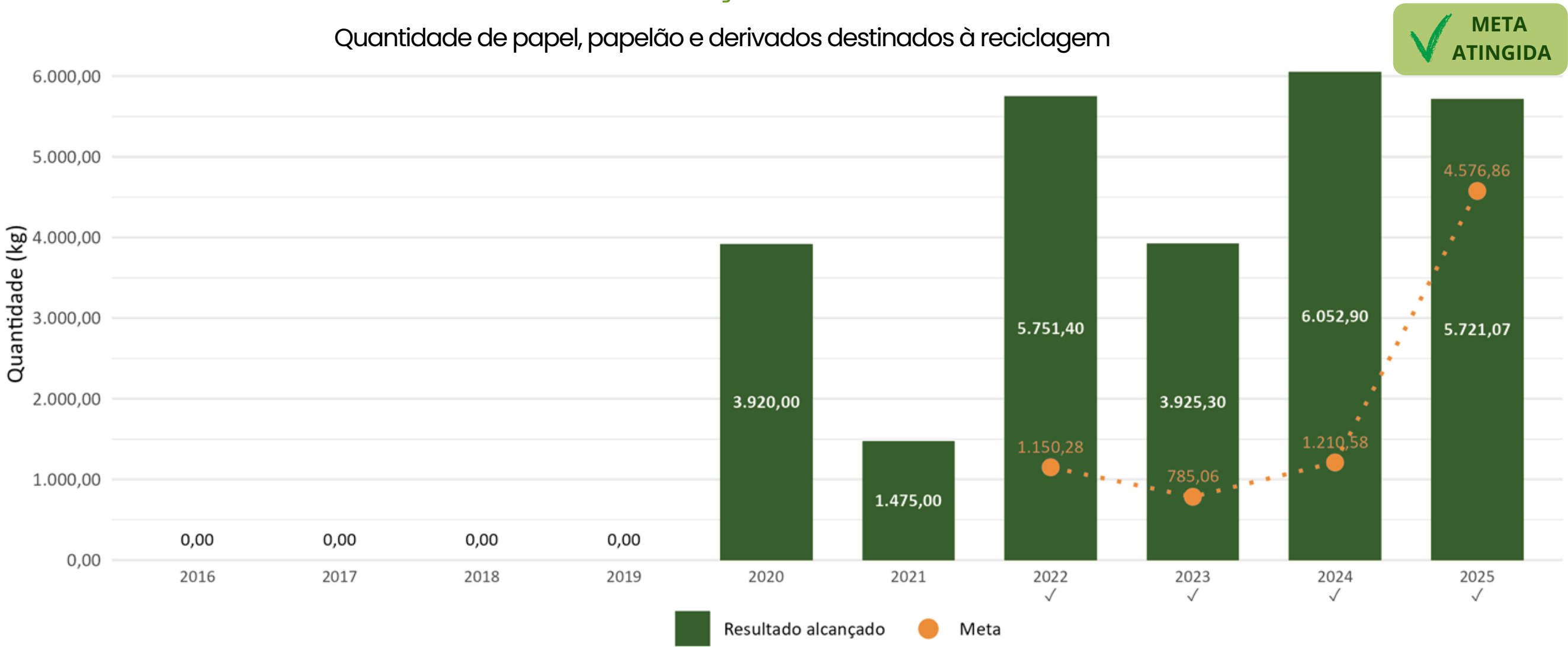


12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS



INDICADOR Nº 10: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE PAPEL

Quantidade de papel, papelão e derivados destinados à reciclagem



Meta: alcançar 20% de reciclagem sobre o total de resíduos de papel gerados em cada ano do triênio 2022-2024, elevando esta meta para 80% anuais no biênio 2025-2026.

Análise do desempenho: a partir de 2022, verifica-se uma retomada consistente e um avanço relevante nos resultados, com aumento substancial da quantidade destinada à reciclagem (5.751,40 kg), superando amplamente a meta estabelecida para o período. Em 2023 houve nova queda no desempenho (3.925,30 kg), ficando acima da meta, porém abaixo do resultado do ano anterior, o que indica a necessidade de reforço contínuo das ações de segregação e conscientização. Em 2024, o desempenho voltou a crescer, alcançando 6.052,90 kg, novamente superando a meta anual e demonstrando maior maturidade no sistema de gestão de resíduos. Já em 2025, mesmo com uma leve redução em relação a 2024 (5.721,07 kg), o resultado permaneceu significativamente superior à meta estabelecida (4.576,86 kg), caracterizando meta atingida e consolidando a efetividade das ações adotadas.

De forma geral, o indicador apresenta tendência positiva, com superação das metas nos últimos anos avaliados, evidenciando avanços na gestão de resíduos, maior adesão às práticas de reciclagem e fortalecimento da cultura de sustentabilidade institucional. Recomenda-se a continuidade das ações de educação ambiental, o aprimoramento dos processos de coleta seletiva e o monitoramento constante, visando manter a estabilidade dos resultados e reduzir oscilações anuais.

7

GESTÃO DE
RESÍDUOS

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS



INDICADOR Nº 11: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS PLÁSTICOS

Quantidade de plásticos destinados à reciclagem



Meta: alcançar 20% de reciclagem sobre o total de resíduos plásticos gerados em cada ano do triênio 2022-2024, elevando esta meta para 60% anuais no biênio 2025-2026.

Análise do desempenho: em 2021 e 2022, verifica-se uma evolução progressiva e significativa dos resultados, passando de 528 kg para 804,70 kg, superando as metas estabelecidas para ambos os anos. Esse crescimento indica maior eficiência nos processos de segregação, coleta e encaminhamento adequado dos resíduos plásticos.

No entanto, em 2023 ocorre uma queda acentuada no desempenho, com apenas 110,50 kg destinados à reciclagem, ficando abaixo do resultado dos anos anteriores e evidenciando possível descontinuidade nas ações, mudanças operacionais ou redução no volume de resíduos gerados e coletados.

Em 2024, apesar de uma leve recuperação (274,20 kg), o resultado ainda se manteve relativamente baixo, embora superior à meta definida para o período, indicando esforço de retomada gradual das práticas de reciclagem.

Já em 2025, observa-se um crescimento expressivo e atípico, alcançando 1.779,54 kg, superando de forma significativa a meta anual (1.067,72 kg). Esse resultado demonstra uma consolidação das ações de gestão de resíduos plásticos, maior adesão às práticas de reciclagem e possível ampliação dos pontos de coleta ou melhoria nos registros e controles. Em linhas gerais, o indicador apresenta oscilações ao longo dos anos, mas com tendência positiva no período mais recente, culminando no atingimento e superação da meta em 2025. Recomenda-se a manutenção das ações implementadas, o fortalecimento da conscientização ambiental e o acompanhamento contínuo do indicador, visando garantir a estabilidade dos resultados e evitar novas quedas no desempenho.

7

GESTÃO DE
RESÍDUOS

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



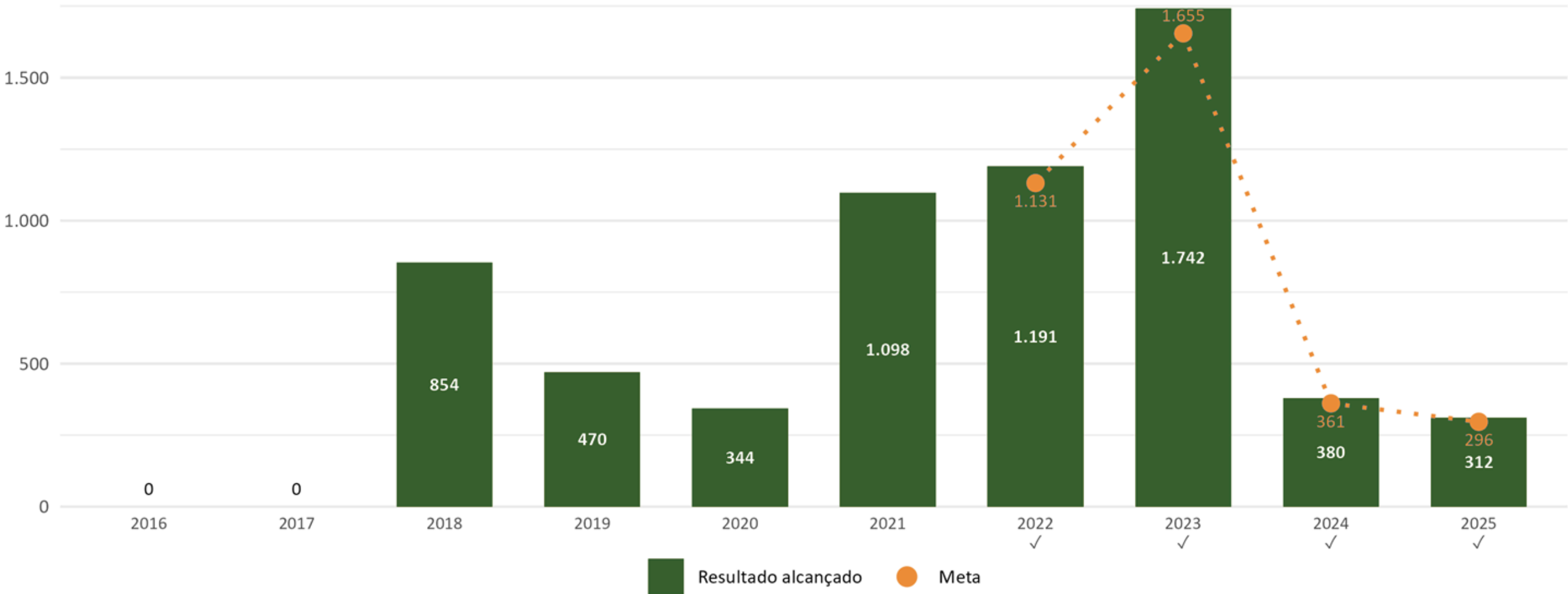
12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS



INDICADOR Nº 12: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE LÂMPADAS

Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta

META
ATINGIDA



Meta: destinar à descontaminação e destinação correta 95% das lâmpadas coletadas no Tribunal.

Análise do desempenho: em 2024 e 2025 ocorre uma redução acentuada nos volumes (380 e 312 lâmpadas). Apesar da queda, os valores permanecem alinhados às metas revisadas, conforme indicado no gráfico com a sinalização de “meta atingida”.O desempenho geral demonstra evolução positiva do indicador ao longo dos anos, com destaque para o período de 2021 a 2023, quando os resultados superaram as metas estabelecidas. A redução observada em 2024 e 2025 não compromete o atendimento do indicador, sugerindo adequação das metas à nova realidade operacional, maior eficiência no uso de lâmpadas ou menor geração de resíduos. O indicador mostra amadurecimento da gestão de resíduos, com metas atingidas e pico de desempenho em 2023, reforçando a efetividade do programa de destinação ambientalmente adequada.

7

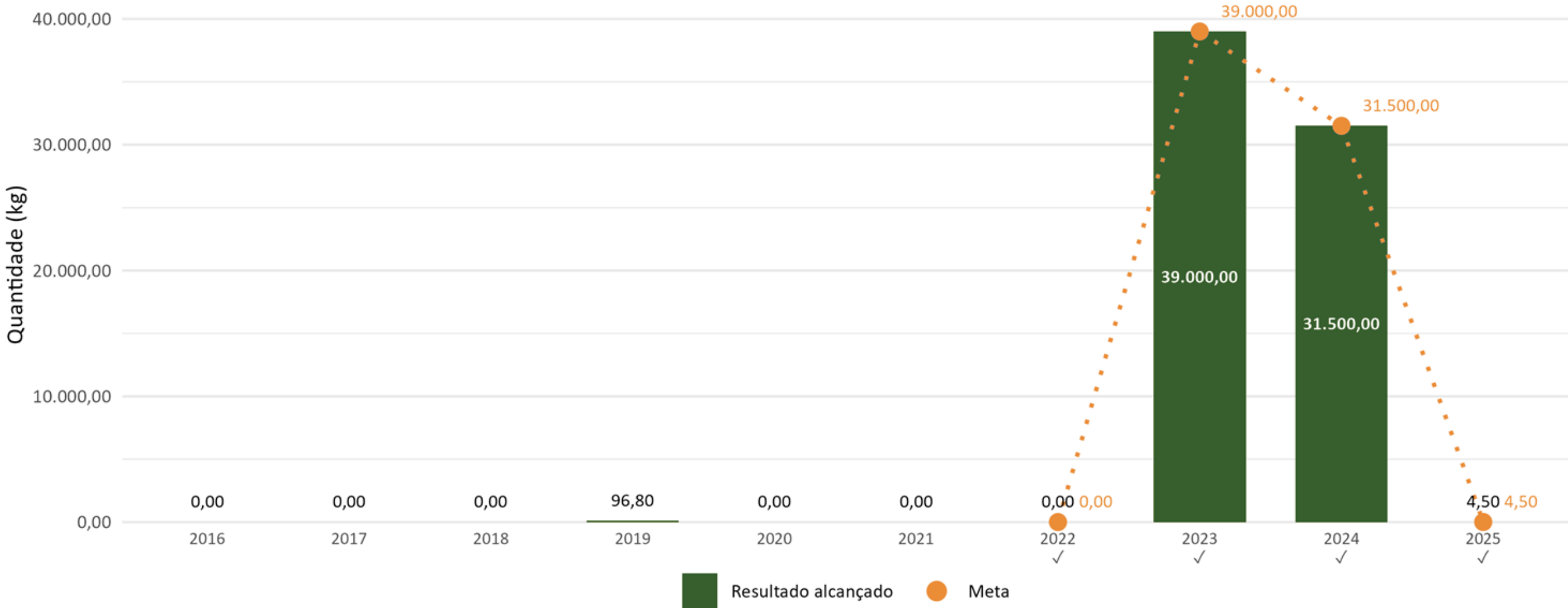
GESTÃO DE
RESÍDUOS



INDICADOR Nº 13: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE OBRAS E REFORMAS

META
ATINGIDA

Quantidade de resíduos de obra ou de reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil



Meta: destinar 100% dos resíduos de obras e reformas para aterros de resíduos da construção civil ou sistemas de reuso.

Análise do desempenho: no ano de 2024 observa-se redução do volume para 31.500 kg, acompanhando a diminuição das atividades de obras, ainda assim atingindo a meta prevista para o ano. Já em relação ao ano de 2025 há uma queda acentuada, com apenas 4,5 kg, indicando a conclusão das grandes intervenções e retorno à normalidade operacional, mantendo o atendimento à meta. O indicador evidencia que a geração de resíduos está diretamente relacionada à realização de obras e reformas, apresentando picos nos períodos de maior intervenção estrutural. Em todos os anos com geração significativa, os resíduos foram corretamente destinados ao aterro de resíduos da construção civil, com metas atingidas, o que demonstra eficiência no controle, conformidade legal e responsabilidade ambiental. O desempenho confirma que a destinação dos resíduos de obras e reformas é realizada de forma adequada, com metas cumpridas mesmo nos períodos de maior geração.

7

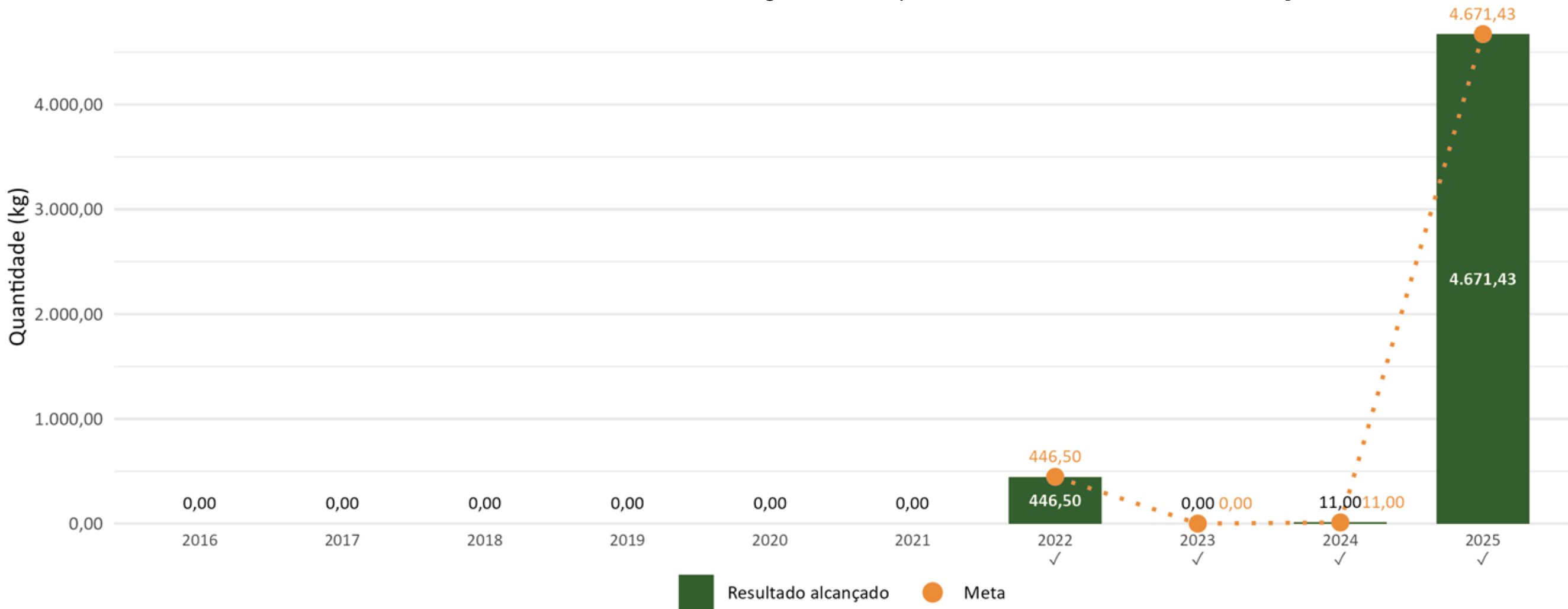
GESTÃO DE
RESÍDUOS



INDICADOR Nº 14: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS

META
ATINGIDA

Quantidade de resíduos de informática destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta



Meta: destinar 100% dos resíduos eletroeletrônicos gerados ao reaproveitamento ou a outra destinação ambientalmente correta em todo o período 2022-2026.

Análise do desempenho: em 2025 há um aumento expressivo, atingindo 4.671,43 kg, superando amplamente os anos anteriores e atingindo a meta estabelecida. Esse resultado indica a realização de ações relevantes, como renovação de equipamentos, descarte de ativos obsoletos ou mutirões de destinação correta.

O indicador demonstra que a geração de resíduos eletroeletrônicos é episódica, variando conforme ciclos de atualização tecnológica. Nos anos com descarte, os resíduos foram encaminhados de forma ambientalmente adequada, com metas atingidas, evidenciando conformidade legal, responsabilidade ambiental e evolução no controle do processo. O pico registrado em 2025 evidencia a efetividade das ações de destinação correta de resíduos eletroeletrônicos, mantendo o cumprimento das metas e fortalecendo a gestão ambiental da instituição.

7

GESTÃO DE
RESÍDUOS



INDICADOR Nº 15: DESTINAÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO

Todos os resíduos de suprimentos de impressão são descartados adequadamente por empresa contratada para esse fim. Entretanto, a empresa não mensura a quantidade destinada por cada um dos órgãos e entidades atendidos, o que inviabiliza essa mensuração.



Meta: destinar 100% dos resíduos de suprimentos de impressão gerados no período a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem.

Análise do desempenho: otimizar o processo de aquisição e uso de copos descartáveis, em face da geração de resíduos do consumo, e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo.

7

GESTÃO DE
RESÍDUOS



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
7.1 – Promover a implantação da coleta seletiva com separação entre materiais orgânicos e materiais recicláveis, observada a legislação pertinente e a tabela de cores	07/01/2022	31/10/2025
7.2 – Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados, especialmente dos recicláveis	07/01/2022	19/12/2026
7.3 – Estimular que os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) tragam materiais recicláveis para terem destinação ambientalmente correta juntamente com os materiais produzidos no órgão	07/01/2022	19/12/2026
7.4 – Monitorar os dados de descarte de resíduos e informá-los ao corpo funcional	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : no exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso intensificou a implementação de medidas voltadas à separação adequada e à destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos, contribuindo significativamente para o alcance dos resultados previstos no Plano de Logística Sustentável e para o fortalecimento das práticas de gestão ambiental institucional. Ao longo do ano, foram adotadas diversas ações estruturantes, dentre as quais se destacam: i) Campanha “Adote uma Lixeira”, incentivando a separação de papel, papelão e plásticos no prédio-sede, por meio da distribuição de recipientes específicos para materiais recicláveis; ii) Contratação de empresa especializada, com apoio na elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e no processo de certificação Lixo Zero, possibilitando a identificação, classificação e destinação adequada dos resíduos; iii) Aprovação do Projeto Termo de Abertura do de Compostagem, com foco na destinação de resíduos orgânicos e geração de adubo; iv) Campanha de conscientização institucional, incentivando servidores sem coleta seletiva residencial a trazer resíduos recicláveis ao Tribunal, com destinação correta às cooperativas parceiras, apoiada por podcast institucional; v) Desfazimento de materiais de consumo inservíveis, com 482 kg de papel destinados à reciclagem; vi) Desfazimento de bens permanentes inservíveis, totalizando aproximadamente 9 toneladas de materiais encaminhados às cooperativas para descarte ambientalmente adequado.

Apesar dos desafios inerentes à gestão de resíduos sólidos, o Tribunal manteve esforços contínuos para assegurar a separação correta de recicláveis, incluindo papelão, papel branco, garrafas PET, plásticos, pilhas, lâmpadas, resíduos eletrônicos e metais, com destinação formal às cooperativas ASMATS, COOPERPAM, COOPERCBA e ACAMARC.

O relatório consolidado de 2025 aponta a destinação correta de aproximadamente 16 toneladas de resíduos, distribuídas da seguinte forma: i) papel e papelão: 5.721,07 kg; ii) plásticos: 1.779,54 kg; iii) pilhas e baterias: 16,60 kg; iv) lâmpadas: 312 unidades; v) resíduos eletrônicos: 4.671,43 kg; vi) resíduos metálicos: 3.087,30 kg.

Os resultados evidenciam a consolidação de práticas sustentáveis na gestão, separação e destinação final dos resíduos sólidos, bem como o fortalecimento das parcerias com cooperativas locais, reafirmando o compromisso institucional do TRE-MT com a responsabilidade socioambiental e com os objetivos do PLS.

A continuidade das ações de conscientização ambiental, aliada ao monitoramento sistemático dos fluxos de resíduos, tende a reduzir falhas operacionais, minimizar descartes inadequados e ampliar a eficiência do processo de logística reversa.

Para 2026, será elaborado o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, permitindo diagnóstico completo do perfil de resíduos do TRE-MT e implementação das medidas necessárias para a destinação adequada. Além disso, a contratação de serviços de compostagem de resíduos orgânicos possibilitará a destinação correta de todos os tipos de resíduos produzidos no prédio-sede do Tribunal.

8

REFORMAS E
CONSTRUÇÕES

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



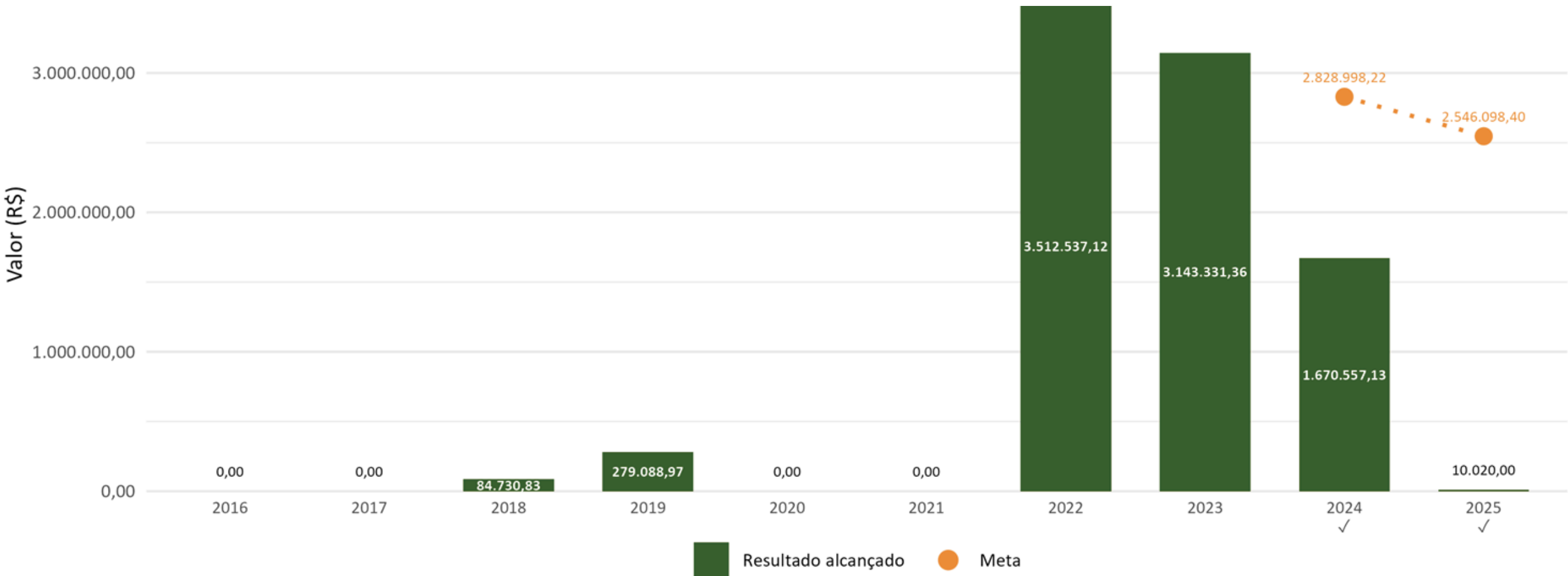
12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS



INDICADOR Nº 16: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM REFORMAS

Despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute (materiais de construção, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário)

META
ATINGIDA



Meta: reduzir os gastos com reformas e mudanças de leiaute em 10% ao ano no triênio 2024-2026, sendo que a meta de cada ano será calculada sobre o valor-limite estabelecido para o ano imediatamente anterior, tendo como base inicial a despesa realizada em 2023.

Análise do desempenho: a meta estabelecida para 2025 foi de R\$ 2.546.098,40, mantendo a tendência de redução em relação aos anos anteriores. No mesmo exercício, a despesa realizada totaliza R\$ 10.020,00, valor significativamente inferior ao limite fixado. Esses resultados evidenciam forte controle orçamentário e efetiva racionalização das despesas com reformas, mantendo os gastos muito abaixo do limite estipulado. O resultado confirma a consolidação das medidas de planejamento e gestão implementadas nos anos anteriores, caracterizando meta amplamente atingida até o período analisado.

8

REFORMAS E
CONSTRUÇÕES

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 PRODUÇÃO E
CONSUMO
RESPONSÁVEIS



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
8.1 – Realizar levantamento anual de gastos com ações de manutenção e adaptação predial nas unidades	07/01/2022	19/12/2026
8.2 – Implantar a rede wi-fi no ambiente corporativo	03/02/2025	

Análise das ações : nesse contexto, destaca-se o Projeto de Acessibilidade (Sede e Anexos), contratado com Davyson Roberto dos S. de Brito, por meio do Contrato nº 35/2023, no valor total de R\$ 50.099,99, dos quais R\$ 10.020,00 foram liquidados em 2025. A entrega do Estudo Preliminar viabilizou o alinhamento às diretrizes da Portaria Conjunta MGI-MDHC nº 45/2024, assegurando conformidade normativa desde a fase inicial. O planejamento para 2026 já contempla a inclusão da iniciativa no Plano de Obras, com a elaboração dos projetos básico e executivo.

Foram igualmente realizadas contratações estratégicas voltadas à preparação de futuras intervenções nos espaços do TRE-MT, cujos projetos terão desenvolvimento no próximo exercício, quais sejam:i) Projeto do Espaço de Conservação de Urnas Eletrônicas, contratado com a Vivax Construtora LTDA, por meio do Contrato nº 33/2025, no valor de R\$ 102.121,74; ii) Projeto de Interiores – Sala da Presidência, também contratado com a Vivax Construtora LTDA, conforme Contrato nº 35/2025, no valor de R\$ 17.424,89;

iii) Projeto de Interiores – Recepção da Secretaria Judiciária, contratado com Tales Viebrantz Fernandes, por meio do Contrato nº 20/2025, no valor de R\$ 20.619,68.

Houve, ainda, a continuidade de projetos iniciados em exercícios anteriores, com destaque para o Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (Sede e Anexos), contratado com A. Pereira Leite Materiais para Construções ME, conforme Contrato nº 39/2023, no valor total de R\$ 1.668.155,55, dos quais R\$ 1.466.833,98 foram liquidados, correspondendo a 88% de execução física, concluída em 2024. Não obstante o elevado percentual executado, a conclusão integral do objeto permanece suspensa em razão de inconformidades técnicas e do descumprimento do cronograma contratual pela empresa executora.

A atuação proativa e rigorosa da equipe de fiscalização, conforme registrado no ID 0894579, foi determinante para a proteção do erário e para a racionalização dos gastos públicos. A decisão administrativa pelo Recebimento Provisório com Ressalvas condicionou o pagamento do saldo remanescente – aproximadamente 12% do valor contratual – à completa regularização das falhas apontadas nos relatórios técnicos e à aprovação em vistoria do Corpo de Bombeiros. Em razão disso, não houve liquidação financeira vinculada a esse contrato no exercício de 2025, uma vez que as pendências permanecem sob análise técnica e administrativa.

Tal conduta reforça o compromisso institucional com a eficiência e a responsabilidade fiscal, assegurando que os recursos públicos sejam desembolsados apenas mediante a entrega de serviços que atendam integralmente aos padrões de segurança e qualidade exigidos.

Ressalta-se, por fim, que a meta do indicador foi devidamente alcançada, considerando que a projeção inicial era de R\$ 2.546.098,40. Contudo, em função da alteração do Plano de Obras e das orientações do Tribunal Superior Eleitoral, que vedaram a realização de obras e reformas de grande vulto no período, houve redução significativa da execução financeira, que se limitou a R\$ 10.020,00.

A tendência de melhora projetada para 2026 decorre diretamente da maturação dos projetos técnicos contratados em 2025. A transição estruturada da fase de estudos e projetos para a execução de obras, já amparada por projetos básicos e executivos detalhados, reduz significativamente a necessidade de aditivos contratuais, improvisações técnicas e retrabalhos. Ademais, a conformidade com o laudo técnico de acessibilidade (SEI nº 05101.2025-3) amplia a segurança jurídica e regulatória do Tribunal, mitigando riscos de passivos administrativos.

A melhora esperada para 2026 não se restringe ao aspecto quantitativo, mas representa um avanço qualitativo na gestão das obras. Com a conclusão dos projetos básicos e executivos da Secretaria Judiciária, da Sala da Presidência e do Espaço de Conservação de Urnas, os processos licitatórios para execução física contarão com orçamentos mais precisos e tecnicamente consistentes, impactando positivamente o desempenho do indicador. Para o próximo exercício, está prevista a consolidação integral do levantamento das necessidades e a inclusão dos projetos executivos no Plano de Obras do Tribunal, viabilizando a execução física das adaptações planejadas, com monitoramento contínuo de custos e otimização da aplicação dos recursos públicos.

9

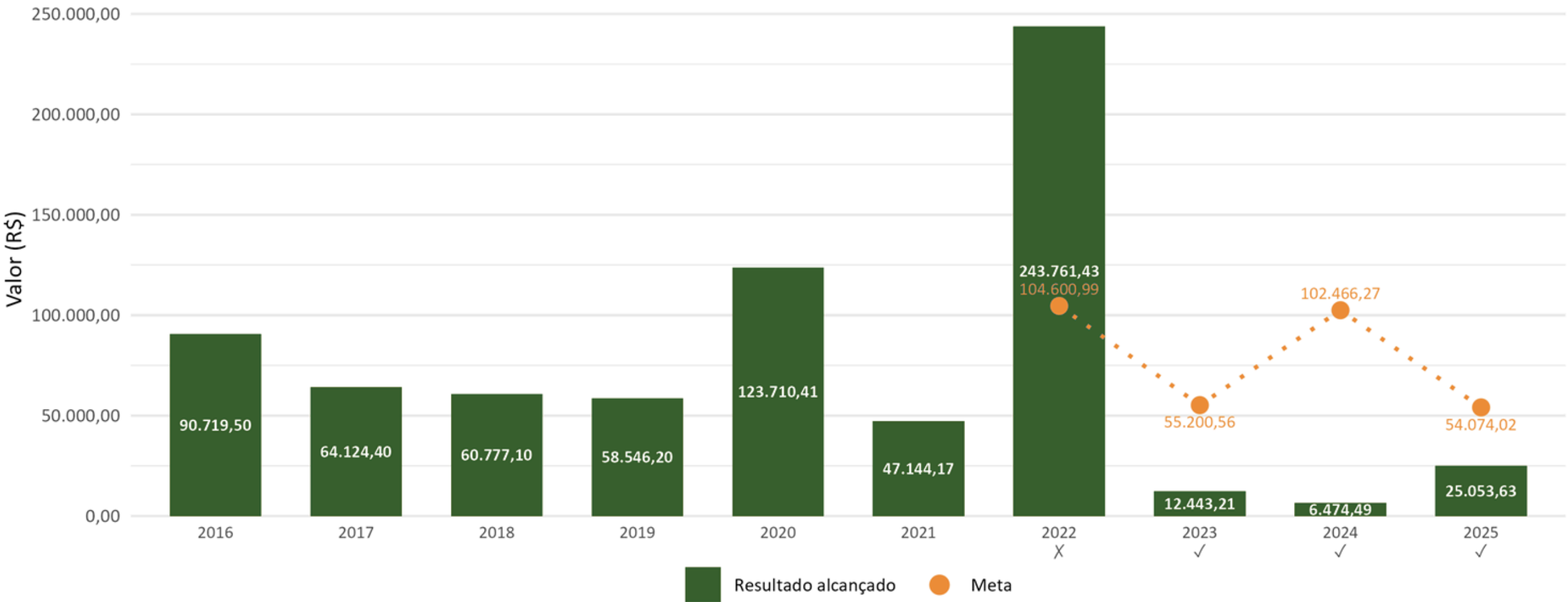
LIMPEZA



INDICADOR Nº 17: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM MATERIAL DE LIMPEZA

Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza

META
ATINGIDA



Meta: reduzir progressivamente os gastos com material de limpeza, com metas anuais de 2% em 2022 e 2023, 4% em 2024 e 2025, e 6% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2020 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, a despesa realizada foi de R\$ 25.053,63, inferior à meta fixada de R\$ 54.074,02, indicando manutenção do controle e da racionalização dos gastos, esses dados demonstram que o desempenho das ações relacionadas ao contrato de limpeza foi avaliado de forma positiva, em razão do acompanhamento sistemático da execução contratual e da adoção de práticas orientadas à gestão eficiente dos recursos, em consonância com os objetivos definidos no Plano de Logística Sustentável (PLS).

9

LIMPEZA



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
9.1 – Acompanhar o contrato de limpeza para promover observância aos critérios de sustentabilidade	07/01/2022	19/12/2026
9.2 – Reduzir o consumo de itens de materiais de limpeza utilizados na manutenção predial	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : no entre os fatores determinantes para os resultados alcançados, destacam-se o fortalecimento da fiscalização contratual, o controle rigoroso do consumo de materiais e produtos de limpeza e a observância dos critérios de sustentabilidade previstos no instrumento contratual. Essas medidas contribuíram para a melhoria contínua dos processos e para o uso mais racional dos insumos.

A racionalização do consumo, aliada à orientação permanente da empresa contratada quanto às boas práticas operacionais, possibilitou a redução significativa de desperdícios, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados. O alinhamento entre as áreas envolvidas, bem como a atuação preventiva na identificação e correção de eventuais desvios, assegurou a estabilidade, a regularidade e a eficiência da execução contratual ao longo do exercício.

No período, o gasto com materiais e produtos de limpeza totalizou R\$ 24.367,98, valor substancialmente inferior ao limite estabelecido na meta programada de R\$ 54.074,02, representando uma economia aproximada de 55% em relação ao montante previsto. Esse resultado evidencia a efetividade das ações de controle adotadas, bem como o cumprimento do objetivo proposto.

As ações 9.1 e 9.2 do Plano de Logística Sustentável permanecem em execução contínua, com monitoramento sistemático voltado à observância dos critérios de sustentabilidade, à racionalização do uso de recursos e à redução de desperdícios, sem comprometer a qualidade dos serviços contratados. As atividades são acompanhadas rotineiramente pelo zelador e fiscalizadas pela SEMAP, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e dos padrões estabelecidos.

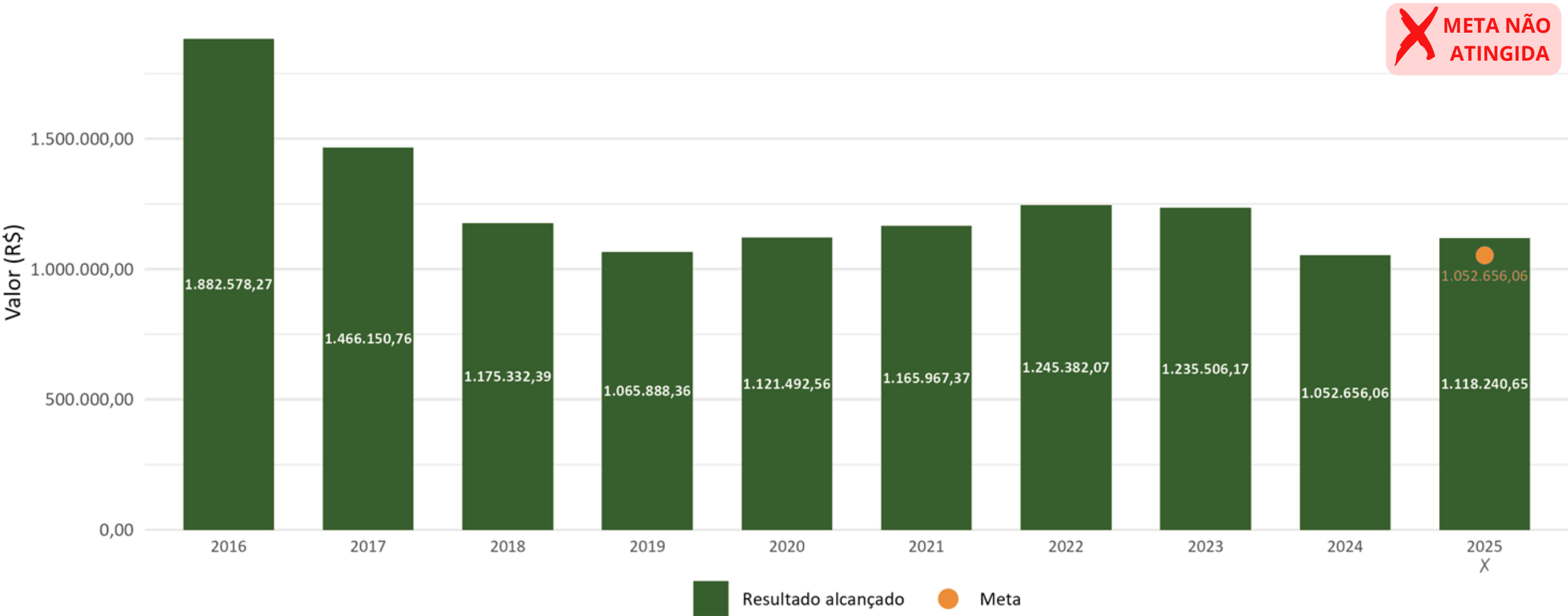
A expectativa é de continuidade do acompanhamento qualificado do contrato de limpeza, com o aprimoramento das rotinas de fiscalização, a realização de ajustes pontuais na execução e o fortalecimento do foco na racionalização do uso de insumos e na alocação eficiente dos recursos. As ações deverão observar, de forma permanente, os critérios de sustentabilidade e os cenários de risco mapeados, com vistas à manutenção da qualidade dos serviços, à mitigação de impactos ambientais e à otimização dos custos operacionais. Nesse contexto, projeta-se a utilização cada vez mais consciente dos produtos de limpeza, com ênfase na otimização de sua forma de uso, aliando eficácia e eficiência operacional. Tal abordagem assegura a manutenção dos padrões de segurança sanitária e ambiental para todos os usuários, em estrita observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade estabelecidos.

10
VIGILÂNCIA



INDICADOR Nº 18: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

Despesa total realizada com os contratos e/ou termos aditivos com a prestação de serviços de vigilância armada, desarmada e eletrônica



Objetivo: limitar, em cada exercício do biênio 2025-2026, os gastos com serviços de vigilância armada, desarmada e eletrônica ao valor da despesa realizada no exercício imediatamente anterior.

Análise do desempenho: no exercício de 2025, o indicador de racionalização dos gastos com serviços de vigilância apresentou desempenho compatível com as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS (ciclo 2022-2026), considerando as especificidades do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e os riscos inerentes à segurança institucional da Justiça Eleitoral.

10

VIGILÂNCIA



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
10.1 – Monitorar os dados dos contratos de vigilância	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : os gastos associados aos contratos de vigilância armada, desarmada e eletrônica atingiram seu ponto de equilíbrio, não havendo margem adicional significativa para reduções sem impacto nos níveis mínimos de segurança. Nesse contexto, ao longo do atual ciclo do PLS/TRE-MT, as ações concentram-se no acompanhamento sistemático das despesas e na estruturação de estudos técnicos voltados à identificação de oportunidades pontuais de racionalização, sem comprometimento da segurança institucional.

Foram adotadas medidas de otimização contratual com foco na revisão criteriosa de postos, na adequação das jornadas de trabalho e na redistribuição dos recursos de vigilância física, assegurando a manutenção de níveis adequados de proteção às instalações, às pessoas e aos ativos estratégicos da Justiça Eleitoral. Contribuíram de forma decisiva para o resultado alcançado: i) a análise técnica dos contratos vigentes, com ênfase na eliminação de sobreposições operacionais e na reavaliação de postos, associada à ampliação do uso de recursos de vigilância eletrônica e de sistemas de controle de acesso, reduzindo a dependência exclusiva da vigilância presencial em áreas de menor criticidade; ii) a manutenção de níveis de vigilância compatíveis com as avaliações de risco, fundamentadas em estudos e relatórios estratégicos produzidos por órgãos de inteligência do Estado brasileiro, a exemplo da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, que classificam o sistema eleitoral como infraestrutura crítica, sujeita a ameaças híbridas, ações de desinformação, tentativas de sabotagem e riscos à integridade física de instalações e agentes públicos, especialmente em períodos pré-eleitorais.

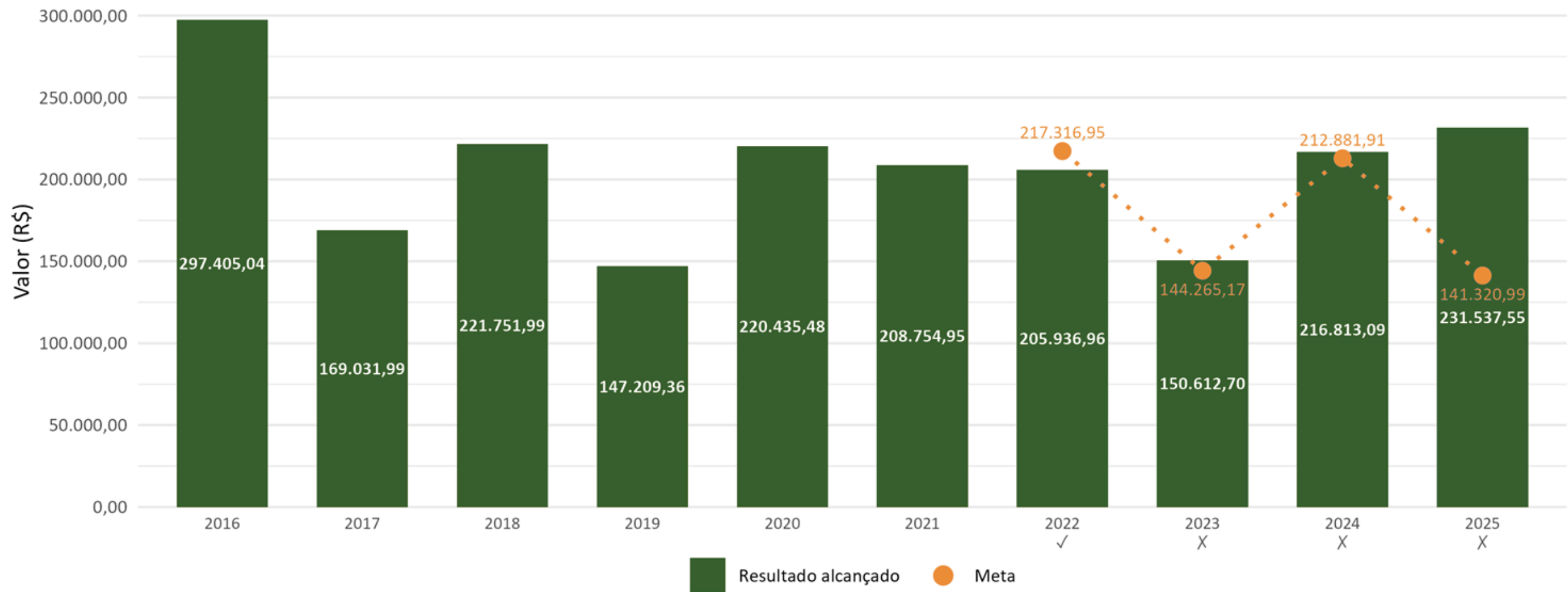
Nesse cenário, o desempenho do indicador reflete a adoção de um equilíbrio responsável entre sustentabilidade econômica e segurança institucional, reconhecendo a vigilância como condição indispensável ao regular funcionamento da Justiça Eleitoral e à proteção do processo democrático. As medidas implementadas evidenciam que a racionalização dos gastos com serviços de vigilância foi conduzida de forma técnica, criteriosa e alinhada ao PLS, garantindo eficiência na aplicação dos recursos públicos sem prejuízo da missão constitucional do Tribunal. A tendência para 2026 é de estabilidade dos gastos com os serviços de vigilância, mesmo diante do aumento do nível de alerta institucional decorrente do calendário eleitoral. Embora permaneça o compromisso com a racionalização e a eficiência contratual, a necessidade de reforço preventivo da segurança institucional impõe limites à adoção de reduções mais significativas, em razão dos riscos inerentes à proteção do processo eleitoral. Mantém-se a expectativa de continuidade das ações de gestão qualificada dos contratos, com ajustes pontuais e foco na alocação estratégica dos recursos de vigilância. As decisões permanecerão fundamentadas nos cenários de risco mapeados pelos órgãos de inteligência e pelas instâncias superiores da Justiça Eleitoral, assegurando a preservação dos níveis adequados de segurança, sem prejuízo à eficiência na aplicação dos recursos públicos.

11
TELEFONIA



INDICADOR Nº 19: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM TELEFONIA FIXA
Despesa total realizada com serviços de telefonia fixa

X META NÃO ATINGIDA



Meta: reduzir progressivamente os gastos com telefonia fixa, com metas anuais de 2% em 2022 e 2023, 4% em 2024 e 2025, e 6% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, a despesa total realizada com serviços de telefonia fixa foi de R\$ 231.537,55, enquanto a meta estabelecida para o período era de R\$ 141.320,99. Observa-se, portanto, um desvio significativo de R\$ 90.216,56 acima da meta, representando um desempenho desfavorável no indicador de racionalização de gastos. Além de não atingir o objetivo proposto, 2025 registrou um dos maiores valores da série recente, superando inclusive os resultados de 2022, 2023 e 2024. Esse cenário evidencia a necessidade de reavaliação das estratégias de controle e redução de despesas com telefonia fixa, com adoção de medidas mais efetivas de monitoramento, renegociação contratual e possível redimensionamento dos serviços contratados, a fim de restabelecer a trajetória de redução dos gastos.

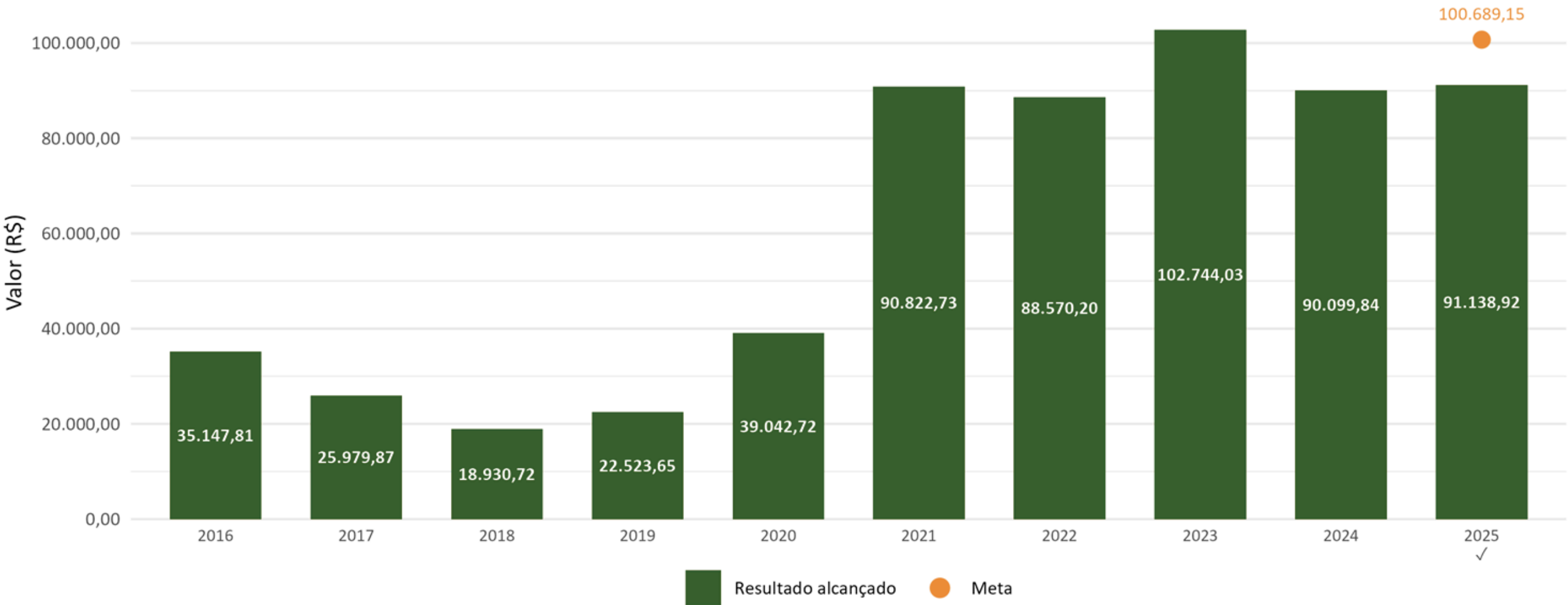
11
TELEFONIA



INDICADOR Nº 20: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM TELEFONIA MÓVEL

Despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos

META
ATINGIDA



Meta: reduzir os gastos com telefonia fixa em 2% em 2025 e em 1% em 2026, tomando como base, respectivamente, a despesa realizada em 2023 para o ano de 2025 (não eleitoral) e a despesa realizada em 2024 para o ano de 2026 (eleitoral).

Análise do desempenho: no ano de 2025, verifica-se que a despesa realizada foi de R\$ 91.138,92, enquanto a meta estabelecida era de R\$ 100.689,15. O resultado ficou R\$ 9.550,23 abaixo da meta, evidenciando cumprimento do objetivo proposto e desempenho favorável do indicador no exercício. Além de atingir a meta, 2025 manteve o gasto em patamar inferior ao registrado em 2023 e próximo ao de 2024, demonstrando estabilidade e controle das despesas após o pico observado anteriormente.

11

TELEFONIA



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
11.1 – Implantar tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol), em todos os ramais telefônicos da sede e manter um ramal VoIP em cada cartório eleitoral.	07/01/2022	19/12/2026
11.2 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações : a implementação da tecnologia VoIP teve como objetivo promover a redução dos custos com telefonia fixa, por meio da migração para uma solução baseada em rede de dados, mais moderna e potencialmente mais econômica. Contudo, ao observar o comportamento das despesas, verifica-se que, nos exercícios de 2024 e 2025, houve elevação dos gastos, culminando, em 2025, no montante de R\$ 231.537,55, valor superior à meta estabelecida. Esse resultado está diretamente relacionado, sobretudo, ao aumento do quantitativo de linhas ativas, que passou de 504 linhas no ano-base da meta (2019) para 548 linhas em 2025. Tal crescimento decorre da ampliação da estrutura administrativa, da manutenção de unidades descentralizadas e da necessidade de assegurar atendimento contínuo às atividades institucionais. Ressalta-se que a expansão do número de linhas impacta diretamente os custos fixos do contrato, independentemente das ações de racionalização de uso, uma vez que parte significativa da despesa está vinculada à disponibilidade do serviço.

Assim, embora a adoção do VoIP represente avanço tecnológico relevante e possa gerar economia estrutural no médio e longo prazo, seus efeitos ainda não foram suficientes para assegurar o cumprimento da meta no último exercício, especialmente diante do aumento da demanda por serviços. O cenário evidencia a necessidade de revisão da utilização dos ramais, do dimensionamento do serviço contratado e da ampliação ou otimização da tecnologia implantada, buscando maior eficiência operacional e financeira. No que se refere à telefonia móvel, observa-se redução das despesas em 2024 e manutenção do patamar em 2025, quando o valor executado (R\$ 91.138,92) permaneceu abaixo da meta fixada (R\$ 100.689,15). Esse desempenho indica que o monitoramento sistemático dos gastos e a divulgação das informações ao corpo funcional contribuíram para maior conscientização dos usuários e utilização mais racional dos serviços.

Quanto ao exercício de 2026, é possível que ocorra leve crescimento dos gastos, especialmente em razão do caráter eleitoral do período, o que reforça a importância de planejamento prévio, monitoramento contínuo e adoção de medidas compensatórias de racionalização, sempre que tecnicamente viáveis, a fim de garantir maior aderência às metas estabelecidas e equilíbrio na execução orçamentária.

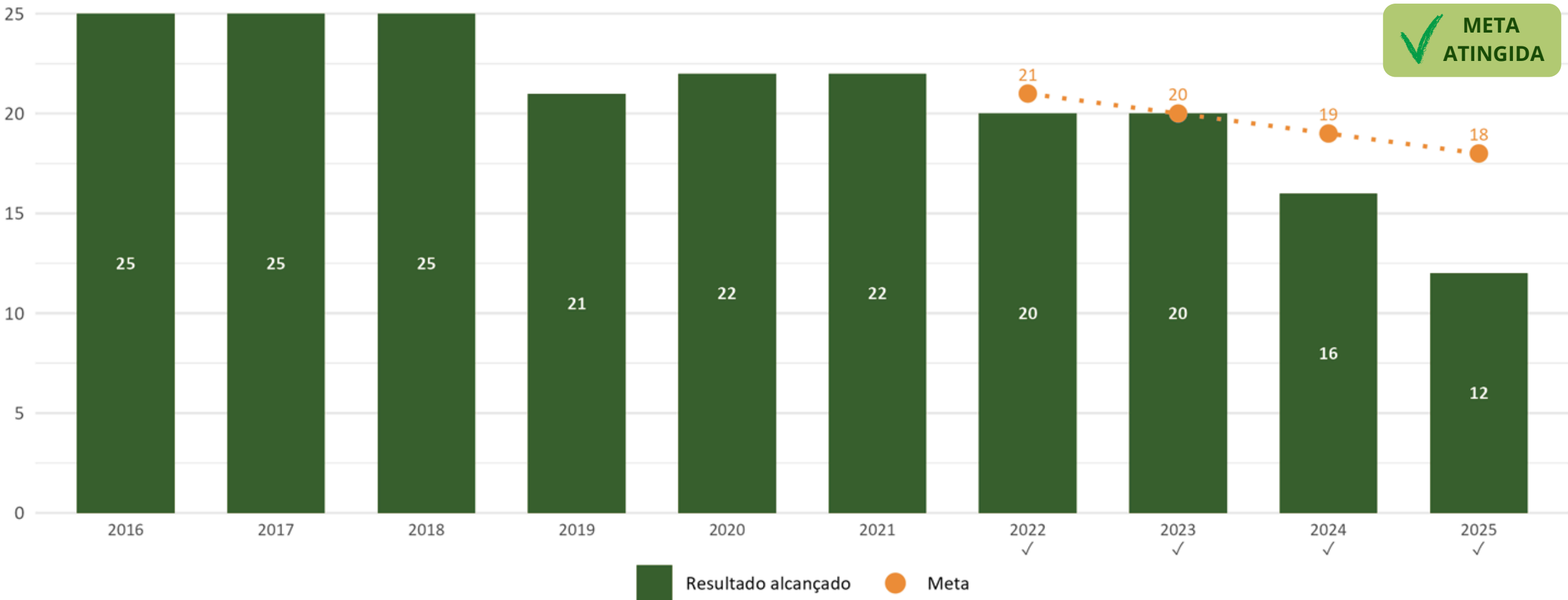
12

VEÍCULOS



INDICADOR Nº 21: QUANTIDADE DE VEÍCULOS MOVIDOS A COMBUSTÍVEIS EXCLUSIVAMENTE FÓSSEIS

Quantidade de veículos, próprios ou locados, movidos exclusivamente a gasolina ou a diesel, existentes ao final do ano



Meta: reduzir em 5 pontos percentuais ao ano, no período de 2022 a 2026, a quantidade de veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis (gasolina e diesel), tomando como base fixa o inventário da frota de 2021, de modo a atingir uma redução total de 25% ao final do ciclo.

Análise do desempenho: o o exercício de 2025 apresenta o melhor desempenho de toda a série histórica. A quantidade de veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis foi reduzida para 12 unidades, representando uma diminuição de 4 veículos em relação a 2024 (16 veículos) e de 10 veículos em comparação com o ano-base de 2021 (22 veículos).

Em relação à meta estabelecida para 2025 (18 veículos), observa-se uma superação expressiva, com resultado 33% inferior ao limite fixado, evidenciando desempenho muito acima do esperado. Trata-se da maior redução anual registrada no período analisado, consolidando a tendência de substituição gradual da frota por alternativas mais sustentáveis.

O resultado de 2025 demonstra a efetividade das medidas implementadas no âmbito da gestão da frota, indicando não apenas o cumprimento da meta prevista no Plano, mas também avanço significativo na política institucional de redução do uso de combustíveis fósseis, com impactos positivos tanto sob a perspectiva ambiental quanto da racionalização de despesas públicas.

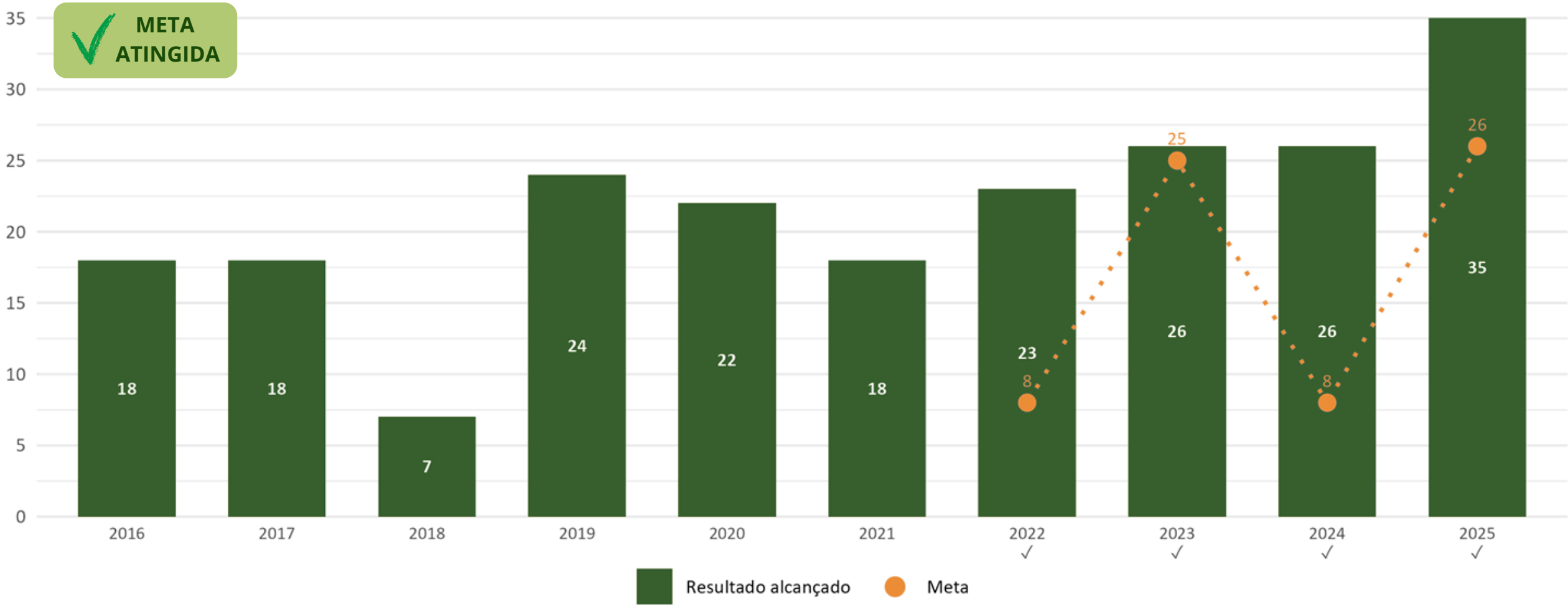
12

VEÍCULOS



INDICADOR Nº 22: QUANTIDADE DE USUÁRIOS POR VEÍCULOS DE SERVIÇO

Quantidade relativa de usuários (servidores, terceirizados e estagiários), por veículos de serviço, próprios ou locados



Meta: aumentar progressivamente a quantidade de usuários por veículo de serviço, com metas anuais de 2% em 2022, 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade observada em 2018 para os anos pares (eleitorais) e em 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: o exercício de 2025 apresenta desempenho excepcional no indicador de quantidade de usuários por veículo de serviço. O resultado alcançado foi de 35 usuários por veículo, o maior valor de toda a série histórica analisada. Em relação à meta estabelecida para o ano (26 usuários por veículo), observa-se superação significativa, com desempenho aproximadamente 34% superior ao previsto. Trata-se do maior distanciamento positivo em relação à meta no ciclo 2022-2026, evidenciando elevado grau de eficiência na gestão da frota. Comparativamente a 2024, quando o índice foi de 26 usuários por veículo, houve aumento expressivo de 9 pontos no indicador, demonstrando avanço consistente na racionalização do uso dos veículos institucionais. O resultado sinaliza aprimoramento no planejamento das demandas, maior compartilhamento da frota e otimização da logística de transporte. Assim, o desempenho de 2025 consolida a efetividade das ações implementadas, contribuindo diretamente para a redução de custos operacionais e para o fortalecimento da política institucional de uso eficiente dos recursos públicos.

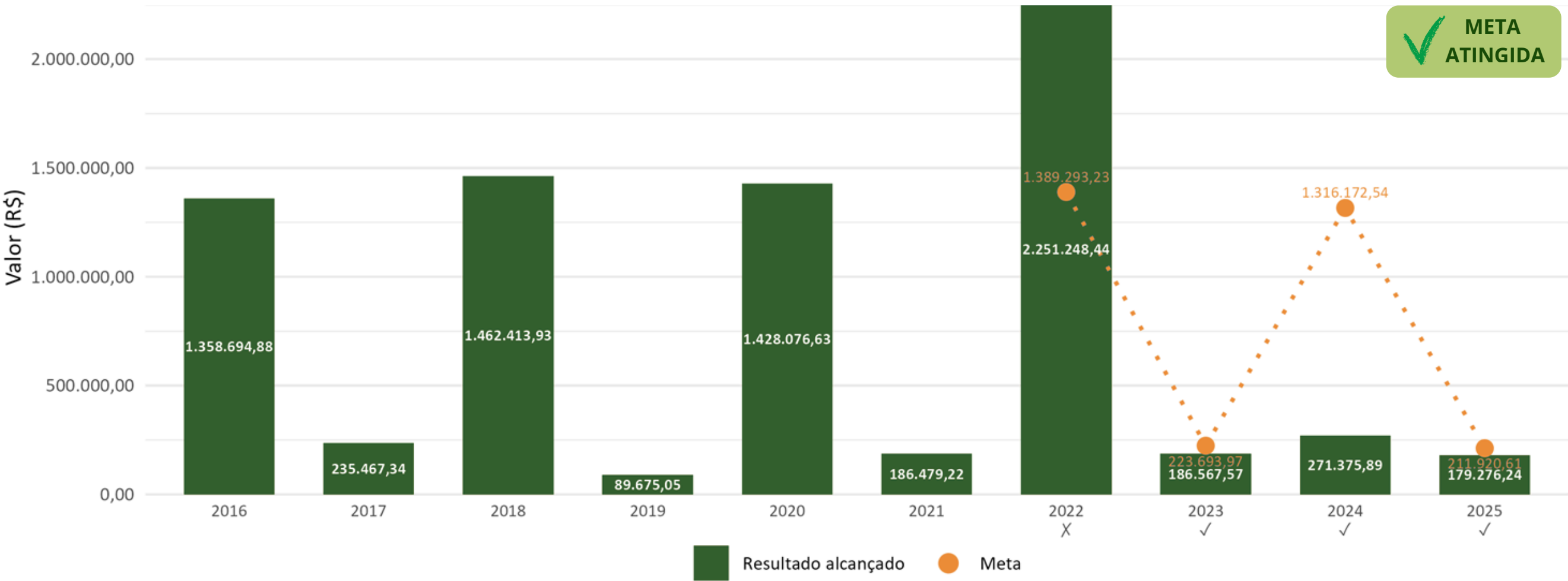
12

VEÍCULOS



INDICADOR Nº 23: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção de veículos



Meta: reduzir progressivamente os gastos com manutenção de veículos, com metas anuais de 5% em 2022 e 2023, 10% em 2024 e 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2017 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: o exercício de 2025 consolida a trajetória de controle e racionalização das despesas com manutenção de veículos. No período, foi registrada despesa de R\$ 179.276,24, valor inferior à meta estabelecida para o ano (R\$ 211.250,61), evidenciando cumprimento do objetivo proposto. A economia alcançada corresponde a aproximadamente 15% abaixo do limite fixado, demonstrando desempenho superior ao previsto no planejamento. Além disso, observa-se redução em relação a 2024 (R\$ 271.375,89), indicando continuidade no processo de otimização dos custos mesmo após ano eleitoral, quando tradicionalmente há maior desgaste da frota. O resultado de 2025 confirma a consolidação das medidas de gestão implementadas, como aprimoramento do planejamento de manutenções preventivas, maior controle contratual e acompanhamento sistemático das despesas. Assim, o desempenho do exercício evidencia maturidade na gestão da frota, contribuindo para o uso mais eficiente dos recursos públicos e para a sustentabilidade financeira institucional.

12

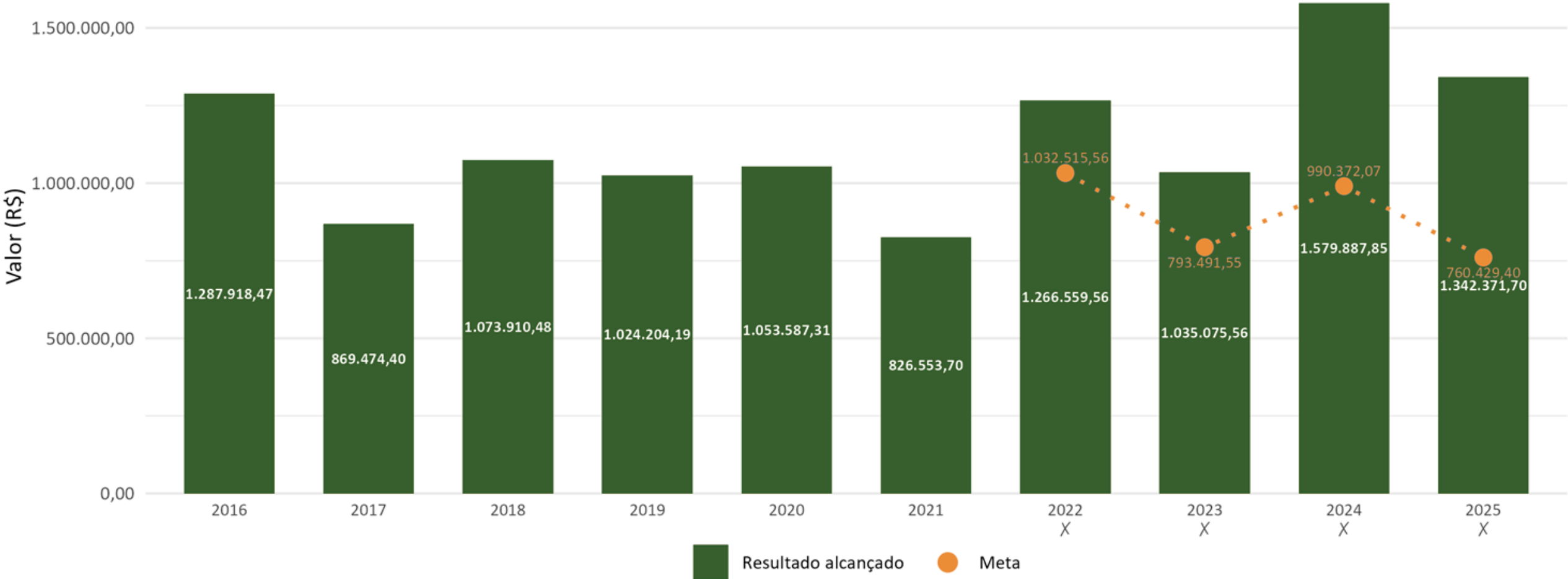
VEÍCULOS



INDICADOR Nº 24: RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS COM CONTRATOS DE MOTORISTAS

Despesa total realizada com contratos de motoristas e/ou termos aditivos

X META NÃO ATINGIDA



Meta: reduzir progressivamente os gastos com contratos de motoristas, com metas anuais de 2% em 2022, 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade observada em 2018 para os anos pares (eleitorais) e em 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, a despesa com contratos de motoristas totalizou R\$ 1.342.371,70, enquanto a meta estabelecida para o período era de R\$ 760.429,40. O resultado evidencia descumprimento da meta, com execução aproximadamente 76% superior ao limite previsto, configurando o maior desvio proporcional do ciclo 2022-2026.

Embora tenha ocorrido redução em relação a 2024 (R\$ 1.579.887,85), o patamar de gasto permanece significativamente acima do objetivo de racionalização definido no Plano. Isso indica que, mesmo em ano não eleitoral, as despesas mantiveram-se elevadas, demonstrando que os fatores que pressionaram os custos não se restringem exclusivamente ao calendário eleitoral.

O desempenho de 2025 sinaliza a necessidade de reavaliação das estratégias de gestão contratual, com análise do quantitativo de postos, da necessidade de horas extras, da possibilidade de redimensionamento da força de trabalho ou de ampliação de soluções alternativas (como otimização de rotas e maior compartilhamento de veículos).

Assim, o resultado do exercício evidencia que, apesar de leve retração em relação ao ano anterior, ainda não houve alinhamento efetivo entre a execução da despesa e a meta de redução progressiva estabelecida para o indicador.

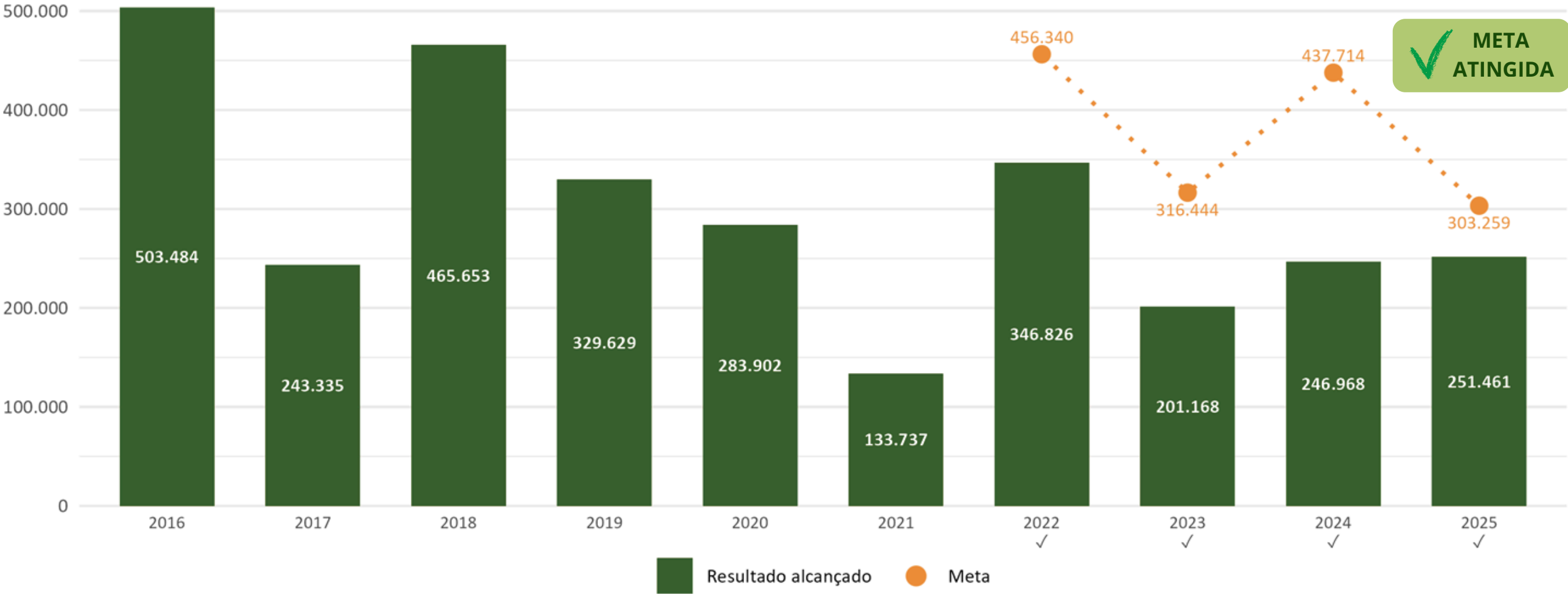
13

COMBUSTÍVEL



INDICADOR Nº 25: RACIONALIZAÇÃO DA QUILOMETRAGEM

Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados



Meta: reduzir progressivamente a quilometragem percorrida pelos veículos, com metas anuais de 2% em 2022, 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade observada em 2018 para os anos pares (eleitorais) e em 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, a quilometragem total percorrida pelos veículos institucionais foi de 251.461 km, resultado inferior à meta estabelecida de 303.259 km, evidenciando o cumprimento do objetivo proposto.

O desempenho representa aproximadamente 17% de redução em relação ao limite fixado, demonstrando efetividade das ações de planejamento e controle dos deslocamentos. Mesmo diante das demandas operacionais regulares e das atividades institucionais desenvolvidas ao longo do exercício, a gestão conseguiu manter a quilometragem em patamar significativamente abaixo da meta.

Comparativamente a 2024 (246.968 km), observa-se leve acréscimo, o que pode ser atribuído à dinâmica das atividades administrativas no período. Contudo, esse aumento não comprometeu o alcance da meta anual, mantendo o indicador dentro dos parâmetros de racionalização previstos no Plano.

O resultado de 2025 confirma a consolidação das medidas de otimização de rotas, agrupamento de demandas e melhor organização logística, contribuindo diretamente para a redução do consumo de combustível, contenção de despesas operacionais e mitigação de impactos ambientais.

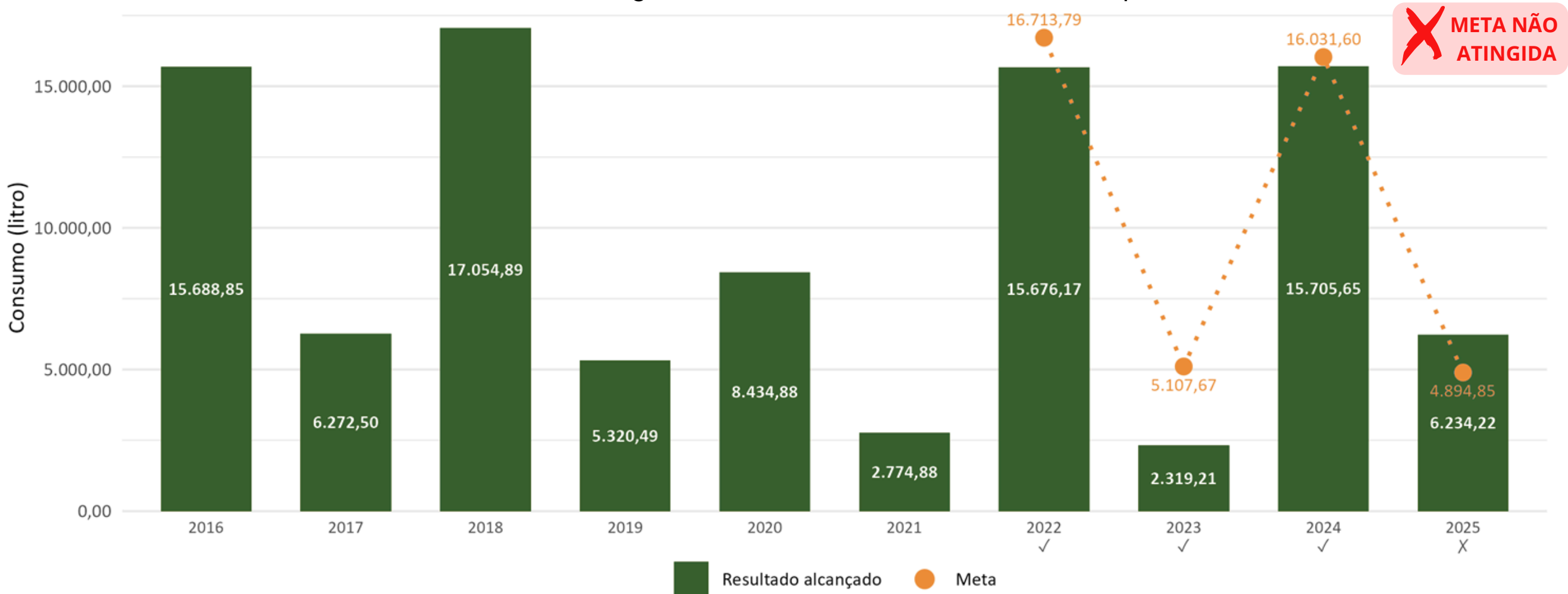
13

COMBUSTÍVEL



INDICADOR Nº 26: RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE GASOLINA

Quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos



Meta: reduzir progressivamente o consumo de gasolina por veículos, com metas anuais de 2% em 2022, 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, verifica-se que o consumo alcançou 6.234,22 litros, enquanto a meta estabelecida era de 4.894,85 litros, configurando não atingimento da meta. O resultado representa consumo superior ao limite previsto, interrompendo a trajetória de cumprimento observada nos três anos anteriores.

Esse desempenho em 2025 indica a necessidade de análise mais aprofundada dos fatores que impactaram o aumento do consumo – como ampliação de deslocamentos institucionais, expansão da frota ou outras demandas operacionais – bem como o reforço das medidas de controle e monitoramento, a fim de retomar a trajetória de redução progressiva prevista no Plano de Logística Sustentável (PLS 2022-2026).

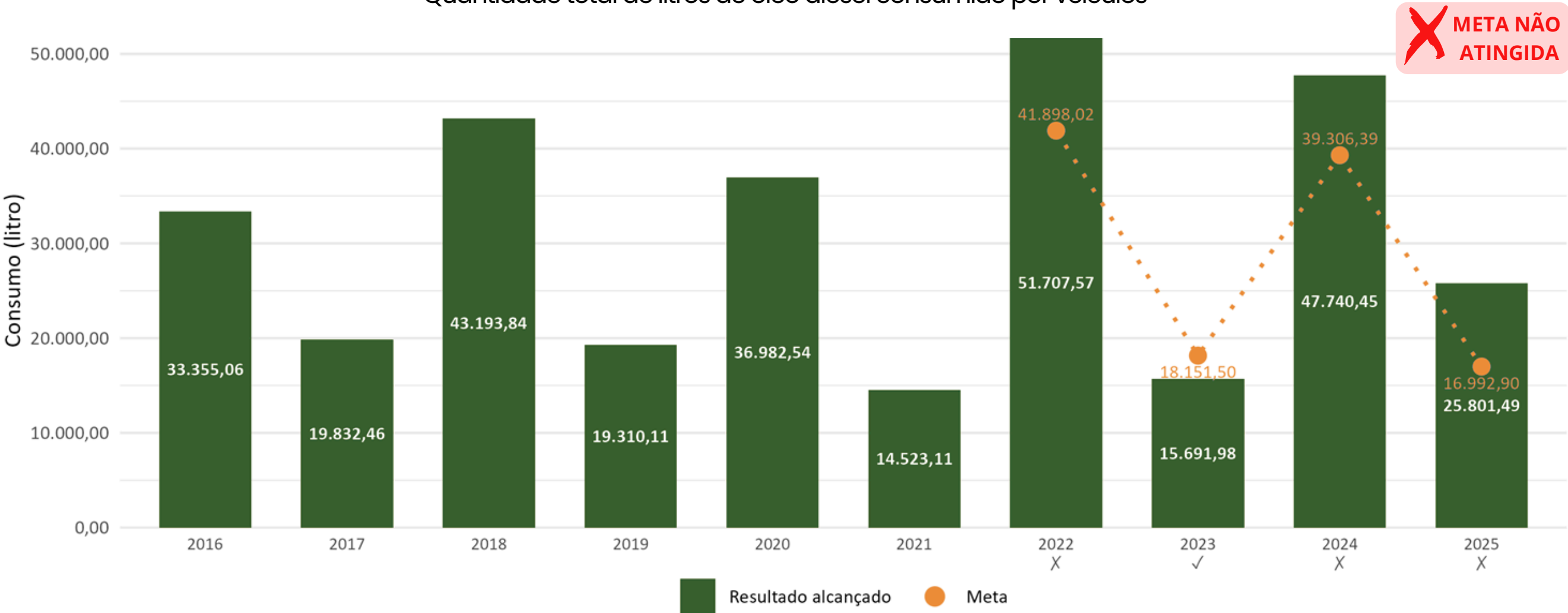
13

COMBUSTÍVEL



INDICADOR Nº 27: RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE DIESEL

Quantidade total de litros de óleo diesel consumido por veículos



Meta: reduzir progressivamente o consumo de gasolina por veículos, com metas anuais de 3% em 2022, 6% em 2023, 9% em 2024, 12% em 2025, e 15% em 2026. O cálculo toma como base o consumo de 2018 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, o consumo alcançou 25.801,49 litros, enquanto a meta estabelecida era de 16.992,90 litros, o que representa descumprimento da meta.

Embora o resultado de 2025 seja significativamente inferior aos patamares observados nos anos eleitorais (2022 e 2024), o volume consumido ficou substancialmente acima do limite previsto para o período, que correspondia a uma redução de 12% em relação ao ano-base (2019). O desempenho indica que, mesmo em ano não eleitoral, o consumo permaneceu elevado frente à meta projetada, sugerindo a necessidade de: i) reavaliar os fatores que impactaram o aumento do consumo (ampliação de rotas, uso intensificado de veículos a diesel, manutenção da frota, entre outros); ii) reforçar mecanismos de controle e monitoramento; iii) aprimorar o planejamento logístico, especialmente quanto à utilização de veículos movidos a diesel; iv) intensificar ações de substituição gradual por veículos mais eficientes ou menos poluentes, quando viável.

Assim, o resultado de 2025 demonstra um ponto de atenção para o cumprimento das metas progressivas previstas no PLS 2022-2026, exigindo medidas corretivas para retomar a trajetória de redução nos próximos exercícios.

13

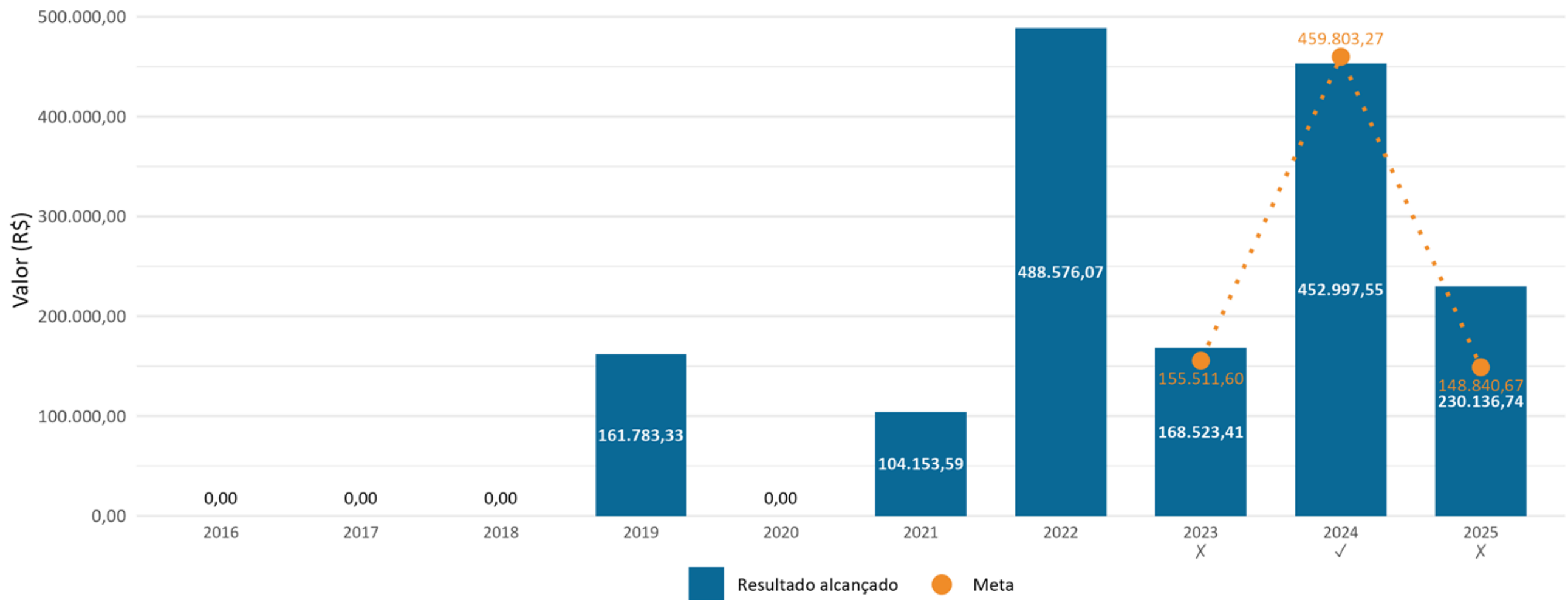
COMBUSTÍVEL



INDICADOR Nº 28: GASTOS COM COMBUSTÍVEIS

Gasto com combustível para abastecimento de veículos

X META NÃO ATINGIDA



Meta: reduzir progressivamente os gastos com combustíveis, com metas anuais de 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base os gastos de 2022 para os anos pares (eleitorais) e de 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: em 2024, apesar de ser ano eleitoral, o resultado foi positivo: o gasto alcançou R\$ 452.997,55, permanecendo abaixo da meta fixada de R\$ 459.803,27, o que demonstra controle financeiro mesmo em cenário de maior exigência operacional. Porém, no exercício de 2025, o gasto com combustíveis totalizou R\$ 230.136,74, enquanto a meta estabelecida era de R\$ 148.840,67, configurando não atingimento da meta. Embora o valor executado em 2025 seja significativamente inferior ao registrado nos anos eleitorais (2022 e 2024), o montante superou de forma expressiva o limite previsto para o período, indicando que a redução projetada não se concretizou na proporção esperada.

12

VEÍCULOS

13

COMBUSTÍVEL



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
12.1 – Planejar e otimizar as rotas dos veículos	07/01/2022	19/12/2026
12.2 – Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios	07/01/2022	19/12/2026
12.3 – Promover a lavagem ecológica (ecolavagem ou biolavagem) dos veículos	07/01/2022	19/12/2026
12.4 – Adquirir veículos com etiquetagem de eficiência energética (Selo Procel “A”)	07/01/2022	19/12/2026
13.1– Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional	01/04/2022	19/12/2026

Análise das ações : a registra-se que as ações dos Eixos 12 (Veículos) e 13 (Combustíveis) estão sendo analisadas de forma integrada, conforme previsto no Plano de Ação do Plano de Logística Sustentável – ciclo 2022-2026, considerando a interdependência entre gestão da frota, consumo de combustíveis, quilometragem e despesas correlatas.

No exercício de 2025, a gestão da frota institucional manteve-se alinhada às Ações 12.1, 12.2, 12.3, 12.4 e 13.1, com foco na eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e racionalização de gastos públicos.

No âmbito da Ação 12.1 – Planejar e otimizar as rotas dos veículos, foram mantidas e aprimoradas medidas de planejamento logístico, com agrupamento de demandas, racionalização de deslocamentos e melhor organização das viagens ao interior do Estado. Tais iniciativas contribuíram diretamente para o desempenho satisfatório do Indicador de Racionalização da Quilometragem, mantendo a quilometragem percorrida em patamar compatível com exercícios anteriores, mesmo diante da ampla extensão territorial do Estado de Mato Grosso e das recorrentes demandas institucionais.

Quanto à Ação 12.2 – Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios, no exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu a renovação parcial da frota oficial, mediante a doação de cinco veículos – quatro movidos exclusivamente a gasolina e um do tipo flex – e a aquisição de cinco veículos híbridos plug-in (PHEV), modelo GWM Haval PHEV 19, ano/modelo 2025/2025.

A medida, alinhada à Ação 12.4 – Adquirir veículos com etiquetagem de eficiência energética (Selo Procel “A”), promoveu a modernização da frota, maior eficiência energética e potencial redução de emissões, além de contribuir para a diminuição do quantitativo de veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis.

No que se refere ao Indicador de Consumo de Gasolina, observou-se comportamento mais controlado em 2025, influenciado pela introdução de veículos híbridos e pela ampliação do uso de combustíveis menos poluentes. Destaca-se a publicação da Portaria nº 421/2025, que determinou a utilização de etanol nos veículos com tecnologia flex, reforçando o alinhamento às diretrizes ambientais institucionais. Ainda assim, o consumo registrado permaneceu acima da meta estabelecida para o exercício, indicando necessidade de continuidade e aperfeiçoamento das medidas de controle.

O indicador de Consumo de Diesel permaneceu fortemente influenciado pela utilização desse combustível em veículos específicos da frota e no funcionamento de grupos geradores, sobretudo em períodos de maior demanda operacional. No exercício de 2025, o volume consumido manteve-se acima da meta estabelecida, ainda que inferior aos patamares registrados em anos eleitorais, evidenciando esforço de contenção, porém insuficiente para o atingimento integral da meta de redução progressiva fixada no PLS. Ressalta-se, ainda, que fatores externos – tais como oscilações nos preços dos combustíveis e a necessidade de deslocamentos frequentes ao interior do Estado, em razão da ampla extensão territorial e das demandas institucionais – continuaram a impactar o desempenho do indicador, limitando o alcance dos resultados projetados.

12

VEÍCULOS

13

COMBUSTÍVEL



Em relação ao Indicador de Gastos com Combustíveis, o resultado apurado em 2025 (R\$ 230.136,74) superou a meta estabelecida para o período (R\$ 148.840,67), caracterizando o não atingimento do indicador. Entretanto, verifica-se redução significativa em comparação ao exercício de 2024 (R\$ 452.997,55), evidenciando avanço na racionalização das despesas e no controle da utilização da frota.

No âmbito da Ação 13.1 – Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional, implementada em 2025, manteve-se rotina sistemática de acompanhamento da quilometragem, dos abastecimentos e dos gastos associados à frota. O monitoramento contínuo fortaleceu o controle administrativo, ampliou a transparência na gestão dos recursos públicos e subsidiou a tomada de decisões voltadas à racionalização das despesas.

Embora nem todas as metas tenham sido integralmente alcançadas no exercício, observam-se avanços estruturais relevantes, especialmente na modernização da frota e no aprimoramento do planejamento logístico. A estratégia adotada priorizou a qualificação tecnológica dos veículos, com foco na eficiência energética e na redução de impactos ambientais, sem comprometer a capacidade operacional necessária ao atendimento das demandas institucionais.

Considerando o aumento previsto de demandas logísticas relacionadas à preparação e execução da Eleição Geral, inclusive com possível ampliação de postos de trabalho de motoristas, admite-se a possibilidade de elevação temporária dos custos operacionais.

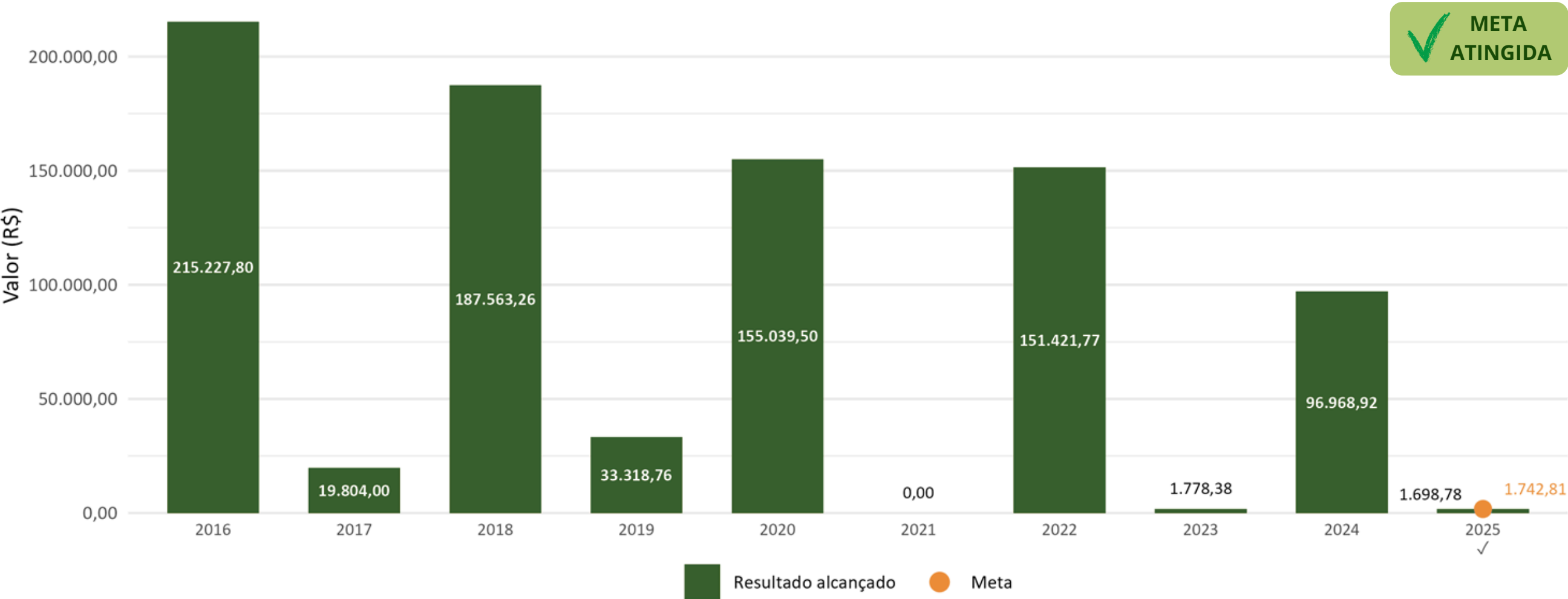
14

APOIO AO SERVIÇO
ADMINISTRATIVO



INDICADOR Nº 29: RACIONALIZAÇÃO DOS GASTOS COM SERVIÇOS GRÁFICOS

Gastos com serviços gráficos e mão de obra relacionada para a produção de materiais impressos



Meta: reduzir os gastos com serviços gráficos em 2% em 2025 e em 1% em 2026, tomando como base, respectivamente, a despesa realizada em 2023 para o ano de 2025 (não eleitoral) e a despesa realizada em 2024 para o ano de 2026 (eleitoral).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, o gasto realizado foi de R\$ 1.698,78, situando-se abaixo da meta estabelecida de R\$ 1.742,81, o que caracteriza meta atingida.

14

APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
Reduzir o gasto com serviços gráficos	07/01/2022	31/10/2025

Análise das ações: conforme demonstrado no gráfico, o exercício de 2025 apresentou desempenho altamente satisfatório no âmbito do Indicador nº 29. O gasto com serviços gráficos totalizou R\$ 1.698,78, valor inferior à meta estabelecida para o período (R\$ 1.742,81), caracterizando o pleno atingimento da meta prevista no Plano de Logística Sustentável (PLS). O resultado confirma a manutenção do patamar reduzido de despesas observado desde 2023 e evidencia a consolidação de práticas administrativas orientadas à economicidade e à sustentabilidade. Ressalta-se que, por se tratar de ano não eleitoral, não foram registradas despesas com materiais gráficos destinados à preparação ou à realização de eleições, circunstância que contribuiu de forma significativa para a redução do dispêndio total no exercício. O baixo volume de despesas em 2025 decorreu, principalmente, da adoção de boas práticas de gestão e da implementação de soluções sustentáveis voltadas à racionalização do uso de recursos e à substituição progressiva de materiais impressos por meios digitais nas ações de comunicação institucional e nos fluxos administrativos.

- Nesse contexto, destacam-se como fatores determinantes para o desempenho alcançado:
- i) Priorização dos meios digitais, com utilização intensiva da intranet, correio eletrônico institucional, painéis eletrônicos e conteúdos audiovisuais, reduzindo significativamente a necessidade de impressões;
 - ii) Planejamento prévio das demandas, com análise criteriosa da real necessidade de produção de materiais impressos, evitando impressões meramente informativas, repetitivas ou de baixo impacto institucional;
 - iii) Ações contínuas de educação e conscientização ambiental, incentivando servidores(as) à adoção de práticas sustentáveis e ao uso racional de recursos;
 - iv) Gestão integrada das solicitações de serviços gráficos, evitando contratações pontuais e dispersas, o que possibilitou maior controle orçamentário e racionalização dos gastos.

Adicionalmente, observa-se tendência consistente de redução na utilização de materiais impressos, motivada tanto pelo consumo planejado dos saldos remanescentes em estoque quanto pelo contínuo aprimoramento tecnológico aplicado aos processos eleitorais e administrativos, resultando em menor demanda por papel e por serviços gráficos.

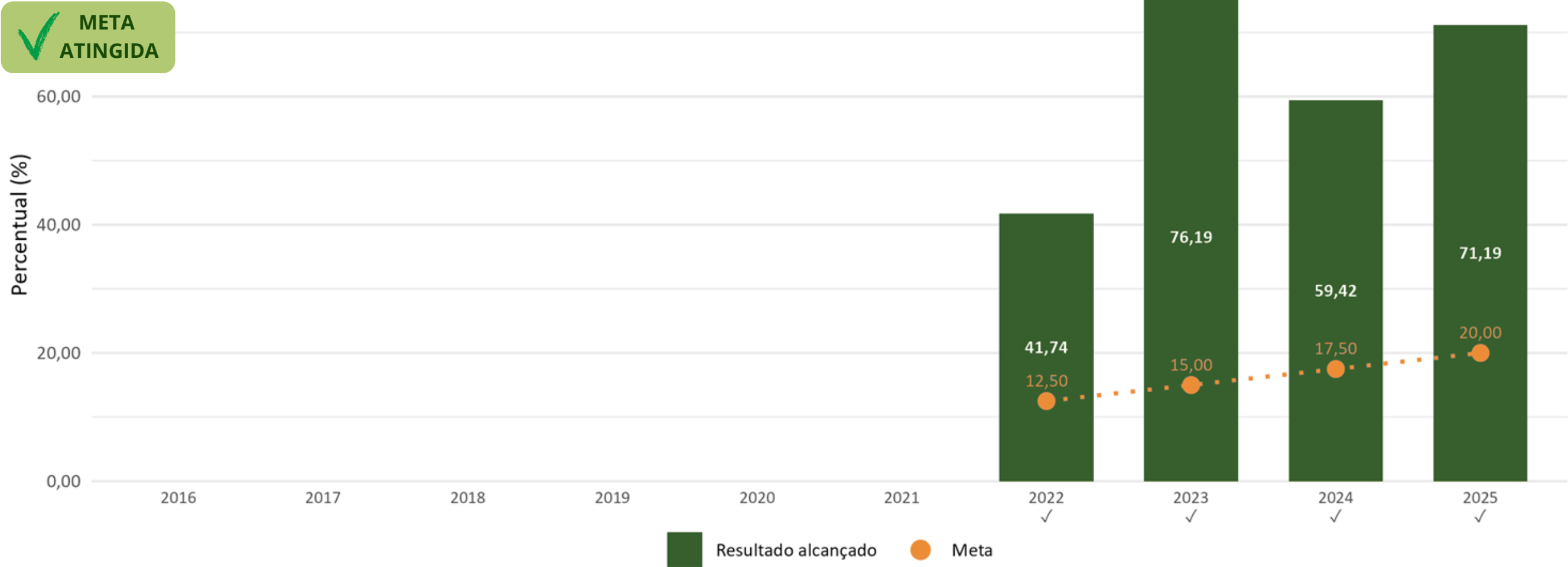
O desempenho do indicador evidencia, portanto, o amadurecimento das práticas de gestão documental e de comunicação institucional no âmbito do TRE-MT, com impactos positivos na redução de custos operacionais e no consumo de insumos, reforçando o compromisso institucional com os princípios da eficiência, da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, em consonância com as diretrizes do PLS 2022-2026. Assim, os resultados de 2025 demonstram alinhamento efetivo às metas estabelecidas e consolidam a evolução da gestão das despesas com serviços gráficos, evidenciando responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

15
COMPRAS
SUSTENTÁVEIS



INDICADOR Nº 30: COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS (CPS)

Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade



Meta: aumentar em 2,5 pontos percentuais ao ano, no período de 2022 a 2026, o percentual de compras públicas sustentáveis em relação ao total de aquisições e contratações realizadas, tendo como base inicial o percentual de 12,5% em 2022, visando atingir o patamar de 22,5% ao final de 2026.

Análise do desempenho: no exercício de 2025, o percentual de aquisições e contratações realizadas com inclusão de critérios de sustentabilidade alcançou 71,19%, resultado significativamente superior à meta estabelecida para o período, fixada em 20,0%. O desempenho evidencia não apenas o cumprimento da meta anual, mas sua superação em mais de 51 pontos percentuais, demonstrando a consolidação das diretrizes de sustentabilidade nas rotinas de compras do TRE-MT.

Observa-se que, embora tenha havido redução em relação ao pico registrado em 2023 (76,19%), o resultado de 2025 apresenta recuperação em comparação a 2024 (59,42%), reafirmando a tendência de manutenção de elevado patamar de adesão aos critérios sustentáveis.

Considerando que o Plano de Logística Sustentável prevê incremento gradual de 2,5 pontos percentuais ao ano, partindo de 12,5% em 2022, o desempenho de 2025 demonstra avanço expressivo e antecipação substancial do patamar projetado para o final do ciclo (22,5% em 2026).

Dessa forma, conclui-se que, em 2025, o TRE-MT alcançou resultado altamente satisfatório no Indicador nº 30, evidenciando maturidade institucional na incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas e reforçando o compromisso com a gestão responsável e sustentável dos recursos públicos.

15

COMPRAS SUSTENTÁVEIS



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
15.1 – Priorizar Compras Sustentáveis	13/12/2021	26/07/2024

Análise das ações: no no exercício de 2025, o percentual de aquisições e contratações realizadas com inclusão de critérios de sustentabilidade atingiu 71%, correspondente a 42 contratações sustentáveis de um total de 59 realizadas. O resultado supera de forma expressiva a meta estabelecida para o período (20%), representando excedente de 51 pontos percentuais, o que evidencia a consolidação das diretrizes de sustentabilidade nas rotinas de compras do TRE-MT e o amadurecimento institucional na condução das contratações públicas sob a ótica socioambiental.

Embora tenham ocorrido oscilações ao longo do ano, com redução pontual no período intermediário, o último trimestre registrou 100% de contratações sustentáveis, contribuindo decisivamente para o resultado anual positivo e demonstrando capacidade institucional de realinhamento e fortalecimento das práticas sustentáveis.

Considerando a trajetória de incremento gradual prevista no Plano de Logística Sustentável, o desempenho de 2025 demonstra avanço significativo e posiciona o órgão em patamar amplamente superior ao projetado para o ciclo vigente.

No Planejamento Estratégico do TRE-MT conta no Projeto Estratégico 11 – Aprimoramento de Compras Públicas Sustentáveis que prevê a inclusão progressiva de critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição e contratação da instituição. Nesse contexto, o resultado alcançado em 2025 reflete a efetividade das ações estruturantes implementadas ao longo dos últimos exercícios e projeta a manutenção do desempenho em 2026, com perspectiva de melhoria contínua. Dentre os fatores que contribuíram para o desempenho observado, destacam-se: i) a adoção de guias de contratações sustentáveis, conforme disposto na Portaria nº 42/2022, que consolidou práticas administrativas e tornou a aplicação dos critérios de sustentabilidade rotineira e padronizada, reduzindo variações sazonais na execução das contratações; ii) as capacitações promovidas sobre planejamento das contratações e sustentabilidade ambiental, que favoreceram a incorporação sistemática de critérios ecológicos, sociais e econômicos desde as fases iniciais de elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e dos Termos de Referência; iii) o acompanhamento realizado pela AGE (ASPLAN), aliado à consolidação das informações constantes dos Relatórios de Acompanhamento da Execução (RAE), que contribuiu para que as contratações realizadas ao longo do exercício apresentassem composição satisfatória, reforçando a estabilidade dos percentuais em 2025.

A estabilidade observada decorre do amadurecimento das práticas de compras públicas sustentáveis, da integração tecnológica e processual e da continuidade de contratos que já incorporam critérios ambientais e sociais, o que projeta a manutenção desse nível de conscientização institucional quanto à sustentabilidade.

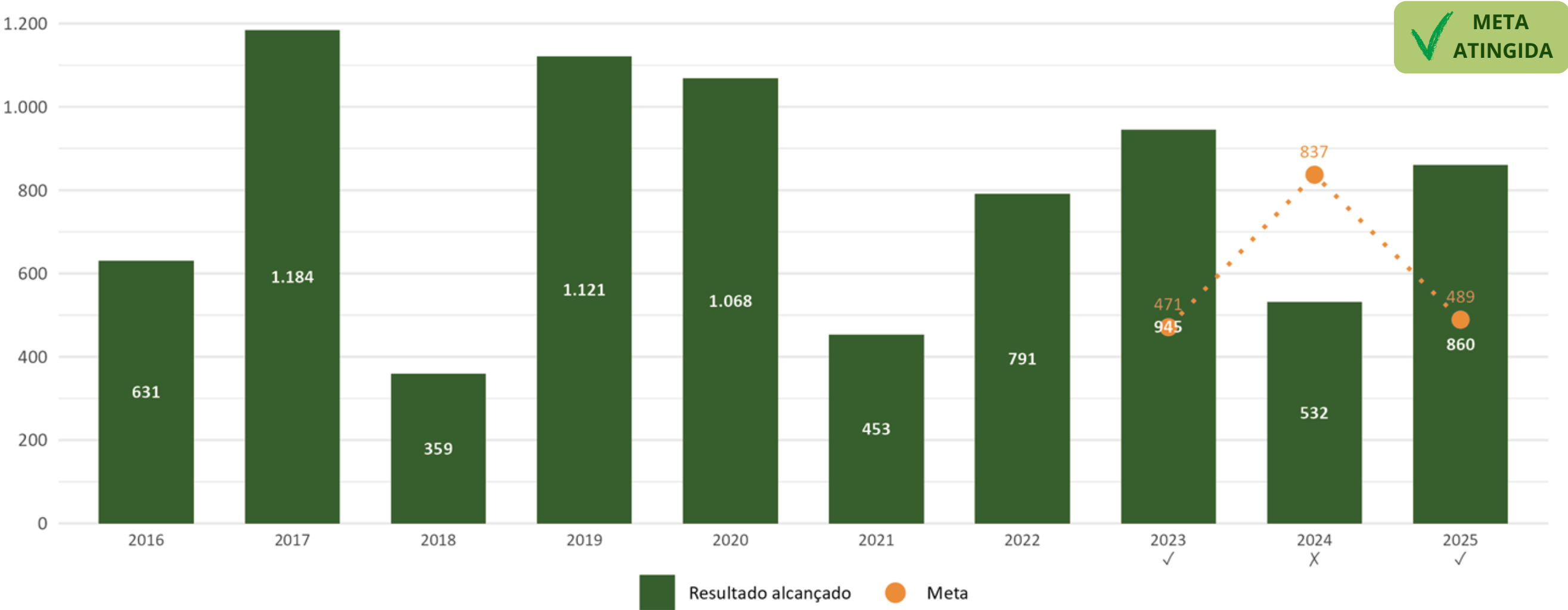
Dessa forma, conclui-se que o desempenho de 2025 no indicador de compras sustentáveis revela elevado grau de aderência às diretrizes do PLS, consolidando o compromisso do TRE-MT com a gestão responsável, eficiente e sustentável dos recursos públicos

16
QUALIDADE
DE VIDA



INDICADOR Nº 31: PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho



Meta: aumentar progressivamente a participação em ações de qualidade de vida no trabalho, com metas anuais de 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade de participações de 2021 para os anos ímpares (não eleitorais) e de 2022 para os anos pares (eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, registrou 860 participações, superando a meta estabelecida para o período, fixada em 489 participações. O resultado demonstra desempenho significativamente superior ao planejado, com excedente de 371 participações, representando aproximadamente 76% acima da meta prevista. Tal desempenho evidencia o fortalecimento das ações institucionais voltadas à promoção do bem-estar, integração e valorização da força de trabalho.

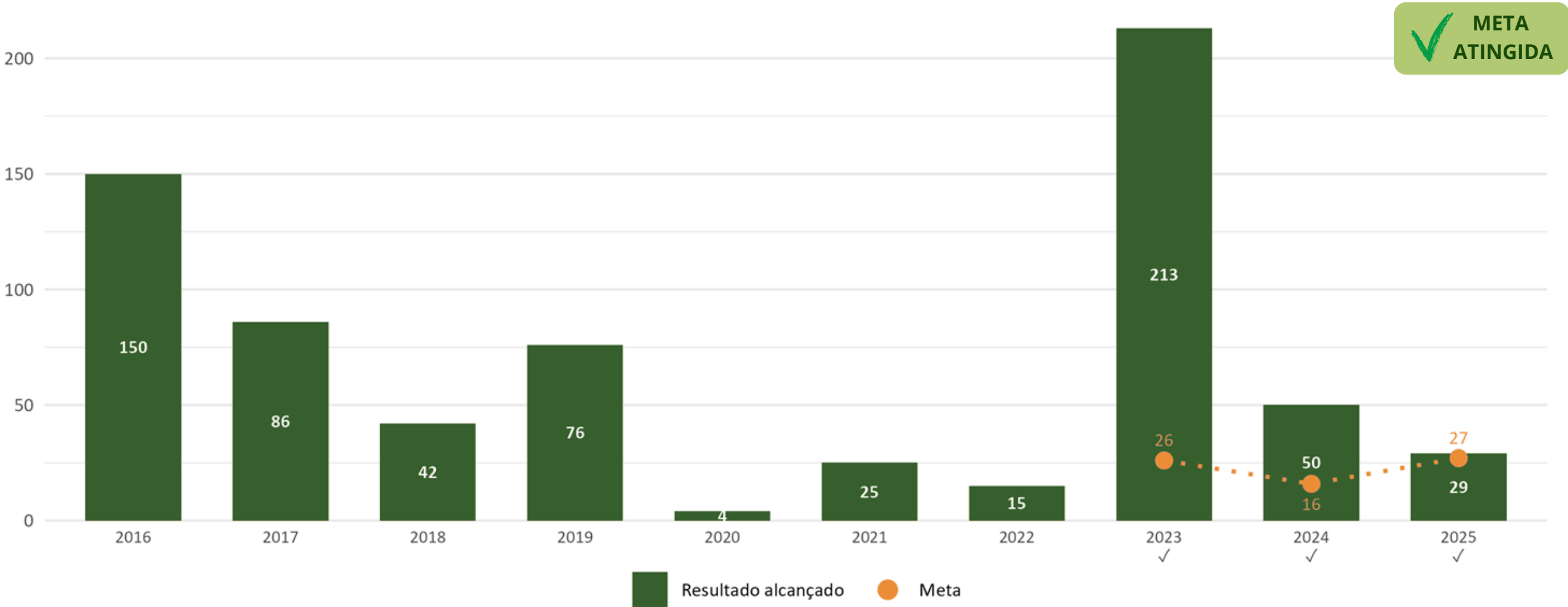
Dessa forma, conclui-se que, em 2025, o desempenho do indicador foi altamente satisfatório, demonstrando a consolidação das práticas de promoção da qualidade de vida no âmbito institucional e contribuindo diretamente para o alcance do objetivo estratégico de proporcionar ambiente de trabalho adequado e saudável.

16
QUALIDADE
DE VIDA



INDICADOR Nº 32: PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES SOLIDÁRIAS

Quantidade de participações da força de trabalho total em ações solidárias



Meta: aumentar progressivamente a participação em ações solidárias, com metas anuais de 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade de participações de 2021 para os anos ímpares (não eleitorais) e de 2022 para os anos pares (eleitorais).

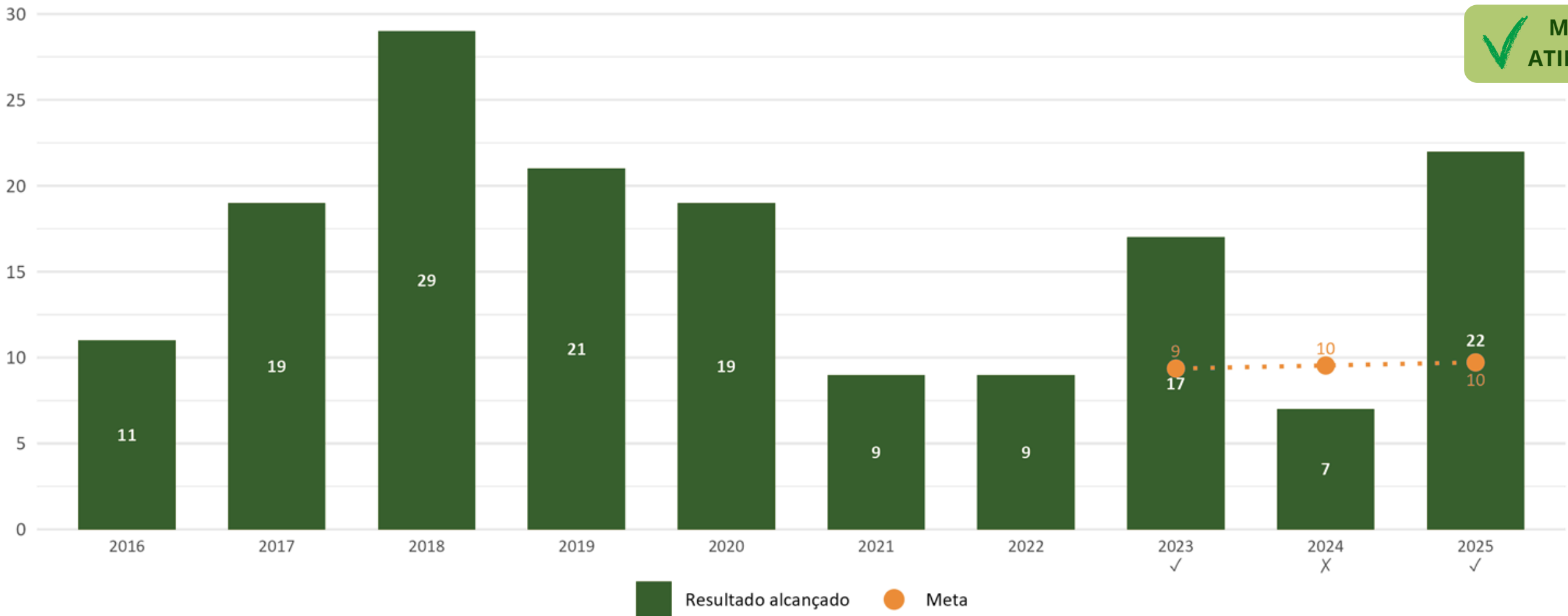
Análise do desempenho: no exercício de 2025, indicou 29 participações, superando a meta estabelecida para o período, fixada em 27 participações. Esse dado representa cumprimento da meta anual, com desempenho aproximadamente 7% superior ao previsto, evidenciando engajamento da força de trabalho nas iniciativas solidárias promovidas pela instituição.

16
QUALIDADE
DE VIDA



INDICADOR Nº 33: QUANTIDADE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias



Meta: aumentar progressivamente a participação em ações solidárias, com metas anuais de 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade de participações de 2021 para os anos ímpares (não eleitorais) e de 2022 para os anos pares (eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, foram realizadas 22 ações de qualidade de vida no trabalho, superando a meta estabelecida para o período (10 ações), conforme indicado no gráfico como “Meta Atingida”. O resultado representa crescimento expressivo em relação a 2024 (7 ações), evidenciando recuperação significativa após o decréscimo observado em ano eleitoral. Comparativamente à linha de base de 2023 (17 ações), observa-se aumento consistente do quantitativo, alinhado à estratégia de ampliação progressiva prevista para o indicador. O desempenho de 2025 demonstra retomada do patamar histórico verificado em anos não eleitorais e aproxima-se dos níveis registrados em períodos anteriores de maior produtividade (como 2019 e 2020).

Destaca-se que o resultado alcançado confirma a efetividade do planejamento e da execução das ações de qualidade de vida, refletindo capacidade organizacional de recomposição e expansão das iniciativas após período de retração. O desempenho de 2025 reforça a tendência de estabilização em patamar mais elevado para os próximos ciclos, especialmente considerando tratar-se de ano não eleitoral, o que favorece maior disponibilidade operacional das unidades envolvidas.

Em síntese, o exercício de 2025 evidencia desempenho superior à meta, recuperação quantitativa e alinhamento à trajetória de crescimento progressivo do indicador, consolidando avanço na política institucional de promoção da qualidade de vida no trabalho.

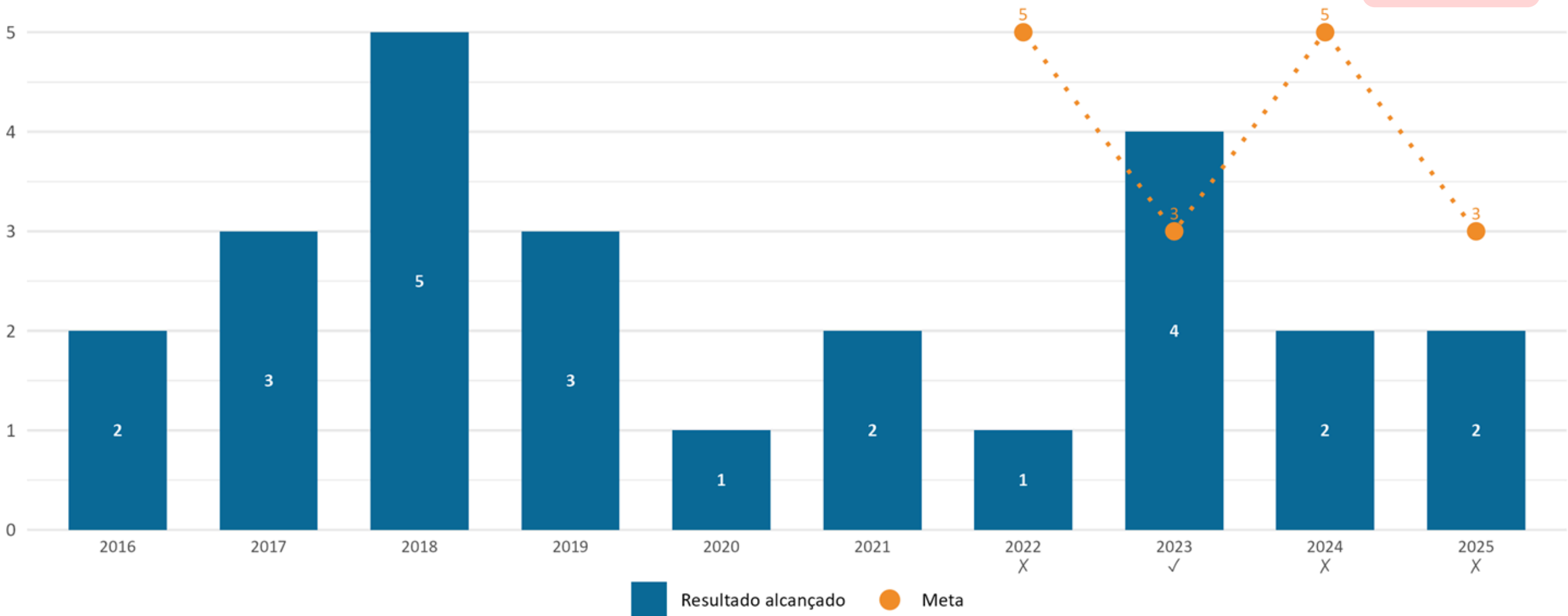
16
QUALIDADE
DE VIDA



INDICADOR Nº 34: QUANTIDADE DE AÇÕES SOLIDÁRIAS

Quantidade de ações solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias

X META NÃO
ATINGIDA



Meta: aumentar progressivamente a quantidade de ações solidárias, com metas anuais de 2% em 2022, 4% em 2023, 6% em 2024, 8% em 2025, e 10% em 2026. O cálculo toma como base a quantidade de ações realizadas em 2018 para os anos pares (eleitorais) e em 2019 para os anos ímpares (não eleitorais).

Análise do desempenho: no exercício de 2025, foram realizadas 2 ações solidárias, resultado que ficou abaixo da meta estabelecida para o período (3 ações), caracterizando meta não atingida.

16

QUALIDADE DE VIDA



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
16.1 – Promover atividades de integração e de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	07/01/2022	19/12/2026
16.2 – Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável	07/01/2022	19/12/2026
16.3 – Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas de QVT	07/01/2022	19/12/2026
16.4 – Estimular a troca de experiências sustentáveis entre os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) para implementação em suas residências	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações: no exercício de 2025, registraram-se 860 participações nas ações de qualidade de vida (indicador nº 31) promovidas no ambiente de trabalho. Em comparação com a linha de base de 2023 (945 participações), observa-se discreta redução, possivelmente associada à impossibilidade de mensuração das participações de servidores em regime de trabalho remoto ou híbrido. Por outro lado, em relação ao ano de 2024 (345 participações), verificou-se aumento expressivo, evidenciando a ampliação e o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas no período.

O resultado alcançado decorre da implementação de um conjunto diversificado e integrado de ações voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: campanhas de vacinação; programas de reembolso (vacinal, postural, odontológico e farmacológico); e palestras educativas direcionadas à conscientização e ao cuidado preventivo, tais como “Meditação, Saúde e Bem-Estar”, “Prevenção ao Câncer de Mama”, “Reeducação Alimentar no Processo de Emagrecimento”, “Atendimento Humanizado às Pessoas com Deficiência e TEA” e “É Preciso Mudar”.

Também foram promovidas oficinas temáticas, exposição artística, avaliação por bioimpedância, feirinha temática, além da criação do Portal + Saúde, que passou a disponibilizar informações, materiais orientativos e vídeos voltados à prevenção de doenças e à promoção da saúde. Ressalta-se, ainda, a realização de palestra específica sobre reeducação alimentar e emagrecimento, bem como outras atividades integrativas que ampliaram o alcance das ações. As iniciativas desenvolvidas contribuíram não apenas para a promoção da saúde física e emocional dos servidores, mas também para o fortalecimento da integração, do engajamento e da cultura institucional voltada ao cuidado e à valorização das pessoas.

Em relação a participação em ações solidárias (Indicador nº 32), no período analisado, verificou-se redução no quantitativo de participações quando comparado à linha de base de 2023 (213 participações). O resultado apurado, fixado em 29 participações, ficou abaixo dos dados registrados em 2024 (50 participações), mesmo diante da ampla divulgação das campanhas promovidas pelas unidades e por servidores inativos do TRE-MT. Ressalta-se que, apesar dos esforços empreendidos na mobilização e sensibilização do público interno, observa-se tendência de redução nas participações, especialmente em razão da proximidade do ano eleitoral de 2026, que impacta diretamente a disponibilidade de tempo e a priorização das atividades institucionais.

16

QUALIDADE
DE VIDA3 SAÚDE DE
QUALIDADE10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES

Em relação ao indicador nº 33, foram realizadas 22 ações de qualidade de vida no trabalho, resultado que representa aumento superior a 10% em relação à linha de base de 2023 (17 ações) e crescimento expressivo quando comparado a 2024 (7 ações). O resultado alcançado está diretamente relacionado à intensificação das iniciativas promovidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e suas Coordenadorias, com destaque para as ações desenvolvidas durante a Semana do Servidor, além da realização de palestras educativas voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida. Também contribuíram para o desempenho positivo os programas de reembolso implementados no decorrer do ano, a exemplo do reembolso odontológico, que ampliaram o alcance das políticas institucionais de cuidado e bem-estar.

Observa-se, ainda, que o desempenho de 2025 sinaliza recuperação e consolidação do indicador após a retração verificada em 2024, retomando patamar compatível com anos não eleitorais. A perspectiva para os próximos ciclos é de continuidade das ações e manutenção de nível estável de entregas, em consonância com a força de trabalho disponível e com a capacidade operacional das unidades responsáveis, preservando a trajetória de crescimento progressivo prevista para o indicador.

No que se refere ao Indicador nº 34 (Quantidade de Ações Solidárias), o desempenho em 2025 manteve-se no mesmo patamar verificado em 2024 (2 ações), evidenciando estabilidade do indicador, porém ainda em nível inferior ao esperado. Em comparação com 2023 (4 ações), observa-se retração no quantitativo executado, sinalizando redução na capacidade de entrega ou na priorização dessas iniciativas ao longo do período.

O resultado apurado em 2025 pode estar relacionado ao contexto institucional, caracterizado por maior concentração de esforços nas atividades finalísticas e nas ações preparatórias para o ciclo eleitoral. Esse cenário impactou diretamente a disponibilidade de tempo, de recursos e o nível de mobilização das unidades envolvidas na organização e execução das ações solidárias.

Destaca-se, ainda, a necessidade de fortalecimento das iniciativas voltadas à troca de experiências com outros órgãos, com o objetivo de identificar e incorporar novas práticas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Nesse sentido, foi designada nova composição do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), tendo sido realizadas duas reuniões de alinhamento das atividades (SEI nº 01812.2025-3), o que representa importante medida de reorganização e retomada das ações estruturantes na temática.

O cenário observado reflete, portanto, estabilidade em patamar reduzido, possivelmente influenciada por limitações operacionais e pela priorização de demandas estratégicas do órgão. Para os próximos ciclos, recomenda-se o fortalecimento do planejamento antecipado das campanhas, a ampliação de parcerias internas e externas e a intensificação das estratégias de mobilização institucional, com vistas à retomada da trajetória de crescimento do indicador e ao alinhamento do desempenho às metas estabelecidas no planejamento institucional.

16

QUALIDADE
DE VIDA3 SAÚDE DE
QUALIDADE10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES

O Hospital de Câncer de Mato Grosso recebeu, em 02/12, alimentos não perecíveis arrecadados por servidores(as) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, por meio da campanha “Doe para o HCan MT”, iniciativa solidária mantida há mais de 30 anos. Foram arrecadados alimentos conforme lista de necessidades do hospital, que atualmente distribui mais de 1.200 refeições gratuitas por dia a pacientes e acompanhantes. As doações contribuem para a manutenção das refeições, redução de custos institucionais e direcionamento de recursos ao tratamento oncológico.



Realização de palestra sobre meditação como técnica de promoção de saúde e bem-estar no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, destinada a servidores(as). A atividade abordou os benefícios científicos da prática, incluindo melhoria da concentração, equilíbrio emocional, prevenção de adoecimentos e fortalecimento da resiliência, além de ressaltar a importância do cuidado com a saúde mental no ambiente institucional. O encontro contou com momento de meditação guiada e integrou as ações voltadas à qualidade de vida e ao bem-estar no trabalho.



Realização da Semana do Servidor pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, em comemoração ao Dia do Servidor Público. A programação incluiu palestras, atividades de bem-estar (eletropilates e quick massage), oficina de artesanato e almoço comemorativo, com o objetivo de promover qualidade de vida, integração e valorização dos(as) servidores(as). A iniciativa reforçou o reconhecimento institucional ao comprometimento das equipes, bem como o compromisso com políticas de saúde, desenvolvimento humano e fortalecimento de ambiente de trabalho saudável e acolhedor.

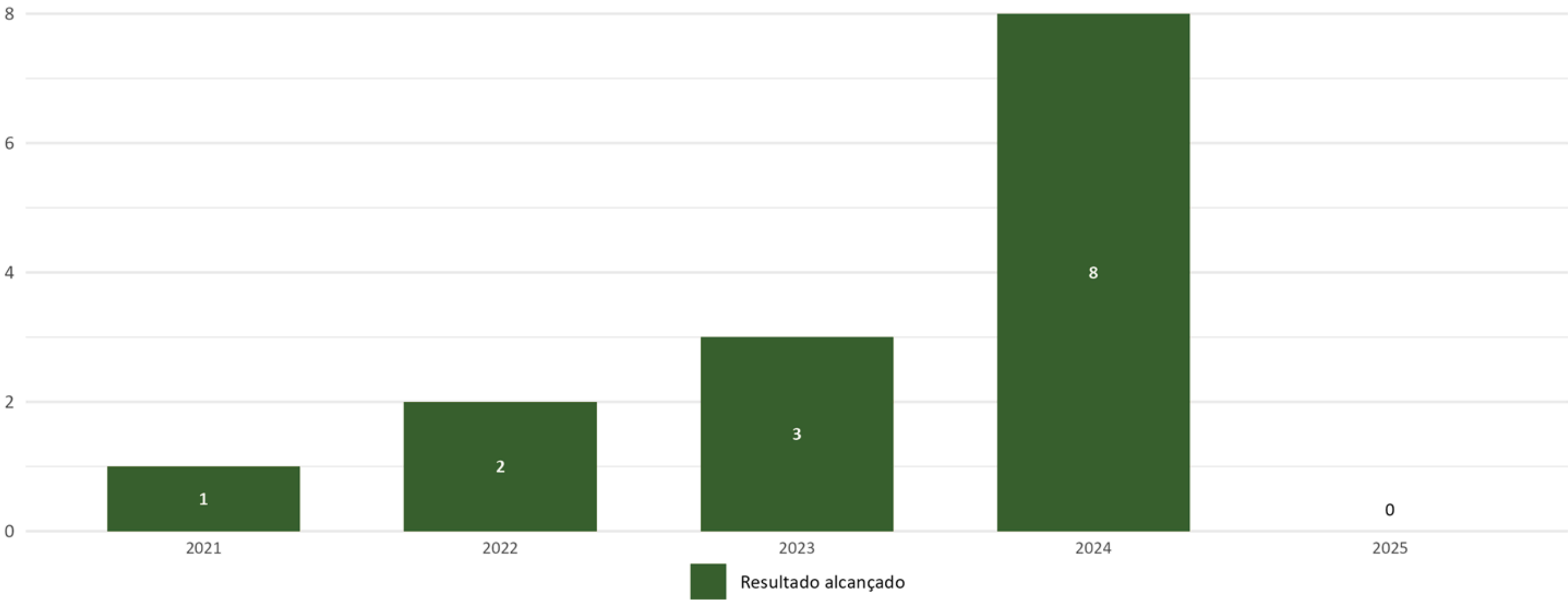
17

CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



INDICADOR Nº 35: AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias



Meta: as metas quantitativas serão estabelecidas na próxima reunião da Comissão Gestora do PLS.

Análise do desempenho: até 2020, a mensuração dessa variável era realizada de forma conjunta às ações de sensibilização em sustentabilidade. Esse cenário foi alterado com a vigência da Resolução CNJ nº 400/2021, passando a exigir sua mensuração separadamente.

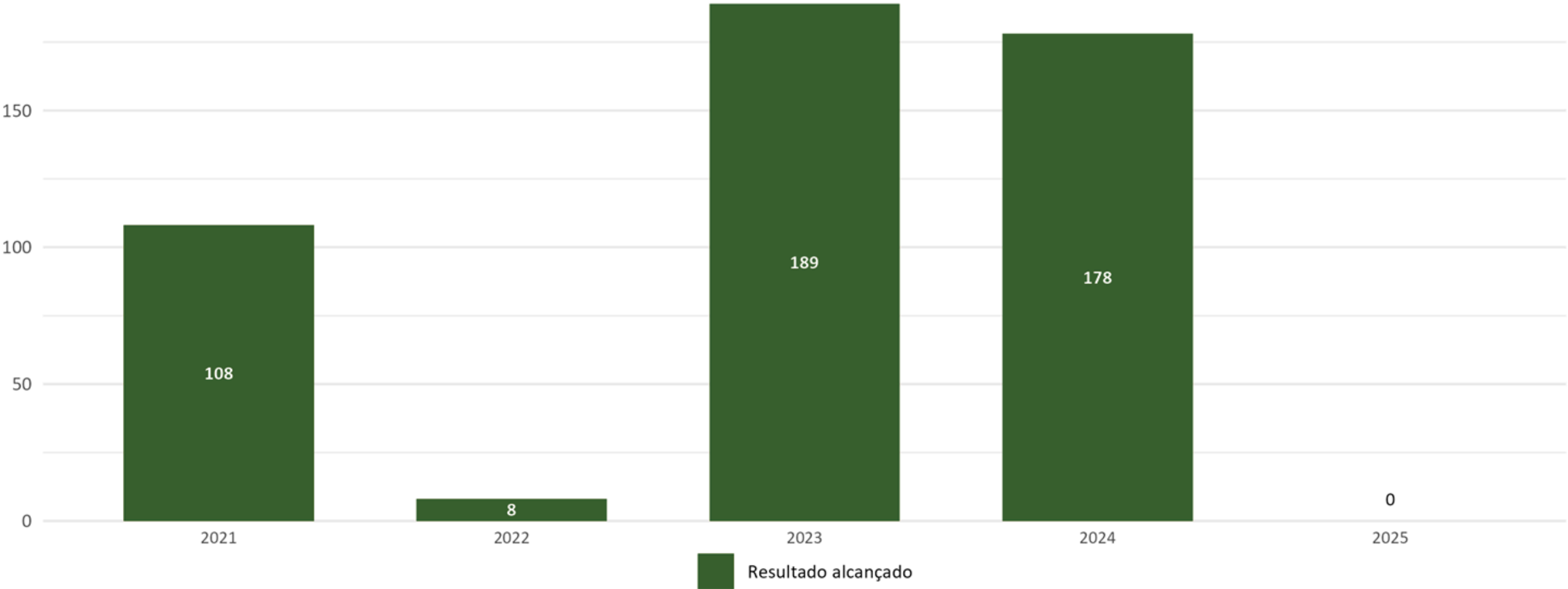
17

CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



INDICADOR Nº 36: PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Quantidade de participações em ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias



Meta: as metas quantitativas serão estabelecidas na próxima reunião da Comissão Gestora do PLS.

Análise do desempenho: até 2020, a mensuração dessa variável era realizada de forma conjunta às participações em ações de sensibilização. Esse cenário foi alterado com a vigência da Resolução CNJ nº 400/2021, passando a exigir sua mensuração separadamente.

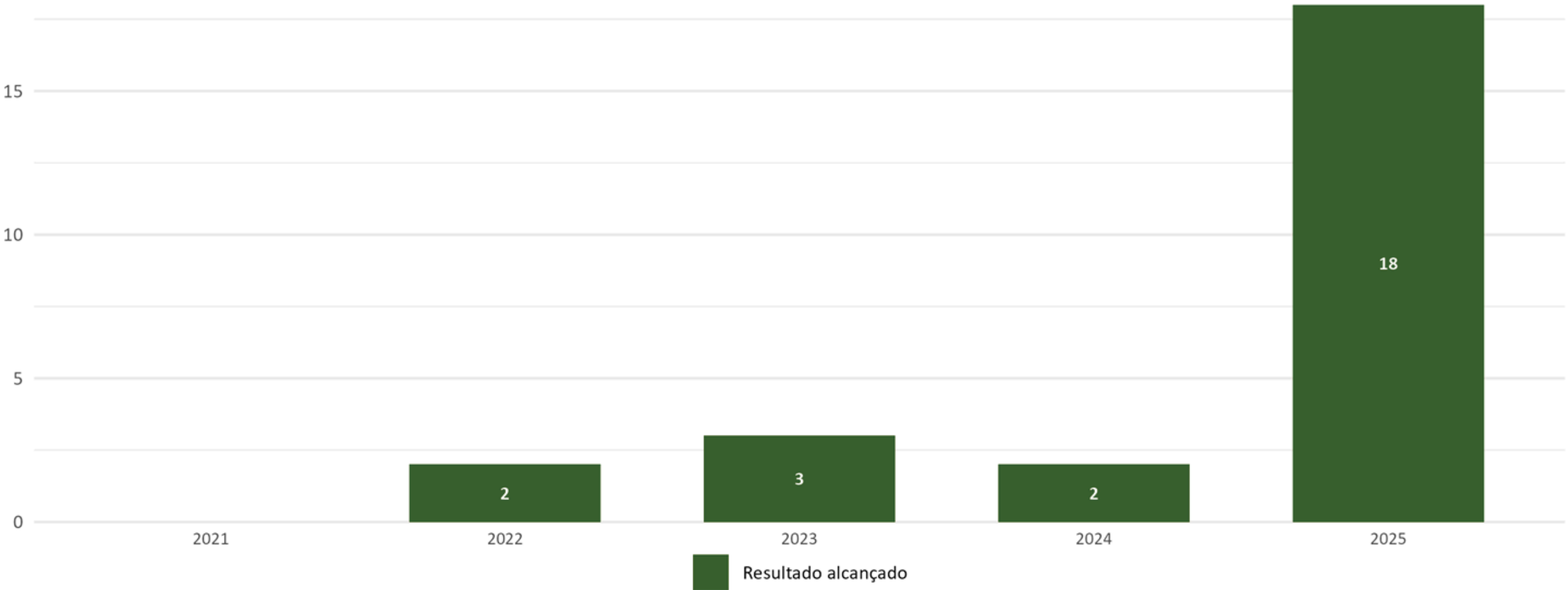
18

SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



INDICADOR Nº 37: AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias



Meta: as metas quantitativas serão estabelecidas na próxima reunião da Comissão Gestora do PLS.

Análise do desempenho: até 2020, a mensuração dessa variável era realizada de forma conjunta às ações de capacitação em sustentabilidade. Esse cenário foi alterado com a vigência da Resolução CNJ nº 400/2021, passando a exigir sua mensuração separadamente.

17

CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

18

SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
17.1 – Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da sustentabilidade	07/01/2022	31/10/2025
18.1 – Sensibilizar os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) sobre a temática da sustentabilidade	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações: no exercício de 2025, o desempenho dos Eixos Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade foi analisado a partir dos indicadores relacionados às ações de capacitação (Ação 17.1) e às ações de sensibilização (Ação 18.1), conforme diretrizes do Plano de Logística Sustentável (2022-2026).

Em relação a Ação 17.1 (Capacitação em Sustentabilidade), o Indicador nº 35, que mensura a quantidade de ações de capacitação em sustentabilidade, apresentou resultado igual a zero em 2025, não sendo identificadas ações formativas com abordagem direta na temática no período. O resultado interrompe a trajetória de crescimento observada entre 2021 e 2024, quando se registrou evolução gradual (1 ação em 2021; 2 em 2022; 3 em 2023; e 8 em 2024), evidenciando avanço consistente até então.

De forma correlata, o Indicador nº 36, que acompanha a participação de colaboradores em ações de capacitação em sustentabilidade, também registrou zero participações em 2025, configurando queda em relação aos anos anteriores, especialmente 2023 (189 participações) e 2024 (178 participações), quando houve elevado engajamento institucional.

Cabe ressaltar que, a partir da vigência da Resolução CNJ nº 400/2021, a mensuração das capacitações passou a ocorrer de forma segregada das ações de sensibilização, exigindo planejamento e acompanhamento específicos. Nesse contexto, o desempenho de 2025 evidencia a necessidade de reestruturação do planejamento das ações formativas voltadas à sustentabilidade, com reinserção sistemática da temática na programação anual de capacitações.

Como perspectiva de aprimoramento, destaca-se a nova sistemática de execução do Plano Anual de Capacitação, instituída pela Portaria nº 24/2025, que designou gestores de execução e tende a fortalecer o monitoramento e a aderência às ações propostas. Para os próximos ciclos, projeta-se a retomada gradual das capacitações, com incentivo à participação em cursos na modalidade EAD, especialmente aqueles ofertados por escolas de governo, e intensificação das estratégias de divulgação interna.

Quanto a Ação 18.1 (Sensibilização em Sustentabilidade) em contraposição ao cenário das capacitações, o Indicador nº 37 apresentou desempenho altamente positivo em 2025. Foram realizadas 18 ações de sensibilização em sustentabilidade, quantitativo significativamente superior aos anos anteriores (2 ações em 2022; 3 em 2023; e 2 em 2024).

O resultado evidencia expressiva ampliação das iniciativas voltadas à conscientização dos colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários), demonstrando priorização institucional da temática e fortalecimento das estratégias de comunicação e engajamento. O desempenho consolida a sustentabilidade como pauta estratégica no âmbito do PLS, especialmente no que se refere à disseminação de informações e estímulo à mudança de comportamento organizacional.

Porém, é de fundamental importância ressaltar que quando se faz uma análise integrada dos resultados das Ações 17.1 e 18.1 demonstra que, em 2025, houve desempenho contrastante entre os dois eixos: ausência de capacitações formais e de participações correlatas, e, simultaneamente, expansão expressiva das ações de sensibilização.

O cenário indica que, embora a cultura de sustentabilidade tenha sido amplamente promovida por meio de campanhas e iniciativas de conscientização, faz-se necessária a retomada das ações formativas estruturadas, a fim de assegurar aprofundamento técnico e consolidação de competências específicas na temática. Para os próximos exercícios, recomenda-se a integração estratégica entre sensibilização e capacitação, promovendo equilíbrio entre conscientização e formação técnica, de modo a garantir evolução consistente dos indicadores e maior aderência às diretrizes estabelecidas no PLS.

18

SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Fonte: <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias>



Lançamento da campanha “TRE Sustentável: Nosso Resultado, Nossa Ação” pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. A iniciativa tem como objetivo conscientizar magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) terceirizados(as) sobre a importância do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), indicador nacional que avalia o compromisso socioambiental do Poder Judiciário, reforçando a responsabilidade institucional com práticas sustentáveis.

Fonte: <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias>



Celebração do Dia da Árvore pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, com reforço ao compromisso institucional com sustentabilidade e cidadania. A data destacou o Projeto SilvesTRE, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso, que promove a recuperação de áreas verdes e a educação socioambiental por meio da distribuição de sementes.

O Tribunal também participou do evento Verdemocracia, ampliando o debate sobre sustentabilidade no âmbito do Judiciário. As ações estão alinhadas às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, reafirmando o compromisso com práticas sustentáveis e com a integração entre preservação ambiental e fortalecimento da democracia.

Fonte: <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias>



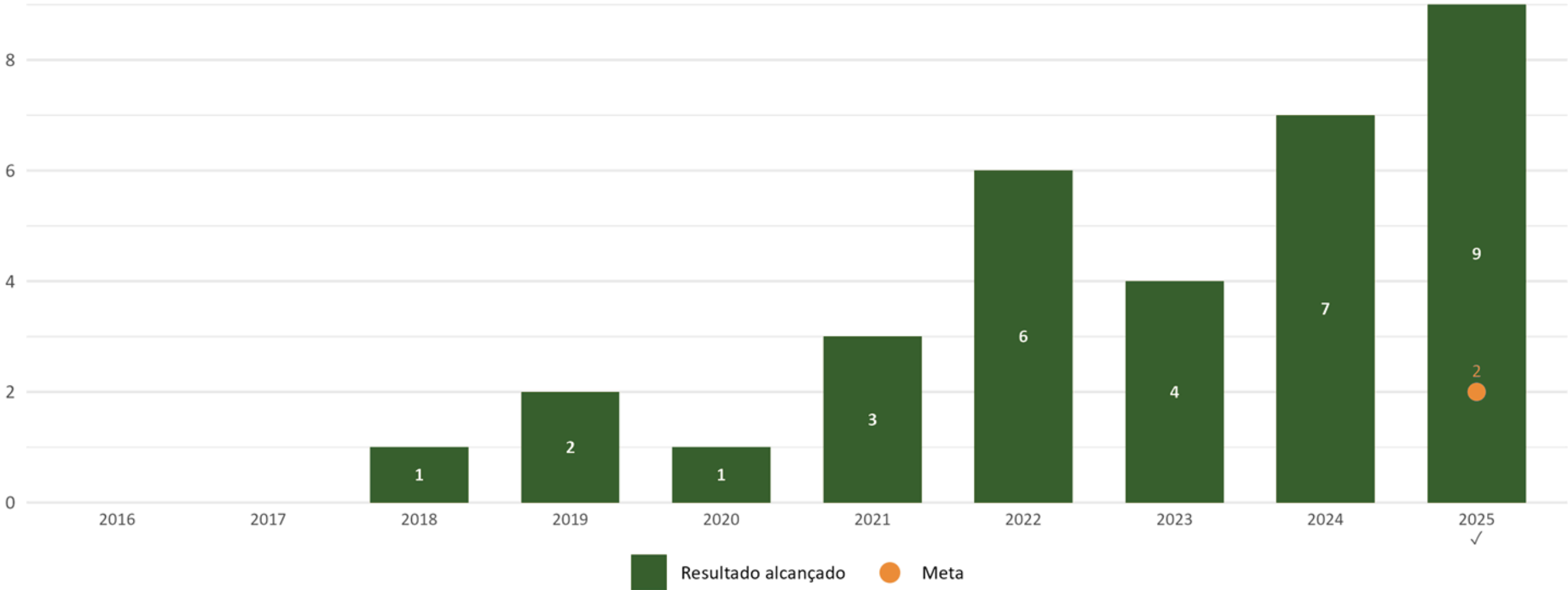
Participação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso no Fórum Nacional VerDemocracia, realizado em Belém (PA), com representação institucional da Presidência. O evento debateu a integração entre democracia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel do Judiciário diante dos desafios da crise climática. A participação reforçou o compromisso do Tribunal com a promoção de cidadania ambiental, responsabilidade intergeracional e fortalecimento de uma democracia alinhada à preservação dos biomas e ao desenvolvimento sustentável.

19
EQUIDADE
DIVERSIDADE
E INCLUSÃO



INDICADOR Nº 38: AÇÕES DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DIVERSIDADE E/OU DE INCLUSÃO

Quantidade de ações de sensibilização e capacitação relacionadas à equidade, diversidade e/ou inclusão organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias



Meta: realizar, pelo menos, 2 (duas) ações de equidade e diversidade ou de inclusão em 2025 e 4 (quatro) em 2026.

Análise do desempenho: em 2025, as ações de promoção da equidade e diversidade e/ou inclusão, apresentou o melhor desempenho de sua série histórica ao registrar a realização de 9 ações de sensibilização e capacitação. Este resultado superou significativamente a meta estabelecida para o ano, que previa a realização de, no mínimo, 2 ações, garantindo o status formal de "META ATINGIDA" com uma execução mais de quatro vezes superior ao objetivo inicial.

19
EQUIDADE
DIVERSIDADE
E INCLUSÃO



AÇÕES	INÍCIO	TÉRMINO
19.1 –Sensibilizar os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) sobre a temática da diversidade, eqüidade e inclusão	07/01/2022	19/12/2026
19.2 – Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da diversidade, eqüidade e inclusão	07/01/2022	19/12/2026

Análise das ações: as iniciativas de sensibilização e capacitação voltadas à equidade, diversidade e inclusão registraram um desempenho excepcional em 2025, totalizando 9 ações realizadas, o maior volume desde o início do monitoramento em 2016. A análise histórica indica uma tendência de crescimento sustentado, com um aumento notável na frequência das atividades a partir de 2022, refletindo o fortalecimento do compromisso institucional com a promoção da diversidade e inclusão social. Esse crescimento consolida uma tendência positiva e prepara a instituição para o compromisso de 2026, onde a meta mínima será elevada para 4 ações.

19

EQUIDADE
DIVERSIDADE
E INCLUSÃO4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO

Participação de representantes do TRE -MT no 8º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negras e Negros (ENAJUN) e no 5º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de Discriminação (FONAJURD), com o tema “Vivências negras: justiça, identidade e pertencimento no Sistema de Justiça”. A ação consistiu na indicação de representantes para integrar os debates sobre promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e fortalecimento de políticas institucionais de equidade no âmbito do Sistema de Justiça. A participação reafirma o compromisso institucional com a equidade racial, a valorização da identidade negra e a preparação de magistrados(as) e servidores(as) para atuação nos temas relacionados à justiça e ao combate à discriminação.



Realização do curso “Atendimento Humanizado às Pessoas com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista”, iniciativa promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, com o objetivo de fortalecer o atendimento humanizado a pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A capacitação foi ofertada presencialmente no Plenário, em Cuiabá, com transmissão on-line aos Cartórios Eleitorais, visando consolidar a cultura institucional de respeito à diversidade e à inclusão e aprimorar práticas de atendimento.

Foram abordados conceitos de inclusão, acessibilidade, terminologias adequadas, superação de barreiras atitudinais e comunicacionais, bem como estratégias de atendimento humanizado. O curso foi ministrado por psicóloga da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência da Paraíba, sendo a primeira edição realizada no âmbito de um Tribunal.

19

EQUIDADE
DIVERSIDADE
E INCLUSÃO4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO

Realização de campanha institucional nas redes sociais em alusão à Semana Nacional da Consciência Negra, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. A ação, intitulada “Vozes Pretas: Memórias que não calam”, consistiu na divulgação de quatro vídeos com relatos de servidores(as) sobre experiências relacionadas ao racismo estrutural, aos desafios enfrentados pela população negra e ao papel da Justiça na promoção da igualdade racial.



Incentivo à participação de servidores(as) na palestra on-line “Letramento Racial no Serviço Público”, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra. A iniciativa, realizada em formato virtual, teve como objetivo fomentar o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional, promover a equidade racial e fortalecer a cultura de respeito à diversidade no serviço público. A ação contou com palestra ministrada pela professora Ynaê Lopes dos Santos e integrou as atividades voltadas à valorização da igualdade racial no âmbito da Justiça Eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso reforçou, por meio da mobilização interna, o compromisso institucional com a construção de ambiente de trabalho mais justo, inclusivo e consciente.

19

EQUIDADE
DIVERSIDADE
E INCLUSÃO4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO

Emissão e entrega de certidões circunstanciadas a 52 estudantes com deficiência da Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender, em Cuiabá, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. A ação garantiu a isenção de sanções legais relacionadas ao alistamento eleitoral e ao exercício do voto, conforme previsto na Resolução nº 23.659/2021 do Tribunal Superior Eleitoral. A iniciativa foi viabilizada a partir de demanda encaminhada à Ouvidoria, com apoio da Corregedoria Regional Eleitoral e atendimento realizado pela 39ª Zona Eleitoral de Cuiabá.

Além da entrega dos documentos, foram prestados esclarecimentos aos familiares sobre direitos e deveres junto à Justiça Eleitoral, reforçando o compromisso institucional com inclusão, cidadania e respeito às pessoas com deficiência.



Participação de magistrados(as) eleitorais de Mato Grosso no segundo encontro presencial do Curso de Aperfeiçoamento da Magistratura Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. A atividade foi acompanhada por videoconferência, com transmissão nacional, reunindo aproximadamente 400 participantes. O curso é destinado a magistrados(as) que exercem ou pretendem exercer a função eleitoral, com foco em temas inovadores e inclusivos, como cidadania, diversidade e Inteligência Artificial aplicada ao processo eleitoral. A iniciativa reforça o compromisso institucional com a qualificação da magistratura e o aprimoramento contínuo da Justiça Eleitoral.

20

DESCARBONIZAÇÃO



INDICADOR Nº 39: PLDESCARB – ELABORAÇÃO DE PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

O Plano de Descarbonização do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) constitui o principal instrumento de planejamento estratégico voltado à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no âmbito da Justiça Eleitoral mato-grossense.

Meta: elaborar o Plano de Descarbonização

Análise do desempenho: o Plano de Descarbonização referente ao ano de 2025 foi elaborado

Análise das ações: o Plano de Descarbonização estabelece diretrizes, metas e ações destinadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa já mapeadas, com ênfase nos Escopos 1 e 2, além de prever a estruturação de controles, procedimentos e instrumentos de monitoramento voltados à identificação e gestão das fontes de emissão do Escopo 3. O documento também orienta a definição de metas progressivas, mensuráveis e factíveis, compatíveis com a realidade operacional da instituição, promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental e o aprimoramento da governança climática. Alinhado às metas institucionais e aos demais instrumentos de gestão do TRE-MT, o Plano incorpora a sustentabilidade como valor institucional transversal, estimulando a adoção de práticas de baixo carbono em todas as atividades e processos administrativos do Tribunal.

21

INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GEE



INDICADOR Nº 40: REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES

O inventário de gases de efeito estufa (GEE) trata-se do levantamento sistemático das emissões geradas pelas atividades diretas e indiretas da instituição, abrangendo, entre outros aspectos, o consumo de energia elétrica, combustíveis, deslocamentos, gestão de resíduos e demais operações administrativas.

Meta: elaborar o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) anualmente.

Análise do desempenho: o o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano de 2025 foi iniciado no próprio exercício de 2025, tendo sido consolidado e apresentado, em fevereiro de 2026, pela empresa contratada para a prestação dos serviços.

Análise das ações: o por meio do inventário, é possível identificar e quantificar as principais fontes emissoras, o que permite estabelecer metas de redução, definir ações mais eficazes e monitorar, de forma contínua, o desempenho ambiental ao longo do tempo. Além disso, o inventário subsidia a revisão do Plano de Descarbonização, orientando o planejamento de medidas adicionais de mitigação e a compensação das emissões que não possam ser evitadas. No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, considerando a necessidade de estruturar controles internos para mapear as fontes de emissão do Escopo 3, bem como de consolidar metas factíveis para os escopos já mapeados – Escopo 1 e Escopo 2 –, procedeu-se à revisão dos inventários referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Essa revisão teve como objetivo assegurar maior consistência metodológica, padronização dos critérios adotados e confiabilidade dos dados apurados.

QUADRO RESUMO DE DESEMPENHO

Nº	INDICADORES	META 2025	DESEMPENHO	SÍMBOLO
01	Racionalização de consumo de papel	3.299 (resmas)	1.255 (resmas)	✓
02	Racionalização de consumo de copos descartáveis	2.790 (unidades)	0	✓
03	Racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	166.941 (unidades)	0	✓
04	Racionalização de consumo de água envasada em embalagens retornáveis	741 (unidades)	0	✓
05	Racionalização da quantidade de impressões	1.794.381 (impressões)	790.004 (impressões)	✓
06	Quantidade de equipamentos de impressão	190 (equipamentos)	161 (equipamentos)	✓
07	Racionalização de gastos com contratos de serviços de outsourcing de impressão	R\$ 340.491,21	R\$391.366,17	✗
08	Racionalização de consumo de energia elétrica	2.048.039 kwh	1.324.451 kwh	✓
09	Racionalização de consumo de água e esgoto	10 m³	10 m³	✓
10	Destinação de resíduos de papel	4.576,86 kg	5.721,07 kg	✓

Nº	INDICADORES	META 2025	DESEMPENHO	SÍMBOLO
11	Destinação de resíduos plásticos	1.067,72 kg	1.255 (resmas)	✓
12	Destinação de resíduos de lâmpadas	296 (unidades)	0	✓
13	Destinação de resíduos de obras e reformas	4,50 kg	0	✓
14	Destinação de resíduos eletroeletrônicos	4.671,43 kg	0	✓
15	Destinação de suprimentos de impressão	Descartado adequadamente pela empresa contratada		✓
16	Racionalização de gastos com reformas	R\$ 2.546.098,40	R\$ 10.020,00	✓
17	Racionalização de gastos com material de limpeza	R\$ 54.074,02	R\$ 25.053,63	✓
18	Racionalização de gastos com serviços de vigilância	R\$ 1.052.656,06	R\$ 1.118.240,65	✗
19	Racionalização de gastos com telefonia fixa	R\$ 141.320,90	R\$ 231.537,55	✗
20	Racionalização de gastos com telefonia móvel	R\$ 100.689,15	R\$ 91.138,92	✓

Nº	INDICADORES	META 2025	DESEMPENHO	SÍMBOLO
21	Quantidade de veículos movidos a combustíveis exclusivamente fósseis	18 veículos	12 veículos	✓
22	Quantidade de usuários por veículos de serviço	26 (usuários)	35 (usuários)	✓
23	Racionalização de gastos com manutenção de veículos	R\$ 211.250,61	R\$ 179.276,24	✓
24	Racionalização de gastos com contratos de motoristas	R\$ 760.429,40	R\$ 1.342.371,70	✗
25	Racionalização da quilometragem	303.259 km	251.461 Km	✓
26	Racionalização do consumo de gasolina	4.894,85 l	6.234,22 L	✗
27	Racionalização do consumo de diesel	16.992,90 l	25.801,49 L	✗
28	Gastos com combustíveis	R\$ 148.840,67	R\$ 230.136,74	✗
29	Racionalização dos gastos com serviços gráficos	R\$ 1.742,81	R\$ 1.698,78	✓
30	Compras públicas sustentáveis (cps)	R\$20,00	71,19	✓

Nº	INDICADORES	META 2025	DESEMPENHO	SÍMBOLO
31	Participações em ações de qualidade de vida no trabalho (qvt)	489	860	✓
32	Participações em ações solidárias	27	29	✓
33	Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho (qvt)	10	22	✓
34	Quantidade de ações solidárias	3	2	✗
35	Ações de capacitação em sustentabilidade *		0	✗
36	Participação em ações de capacitação em sustentabilidade *		0	✗
37	Ações de sensibilização em sustentabilidade *		18	
38	Ações de promoção da equidade e diversidade e/ou de inclusão	2	9	✓
39	Pldescarb - elaboração de plano de descarbonização	1	1	✓
40	Realização do inventário de emissões	1	1	✓